

Perspectivas em filosofia da mente e da informação

Marco Aurelio Sousa Alves & Marcos Antonio Alves
(Organizadores)

COLEÇÃO
ANPOF
XX
ENCONTRO



Entre os dias 30 de setembro e 4 de outubro de 2024, a cidade de Recife recebeu o XX Encontro de Filosofia da ANPOF, um evento que reuniu pesquisadores, docentes e estudantes em torno das mais diversas questões filosóficas. Com a participação de 73 Grupos de Trabalho, o encontro consolidou-se como um espaço essencial para o intercâmbio acadêmico, promovendo debates aprofundados sobre temas que atravessam a história da filosofia e suas interfaces com outras áreas do conhecimento.

Perspectivas em filosofia da mente e da informação

Conselho Editorial

André Leclerc (UnB)

Daniel De Luca Noronha (FAJE)

Marco Aurélio Sousa Alves (UFSJ)

Marcos Antonio Alves (UNESP)

Maria Eunice Q. Gonzales (UNESP)

Mariana Cláudia Broens (UNESP)

Raquel Albieri Krempel (UFABC)

Perspectivas em filosofia da mente e da informação

Marco Aurelio Sousa Alves

Marcos Antonio Alves

Organizadores



Gerente Editorial

Junior Cunha

Conselho Editorial

Ana Karine Braggio

Gustavo Rohte de Oliveira

Jaqueline Thais de Souza

José Francisco de Assis Dias

Júlio da Silveira Moreira

Pietra Maria Gulak Welter

Reginaldo César Pinheiro

Ronaldo de Oliveira

Produção Editorial

Ammy Lee Vitória

Daniela Valentini

José Luiz G. Mariani

Medéia Lais Reis

Mônica Chiodi

Instituto Quero Saber

www.institutoquerosaber.org

editora@institutoquerosaber.org

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

P467

Perspectivas em filosofia da mente e da informação /
organizadores, Marco Aurelio Sousa Alves e Marcos
Antonio Alves. 1. ed. (ebook) - Toledo, Pr.:
Instituto Quero Saber, 2025.
224 p. (Coleção do XX Encontro Nacional de Filosofia
da ANPOF)

Modo de Acesso: World Wide Web:

www.institutoquerosaber.org

ISBN: 978-65-5121-227-7

DOI: <https://doi.org/10.58942/eqs.209>

1. Filosofia.

CDD 22. ed. 190

Rosimarizy Linaris Montanhano Astolphi – Bibliotecária CRB/9-1610

Este livro foi editado pelo Instituto Quero Saber em parceria com a ANPOF.
O teor da publicação é de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores.

ANPOF – Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia

Diretoria 2025-2026

Janyne Sattler (UFSC), presidente

Eduardo Vicentini de Medeiros (UFSM), secretário-geral

Wanderson Flor do Nascimento (UnB), secretário-adjunto

Francisca Galiléia Pereira da Silva (UFC), tesoureira-geral

Ester Maria Dreher Heuser (Unioeste), tesoureira-adjunta

Halina Leal (PUCPR), diretora de comunicação

Mariana Claudia Broens (Unesp), diretora editorial

Conselho Fiscal

Érico Andrade (UFPE)

Susana de Castro (UFRJ)

Adriano Correia (UFG)

Diretoria 2023-2024

Érico Andrade Marques de Oliveira (UFPE), presidente

Eduardo Vicentini de Medeiros (UFSM), secretário-geral

Tessa Moura Lacerda (USP), secretária-adjunta

Judikael Castelo Branco (PROF-FILO/UFT), tesoureiro-geral

Francisca Galiléia Pereira da Silva (UFC), tesoureira-adjunta

Georgia Cristina Amitrano (UFU), diretora de comunicação

Solange Aparecida de Campos Costa (UESPI), diretora editorial

Conselho Fiscal

Taís Silva Pereira (PPFEN-CEFET/RJ)

Ester Maria Dreher Heuser (Unioeste)

Castor Bartolomé Ruiz (Unisinos)

Apresentação da Coleção do XX Encontro Nacional de Filosofia da ANPOF

Entre os dias 30 de setembro e 4 de outubro de 2024, a cidade de Recife recebeu o XX Encontro de Filosofia da ANPOF, um evento que reuniu pesquisadores, docentes e estudantes em torno das mais diversas questões filosóficas. Com a participação de 73 Grupos de Trabalho, o encontro consolidou-se como um espaço essencial para o intercâmbio acadêmico, promovendo debates aprofundados sobre temas que atravessam a história da filosofia e suas interfaces com outras áreas do conhecimento.

Os trabalhos apresentados neste encontro refletem a pluralidade da pesquisa filosófica no Brasil, abordando desde questões clássicas da metafísica e da epistemologia até discussões urgentes sobre raça, gênero, decolonialidade e filosofia da deficiência.

Os livros que agora publicamos reúnem os trabalhos apresentados no XX Encontro da ANPOF, preservando a riqueza das reflexões desenvolvidas durante o evento. Cada artigo representa uma contribuição valiosa para o avanço do debate filosófico e para o fortalecimento das comunidades acadêmicas que buscam compreender e transformar a realidade por meio do pensamento crítico. Mais do que um registro, estas publicações são um convite à continuidade das discussões iniciadas no encontro, abrindo caminho para novas investigações e diálogos.

Agradecemos a todos os participantes que contribuíram para a realização deste evento e para a produção deste material. Que estas publicações possam servir de inspiração e referência para pesquisadores, estudantes e interessados na filosofia, reafirmando o papel fundamental da ANPOF no fomento à pesquisa e à circulação do conhecimento filosófico no Brasil.

Solange Costa
Diretora editorial da ANPOF
Biênio 2023-2024

Sumário

Apresentação.....	11
Análise sobre a agência de dispositivos digitais na perspectiva da tese da mente estendida.....	19
Ana Paula de Carvalho Gomes	
Correlação interencefálica como fundamento para a mente do superorganismo.....	43
Anderson Fonseca	
Consciência e Contingência	57
Brena Resende Afonso & Marco Aurélio Sousa Alves	
Visão de mundo, concepção de mundo e correlatos: alguns aspectos.....	73
Filipe Lazzeri	
Abordagens da percepção ecológica e cognição distribuída para a modelagem nas ciências.....	101
Gabriel Moreira Francisco	
Semiótica, teoria da consciência e leitura da ficção (na abertura de <i>Quincas Borba</i>, de Machado de Assis).....	121
Pedro Dolabela Chagas	
A objeção da direcionalidade externa à visão qualitativa da experiência visual	143
Sérgio Farias de Souza Filho	
Autoconsciência e a unidade da experiência consciente em Franz Brentano e John Searle.....	157
Tárik de Athayde Prata	
Percepção e atributivos gerais.....	179
Tiago Fonseca Falkenbach	
A representação mental e as teorias das emoções: da avaliação incorporada à motivação imanente – um percurso prinzeano.....	203
Yuri Assis Freitas	

Apresentação

As pesquisas em torno da filosofia da mente e da informação no Brasil começam a despontar em número significativo a partir do final da década de 1980. Pesquisadoras e pesquisadores nacionais, boa parte com formação doutoral no exterior, e estrangeiros radicados no país fomentaram a constituição de uma comunidade científica tratando de questões da agenda da filosofia da mente, das ciências cognitivas, da filosofia da informação. Esta comunidade foi ampliada com novos quadros formados em Universidades brasileiras, boa parte orientados por tais desbravadores. Novos programas de pós-graduação ou linhas de pesquisa em programas já existentes favoreceram a ampliação de dissertações e teses voltadas à temática, muitos financiados por agências de fomento nacional ou internacional.

São criados eventos científicos, boa parte ainda existentes, com edições regulares, com vistas a reunir esta comunidade para divulgar e debater trabalhos realizados no Brasil, com participação marcante de renomadas e renomados pensadoras e pensadores de todas as partes do planeta.

Nos eventos da ANPOF, muitos trabalhos na área eram apresentados em distintos GTs ou STs. Para atender ao anseio da comunidade brasileira de criar um espaço regular para interlocução e colaboração mútua na ANPOF, foi criado o GT Filosofia da Mente, passando a figurar nos encontros a partir de 2002. Dado o crescente número de trabalhos vinculando abordagens informacionais a questões da

filosofia da mente, a partir de 2016, o GT passou a ser denominado GT Filosofia da Mente e da Informação.

O GT/FMI vem crescendo gradualmente ao longo dos anos. Neste último encontro da ANPOF foram 43 apresentações de trabalhos distribuídos em quatro dias, além das apresentações de estudantes de pós-graduação e graduação nos eixos temáticos. Este livro reúne dez publicações resultantes de tais apresentações.

O primeiro trabalho na ordem de publicações é de *Ana Paula de Carvalho Gomes*, intitulado **Análise sobre a agência de dispositivos digitais na perspectiva da tese da mente estendida**. A autora lembra que, sob a perspectiva da ética tradicional, apenas o ato dos agentes ou os próprios agentes podem ser avaliados de forma moral, isto é, serem qualificados como bons, maus ou neutros. A avaliação moral dos artefatos técnicos (bem como de seus *outputs*, se for o caso) é considerada absurda, pois artefatos produzidos ou utilizados não possuiriam agência. Sob essa perspectiva, no entanto, a tese da suposta “neutralidade intrínseca” da tecnologia, tão defendida, por exemplo, pelos defensores do uso de armas de fogo, não se sustentaria, pois acaba atribuindo ao armamento um valor moral, neste caso, o da neutralidade. Desta forma, a maneira mais óbvia de incluir os artefatos técnicos no domínio da moral é considerá-los agentes semelhantes aos seres humanos, sob a perspectiva do grau de autonomia que eventualmente possam dispor. Gomes analisa a tese da mente estendida como forma de se atribuir um certo tipo ou grau de agência às TIC. Na esteira da hipótese da mente estendida, procura mostrar que dispositivos digitais teriam, pelo menos, algum tipo de agência derivada na medida em que tais dispositivos seriam extensões da capacidade de agência humana.

Em seguida, publicamos **Correlação interencefálica como fundamento para a mente do superorganismo**, de *Anderson Fonseca*. A hipótese de que uma colônia de formigas pode manifestar algum nível de consciência fenomênica abrange, segundo Fonseca, diferentes respostas, de acordo com o modo de interação das partes na constituição

do superorganismo. No entanto, para o autor, nenhuma delas responde satisfatoriamente ao problema da combinação das experiências individuais, permanecendo, assim, a questão em aberto. Diante disso, Fonseca argumenta que uma explicação aceitável é a hipótese de correlação interencefálica entre as formigas componentes de um grupo. Em outras palavras, após a exposição aos estímulos sensoriais externos ou ao contato por antenas (troca semioquímica) ocorre a sincronização neuro-interindividual (dos cérebros) embasando, assim, o comportamento coletivamente coordenado. Por conseguinte, esta correlação interencefálica possibilitaria a extensão/combinação de uma consciência à/com outra, constituindo, enfim, uma consciência coletiva. Fonseca conclui que, se a sincronização neuro-interindividual for suficientemente 'forte', a colônia pode ter genuinamente uma experiência unificada ainda que seu corpo seja espacialmente espalhado.

O terceiro texto, **Consciência e contingência**, é produzido em parceria por *Brena Resende Afonso* e *Marco Aurélio Sousa Alves*. Em seu último livro, relatam os autores, David Papineau defende que a teoria representacionista da consciência é fundamentalmente equivocada. Essa teoria postula que a experiência consciente é essencialmente representacional, sendo as propriedades representacionais constitutivas de seu caráter fenomênico. O erro reside na afirmação de essencialidade, ou necessidade da relação entre consciência e representação. Tal relação, defende Papineau, é meramente contingente. Ned Block apontou anteriormente para o caráter não representacional e contingente de certos elementos da experiência consciente, mas tentou compatibilizar tais elementos com a teoria representacionista. Afonso e Alves investigam a crítica feita por Papineau a Block, explorando a questão acerca da necessidade ou não de postular elementos essencialmente representacionais na experiência consciente.

Visão de mundo, concepção de mundo e correlatos: alguns aspectos, de *Filipe Lazzeri* vem em seguida. Conforme Lazzeri, 'visão de mundo', 'concepção de mundo', 'cosmovisão' e 'cosmopercepção'

(termo este recentemente proposto por Oyěwùmí) são termos com especificidades, mas que confluem para a designação de modos de interpretar e experienciar o mundo, agir e viver, de uma comunidade, grupo de agentes e/ou de um/a agente em específico. Esses modos caracterizam-se pelo conjunto de compromissos ou suposições gerais assumidos, que podem ser classificados como ontológicos, epistêmicos, axiológicos (ou valorativos) e lógicos (ou inferenciais). Possuem estreita conexão — passível de ser compreendida de forma não dicotômica — com os comportamentos dos/as agentes e entram em interações dialéticas com o meio. Lazzeri sugere uma análise nessa linha, a partir da consideração de alguns estudos anteriores sobre o assunto.

O quinto texto, **Abordagens da percepção ecológica e cognição distribuída para a modelagem nas ciências**, é escrito por *Gabriel Moreira Francisco*. O autor discute a percepção ecológica e cognição distribuída como abordagens para a modelagem enquanto atividade representativa de produção de modelos nas ciências. Francisco destaca a relação entre organismo e modelos representacionais com vistas a investigar em que medida o uso de ferramentas epistêmicas permite novas interações e modifica a relação do organismo com o ambiente imediato. Em termos pragmáticos, o texto aborda o papel epistêmico das representações em correspondência com a sua função estética. Conclui que a percepção ecológica e a cognição distribuída são duas maneiras proveitosas de desenvolver articulações sobre a relação entre organismo e modelos representacionais.

Semiótica, teoria da consciência e leitura da ficção (na abertura de *Quincas Borba*, de Machado de Assis), de *Pedro Dolabela Chagas* vem em seguida. Chagas integra a teoria da consciência de Michael Graziano e a semiótica antropológica de Paul Kockelman numa teoria cognitiva da leitura. Ele agrega a descrição semiótica de estratégias autorais de produção de significação a uma descrição neurocientífica dos processos atencionais e estados conscientes, fomentados pela leitura do texto de ficção. Chagas exemplifica a articulação das teorias num

modelo comum na análise dos procedimentos empregados por Machado de Assis para dirigir a atividade mental do leitor durante a caracterização inicial de Rubião, protagonista de *Quincas Borba*.

A sétima publicação é **A objeção da direcionalidade externa à visão qualitativa da experiência visual**, de *Sérgio Farias de Souza Filho*. Conforme afirma o autor, David Papineau defende a visão qualitativa quanto à experiência visual, de acordo com a qual uma experiência visual com certo caráter fenomênico é idêntica a um estado físico interno — provavelmente um estado neural. Tal estado é intrínseco ao sujeito e não essencialmente relacionado a qualquer outro estado. Diferenças fenomênicas entre experiências visuais nada mais são que diferenças de estados físicos internos. A visão qualitativa é atacada por Adam Pautz que objeta ser ela inconsistente com a direcionalidade externa essencial da experiência visual e, dada a existência de uma forte razão pré-teórica para aceitar tal direcionalidade externa essencial, segue-se que a visão qualitativa deve ser rejeitada. Souza Filho argumenta que a objeção da direcionalidade externa falha em demonstrar a inviabilidade da visão qualitativa.

Autoconsciência e a unidade da experiência consciente em Franz Brentano e John Searle, é uma produção de *Tárik de Athayde Prata*. O texto examina a concepção (relativamente *vaga*) de John Searle a respeito da autoconsciência, a partir do ponto de vista de Franz Brentano sobre esse assunto (um ponto de vista muito mais desenvolvido). Dado que ambos conceberam (a) *a consciência interna* (nossa consciência de nossos próprios estados mentais) em termos da (b) *unidade da experiência consciente*, a ideia básica deste texto é propor um esclarecimento sobre a estrutura da autoconsciência na concepção de Searle por meio de uma explicação comparativa da concepção de Brentano. Em tal contexto, a consideração das reflexões *mereológicas* de Brentano (isto é, reflexões sobre as relações entre *partes* e *todos*) será de decisiva importância. Prata defende que a consideração da teoria de Brentano sobre a

autoconsciência, bem como de sua teoria sobre as relações entre *partes* e *todos*, vai tornar claros alguns erros cometidos por Searle.

A nona publicação é **Percepção e atributivos gerais**, de **Tiago Fonseca Falkenbach**. O autor revisa e avalia cinco argumentos em defesa da tese que a percepção depende da aplicação de atributivos gerais. Quatro dos argumentos são apresentados por Tyler Burge em sua mais recente monografia *Perception: First Form of Mind*. Um quinto argumento é apresentado por Jerry Fodor, em ‘Burge on Perception’ e *LOT II*. Falkenbach defende que, entre todos os cinco argumentos analisados, o de Fodor pode ser considerado o mais promissor. Mesmo assim, pretende mostrar que, como os de Burge, o argumento de Fodor também apresenta limitações. O autor conclui o texto propondo uma explicação diagnóstica sobre a atratividade da tese em questão.

Yuri Assis Freitas, com **A representação mental e as teorias das emoções: da avaliação incorporada à motivação imanente — um percurso prinzeano**, fecha esta coletânea. Freitas traça o caminho percorrido por Jesse Prinz para a sua teoria das emoções, desde a teoria original de 2004 das avaliações incorporadas (*embodied appraisals*) até a revisão enativista de sua abordagem, proposta em 2018. O autor explicita algumas críticas recebidas por sua teoria inicial e discute algumas posições teóricas que o leva a abandonar uma teoria representacional para o contexto das emoções. A virada enativista de 2018 busca responder às objeções à sua abordagem e garante à emoção seu aspecto corporificado. Isso é importante para Prinz, para o qual a emoção é a percepção das modificações nos padrões corporais. Conforme Freitas, a compreensão desse contexto é relevante para o objetivo desse trabalho, qual seja, o de iniciar uma investigação quanto ao papel desempenhado pela “representação” para as teorias das emoções.

Assim completamos esta coletânea de textos oriundos do XX encontro ANPOF. Desejamos boa leitura e que estas produções sejam mais uma fonte de debate e aprimoramento de ideias na área e do desenvolvimento da filosofia brasileira. Agradecemos à toda comunidade

pela participação no GT, por sua contribuição na promoção do desenvolvimento da filosofia da mente e da informação no Brasil.

Marco Aurelio Sousa Alves

Departamento de Filosofia da UFSJ e Programa de pós-graduação em Filosofia da UFSJ e da UFOP. Coordenador GT/FMI – gestão 2018-2024

Marcos Antonio Alves

Departamento e Programa de pós-graduação em Filosofia da Unesp. Coordenador GT/FMI – gestão 2025-2026

Análise sobre a agência de dispositivos digitais na perspectiva da tese da mente estendida

Ana Paula de Carvalho Gomes¹

DOI: <https://doi.org/10.58942/eqs.209.01>

1 Introdução

A Filosofia da Tecnologia tem discutido o significado e os impactos, em geral, da tecnologia na sociedade e mais recentemente, vem se preocupando com a natureza da tecnologia em si, inclusive das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Nesse contexto, a questão sobre o estatuto moral dessas tecnologias ganha destaque em uma série de novas pesquisas e um dos aspectos mais importantes dos debates atuais é se faz sentido qualificá-las como moralmente boas, ruins e até mesmo neutras em si mesmas, uma vez que isso implicaria atribuição de algum tipo de agência a estes artefatos.

Sob a perspectiva da ética tradicional, somente pessoas ou os atos das pessoas podem ser avaliadas moralmente, uma vez que a avaliação moral está relacionada à agência humana, ou seja, à capacidade de um agente racional agir intencionalmente e de fazer escolhas morais. Assim, sob este ponto de vista, considerar artefatos técnicos como moralmente bons, ruins ou neutros seria incorrer num erro categorial.

¹ Doutoranda em Filosofia na Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, *campus* de Marília, SP.

A tese da suposta neutralidade intrínseca da tecnologia, tão defendida, por exemplo, pelos defensores do uso de armas de fogo, exemplificada pelo célebre slogan da *American National Rifle Association*: “Armas não matam pessoas, pessoas matam pessoas”² não se sustentaria, pois acaba atribuindo ao armamento um valor moral, neste caso, o da neutralidade. Assim, ainda de um ponto de vista ético tradicional, portanto, a maneira mais óbvia de tentar incluir artefatos técnicos no domínio da moral é assumir que eles agem ou são agentes de modo que, de uma maneira moralmente relevante, são semelhantes a atos humanos ou agentes humanos. Kroes e Verbeek (2014) apontam para a grande influência da tecnologia em nossas vidas e sua suposta agência moral:

Questões sobre o status moral da tecnologia — no sentido de se a tecnologia em si ou sua influência sobre a vida humana pode ser avaliada como moralmente boa ou ruim — têm uma longa história. Mas recentemente, várias propostas foram apresentadas para atribuir alguma forma de agência moral à tecnologia, em particular a artefatos técnicos. Uma ideia comum subjacente a essas propostas é que a maneira como os artefatos técnicos influenciam o comportamento humano não pode ser capturada e compreendida tomando-os apenas como instrumentos passivos a serem usados à vontade para propósitos moralmente bons ou ruins (Kroes e Verbeek, 2014, p. 1, tradução nossa)³.

Assim, neste artigo, propomos abordar a questão por meio da Tese da Mente Estendida (TME), inicialmente defendida por Andy Clark e David Chalmers como forma de se atribuir um certo tipo ou

² Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/National_Rifle_Association. Acesso em: 15 jul 2024.

³ *Issues about the moral status of technology — in the sense of whether technology itself or its influence on human life may be evaluated as morally good or bad — have a long history. But recently, various proposals have been put forward to ascribe some form of moral agency to technology, more in particular to technical artefacts. A common idea underlying these proposals is that the way technical artefacts influence human behavior cannot be captured and understood by taking technical artefacts to be merely passive instruments to be used at will for morally good or bad purposes.*

grau de agência às TIC, mais especificamente, a dispositivos móveis e às redes sociais digitais. Na esteira da hipótese da expansão do mental, procuraremos mostrar que dispositivos digitais teriam, pelo menos, algum tipo de agência derivada na medida em que tais dispositivos seriam extensões da capacidade de agência humana. Para isso, iniciaremos a discussão abordando o conceito de agência proveniente da Concepção Padrão da Ação (CPA) e da Teoria Padrão da Ação (TPA), modelos da ação que pressupõem causação mental. Devido a uma série de limitações dessas teorias, adotaremos a perspectiva da Cognição Incorporada e Situada (CIS), abordagem da ciência cognitiva que desafia a visão tradicional da mente como algo separado do corpo e do ambiente. Em seguida, discutiremos a Tese da Mente Estendida (TME), um tipo de cognição distribuída nos moldes da CIS. Por fim, com base nas ideias e evidências expostas, defenderemos um certo tipo de agência às TIC e abordaremos suas possíveis implicações.

2 O conceito de agência

Podemos afirmar que muitos conceitos em filosofia são desafiantes, uma vez que a natureza da própria filosofia, ao envolver a análise crítica e a investigação profunda e cuidadosa de termos fundamentais, resulta, quase sempre, em diferentes visões, o que nos revela uma das características mais fundamentais da área. Um exemplo disso é justamente o conceito de agência, questão importante na Filosofia da Mente, Filosofia da Ação, Ética, Metaética, nos debates sobre o livre arbítrio e responsabilidade moral, na natureza das razões e na racionalidade prática, além de outras áreas do conhecimento (Schlosser, 2019). Korsgaard (2008), por exemplo, aponta para a natureza paradoxal do termo no âmbito da ética, no qual seres racionais são constituídos como agentes porque escolhem agir de determinadas formas de acordo com

os princípios da razão prática⁴, em especial princípios morais; ao mesmo tempo, só é possível escolher como agir baseado em princípios, se já se for um agente.

Continuando com Schlosser (2019), a agência, em sentido amplo, refere-se a entidades em relações causais, que interagem entre si, provocando mudanças umas nas outras. Porém, em sentido estrito, a agência denota a execução de ações intencionais e essa forma de conceber a agência pode ser atribuída a Aristóteles e Hume, e mais recentemente, está associada ao influente trabalho de Elizabeth Anscombe (1957) e Donald Davidson [1963]/(2002). As contribuições de Anscombe e Davidson estabeleceram uma Concepção Padrão de Ação (CPA), e o trabalho de Davidson forneceu as bases para uma Teoria Padrão da Ação (TPA). Enquanto a CPA trata de questões mais gerais e fundacionais da ação, tais como estabelecer critérios para identificar uma ação, a TPA é mais específica e foca nos processos que levam à ação e como estados mentais estão envolvidos na produção do comportamento intencional, oferecendo uma explicação causal da ação intencional.

No primeiro caso (CPA), um evento é uma ação apenas no caso de ser uma ação intencional sob alguma descrição, uma vez que a mesma ação pode ser intencional numa determinada situação e não intencional em outras. Afirma Schlosser (2019):

A concepção padrão de ação nos fornece uma concepção de agência. De acordo com essa visão, um ser tem a capacidade de exercer agência apenas no caso de ter a capacidade de agir intencionalmente, e o exercício da agência consiste na realização de ações intencionais e, em muitos casos, na realização de ações não intencionais (que derivam da realização de ações intencionais [...]) (Schlosser, 2019, tradução nossa)⁵.

⁴ A razão prática é um conceito que trata do processo pelo qual agentes deliberam sobre quais possibilidades de ações disponíveis num determinado contexto e chegam a decisões que levam a ações.

⁵ *The standard conception of action provides us with a conception of agency. According to this view, a being has the capacity to exercise agency just in case it has the capacity to act*

Para a CPA então, a ação é explicada em termos da intencionalidade do agente, e John Searle (1993), sob esta perspectiva, afirma não existir ação sem intenção, uma vez que a ação é a condição de satisfação da intencionalidade. Entretanto, cabe notar que é justamente a exigência de intencionalidade da CPA o que causa sérias dificuldades à teoria e os debates mais recentes têm sido resistentes à ideia. Abordaremos essas dificuldades oportunamente.

Schollosser (2019) ainda aponta que há, na CPA, uma estreita conexão entre agir intencionalmente e agir por alguma razão; para Anscombe e Davidson, trata-se de uma relação de identidade. Davidson (2002) defende que a razão explica a ação, e essas explicações são chamadas de racionalizações, na medida em que tornam a ação compreensível. Além disso, sempre que um agente age por algum motivo, ele pode ser caracterizado como portador de (1) algum tipo de atitude⁶ favorável a um determinado tipo de ação de acordo com seus desejos, vontades ou quaisquer outros estados motivacionais e (2) uma crença de que sua ação se enquadra na categoria de ações em relação às quais ele tem a atitude favorável. Assim, se alguém acredita que ajudar um amigo é uma coisa boa e reconhece que o que está fazendo (por exemplo, dar conselhos) é um ato de ajuda, então ele satisfaz essa condição. A ação é vista em termos de desejo/crença e a racionalização da ação é uma explicação das causas do ato enquanto que a intenção da ação consiste no desejo e na crença relacionados. Schollosser (2019) explicita as relações causais entre estados mentais e eventos na agência:

A teoria padrão da ação nos fornece uma teoria da agência, segundo a qual um ser tem a capacidade de agir intencionalmente apenas no

intentionally, and the exercise of agency consists in the performance of intentional actions and, in many cases, in the performance of unintentional actions (that derive from the performance of intentional actions).

⁶ De acordo com Davidson (2002), o termo atitude refere-se a traços de caráter permanente que resultam em certos tipos de comportamento ao longo da vida até a algo mais momentâneo e passageiro e não significa que toda a ação deva ser realizada por mais que seja desejada.

caso de ter a organização funcional correta: apenas no caso de a instanciação de certos estados mentais e eventos (como desejos, crenças e intenções) causar os eventos certos (como certos movimentos) da maneira correta. De acordo com essa teoria padrão de agência, o exercício da agência consiste na instanciação das relações causais corretas entre estados e eventos envolvendo agentes (Schollosser, 2019, tradução nossa)⁷.

Os estados mentais e eventos certos são os que racionalizam a ação pela perspectiva do agente, causando a ação de maneira não desviante, isto é, os estados mentais diretamente causam a ação física, como por exemplo, quando a intenção de beber água causa diretamente a ação de pegar um copo e bebê-la.

Ao conceber a ação sob a perspectiva dos estados internos do agente, essas teorias propõem um tipo de causação mental no qual a participação de elementos externos não é levada em conta. Além disso, de acordo com Tavares (2020), a causação defendida pela CPA e TPA é do tipo linear, entendida no contexto epistemológico da modernidade, de caráter mecanicista. Já os oponentes dessas concepções padrão argumentam que o exercício da agência em alguns casos pode ser totalmente espontâneo, sem razão ou intenção prévias e que a exigência de se considerar a ação em termos de desejos, crenças e intenções torna a TPA problemática para a agência não humana. Assim, discutiremos a seguir as principais críticas direcionadas à teoria.

2.1 Críticas a concepção e à teoria padrão da ação e da agência

Apesar da CPA e TPA serem comumente aceitas, essa perspectiva tem sido criticada por não contemplar aspectos importantes da agência e novas concepções têm sido sugeridas. Frankfurt [1971]/(2001)

⁷ *The standard theory of action provides us with a theory of agency, according to which a being has the capacity to act intentionally just in case it has the right functional organization: just in case the instantiation of certain mental states and events (such as desires, beliefs, and intentions) would cause the right events (such as certain movements) in the right way. According to this standard theory of agency, the exercise of agency consists in the instantiation of the right causal relations between agent-involving states and events.*

argumentou, em artigo influente, que “além de querer, escolher e ser movido a fazer isto ou aquilo, os homens também podem querer ter (ou não ter) certos desejos e motivos” (Frankfurt, 2001, p. 7, tradução nossa)⁸ e esta característica é o que diferenciaria agentes humanos de não humanos. Quando uma pessoa quer ter um certo desejo e quer ser movida por ele, então ela é dita identificada com o desejo e sua eficácia motivacional. Quando há uma identificação do agente a um desejo e vontade, tem-se a ação, quando não, o agente pode não agir e assim, a TPA não conseguiria explicar a autogovernança genuína e podemos incluir aqui também as situações na qual não se deseja fazer o que se faz.

Conforme mencionamos anteriormente, a TPA volta-se fundamentalmente à agência humana e por isso, deixa de levar em conta aspectos fundamentais. Ao explicar a ação em termos de desejos, crenças e intenções do agente, também se presume que a TPA tenha uma perspectiva representacionalista, isto é, em termos de estados mentais intencionais de conteúdo tipicamente proposicionais (Schollosser, 2019). Entretanto, parece que há seres não humanos capazes de agência genuína que não possuem estados mentais representacionais, assim como há certas atividades humanas, como instâncias de ação habitual (dirigir um automóvel) ou envolvimento em um fluxo responsivo de interação (trocas verbais), no qual o agente se encontra em um forte envolvimento com o ambiente e suas ações não necessitam de deliberação prévia. De qualquer forma, a questão sobre em que consiste a posse de estados mentais representacionais é uma das questões mais controversas da Filosofia da Mente e da Ciência Cognitiva, e está além do escopo desta investigação.

Uma das implicações imediatas da relação de causalidade entre estados mentais (desejos, crenças e intenções) e ação, defendida pela CPA e TPA é o clássico problema mente/corpo da Filosofia da Mente,

⁸ *Besides wanting and choosing and being moved to do this or that, men may also want to have (or not to have) certain desires and motives.*

em que se procura compreender como é possível que o mental, supostamente de natureza imaterial, tenha poder causal sobre o corpo, de natureza física. Além disso, Tavares (2020) aponta que a perspectiva da TPA é internalista⁹ ou externalista semântica¹⁰, o que desconsidera aspectos contextuais, ambientais e não semânticos na explicação da natureza da ação. Assim, essas teorias concebem uma causalidade mental linear, no contexto do mecanicismo clássico, conforme mencionamos anteriormente. A causalidade linear caracteriza-se por relações regulares e direcionamento no tempo, no qual dado o evento A, tem-se B. Embora as justificativas para a causação mental serem insuficientes, não discutiremos as dificuldades relacionadas. Ao invés disso, adotaremos a posição de abordagens externalistas fortes, que consideram o agente incorporado e situado no ambiente, sendo agente e ambiente os constituintes dos processos causais da ação, como a perspectiva da Cognição Incorporada e Situada (CIS), uma vez que “a exclusão da influência de elementos externos como possíveis direcionadores da conduta é prejudicial para a análise das possíveis causas das ações” (Tavares, 2020, p. 30). Consequentemente, abandonaremos a causalidade linear das teorias padrão pela chamada Causalidade Recíproca Contínua, presente na Tese da Mente Estendida (TME), que veremos na seção 3.1. Porém, cabe já esclarecer que esse tipo de causalidade “[...] ocorre quando algum sistema S simultaneamente afeta e é afetado pela atividade de outro sistema O.” (Clark, 2008, p. 24, tradução nossa)¹¹.

⁹ O internalismo na filosofia da mente é uma posição que defende que os estados mentais, como crenças, desejos e intenções, são determinados exclusivamente por fatores internos ao sujeito, como sua configuração cerebral, experiências conscientes ou disposições. Essa visão contrasta com o externalismo, que sustenta que os estados mentais podem depender também de fatores externos ao sujeito, como o ambiente físico ou social.

¹⁰ O externalismo semântico é uma posição filosófica no campo da filosofia da linguagem e da mente que defende que o significado dos pensamentos, crenças ou expressões linguísticas depende, pelo menos em parte, de fatores externos ao sujeito que os possui.

¹¹ *occurs when some system S is both continuously affecting and simultaneously being affected by activity in some other system O.*

Assim, na causalidade recíproca, o evento A influencia B, mas B também influencia A, criando um ciclo de interação contínua. Essa interação pode ser observada de forma dinâmica, onde as causas e efeitos se retroalimentam, transformando-se mutuamente. Ademais, as abordagens incorporadas e situadas apontam que muitas instâncias da agência humana podem e devem ser explicadas sem a atribuição de estados mentais representacionais.

Entendemos assim que a CPA e TPA não proporcionam os subsídios necessários para a nossa hipótese, a saber, de que as TIC possuíam um certo tipo ou grau de agência, principalmente por não considerarem fatores ambientais e contextuais como componentes causais nos processos de realização da ação. Compreendendo a relevância da função cognitiva dos agentes na eficácia das ações e consequentemente da agência, discutiremos brevemente, a seguir, a perspectiva da Cognição Incorporada e Situada (CIS), que será melhor esclarecida na Tese da Mente Estendida (TME), tema da sessão 3.1.

3 Cognição Incorporada e Situada (CIS)

De acordo com Shapiro e Spalding (2024), a ciência cognitiva tradicional, de caráter computacional, falhou em perceber a importância do corpo e do ambiente no processo cognitivo e isso levou a novas formas de se considerar a cognição. Assim, uma ampla diversidade de visões foi desenvolvida e os autores apontam três temas principais presentes em todas elas, chamadas de conceitualização, substituição e constituição. A conceitualização refere-se ao fato de que a maneira como organismo entende seu ambiente depende da natureza de seu corpo, isto é, organismos diferentemente corporificados entenderiam seus ambientes de forma distinta. A substituição por sua vez, alega que o conjunto de conceitos inspirados na computação, como símbolo, representação e inferência, que sustentaram a ciência cognitiva tradicional, deve ser substituído por outros mais adequados à investigação de

sistemas cognitivos informados pelo corpo. Por fim, a constituição considera que o corpo (e possivelmente o ambiente) vai além de uma simples contribuição causal para os processos cognitivos: ele exerce um papel constitutivo, sendo parte integrante de um sistema. Dessa forma, os sistemas cognitivos não seriam compostos apenas por um sistema nervoso e órgãos sensoriais. Para os fins de nosso trabalho, vamos nos concentrar no terceiro tema, a constituição, melhor entendido na TME por meio dos conceitos de acoplamento e de paridade, que veremos a seguir.

Para a ciência cognitiva tradicional, os constituintes de um sistema cognitivo são processos cerebrais que realizam computações enquanto que a causa da cognição é aquilo que provoca esses processos cerebrais (*inputs*), como estímulos ambientais, por exemplo. Já os teóricos da CIS acreditam que essa explicação dos constituintes da cognição é incorreta. Chemero (2001) ressalta que os proponentes da CIS entendem a cognição como produto das interações contínuas entre cérebro, corpo e ambiente e assim, os processos cognitivos formam-se por uma espécie de acoplamento entre agente e ambiente. Shapiro e Spalding (2024) explicam que o acoplamento é um conceito técnico da engenharia, mas também utilizado pela filosofia num sentido mais flexível:

Os comportamentos dos objetos estão acoplados quando as equações diferenciais que descrevem o comportamento de um contêm um termo que se refere ao comportamento do outro. [...] A coocorrência de termos nas equações que descrevem um sistema dinâmico mostra que o comportamento dos objetos aos quais eles se referem são codependentes. Eles são, portanto, utilmente construídos como constituintes de um único sistema — um sistema mantido unido pelas interações de partes cujos relacionamentos são capturados em equações diferenciais acopladas.” (Shapiro e Spalding, 2024, tradução nossa)¹².

¹² *The behaviors of objects are coupled when the differential equations that describe the behavior of one contains a term that refers to the behavior of the other. [...] The co-occurrence of terms in the equations that describe a dynamical system shows that the behavior of the objects to which*

Clark (2008) ilustra o acoplamento por meio do processo de escrita, no qual o papel ofereceria um meio que possibilita explorar formas de pensar que de outra maneira, estariam indisponíveis ao agente, o que ele se refere como “*coupled neural-scribbling-reading unfolding*” (Clark, 2008, p. 126). Assim, o sistema cognitivo que produz a escrita estende-se além do agente e inclui entre seus constituintes o papel no qual as palavras são escritas, além dos atos de ler e escrever, todos em interação contínua.

Já o princípio de paridade pode ser identificado na seguinte passagem: “[s]e, ao enfrentarmos alguma tarefa, uma parte do mundo funciona como um processo que, se fosse feito na cabeça, não hesitaríamos em reconhecer como parte do processo cognitivo, então essa parte do mundo é [...] parte do processo cognitivo” (Clark 2008, p. 222, tradução nossa)¹³. Então, quando um caderno de notas é consultado para que algo seja lembrado (como o endereço de determinado lugar), pelo princípio da paridade, a anotação no caderno desempenha a função de memória, tal qual a memória biológica.

O conceito de acoplamento e de paridade fundamentam alguns argumentos da TME. Quando processos cerebrais são acoplados a processos no corpo ou no mundo, seja no sentido técnico derivado da teoria de sistemas dinâmicos ou no sentido menos estrito envolvendo *loops* de dependência, o resultado é um único sistema cognitivo que se estende além porque os constituintes do sistema não estão limitados ao cérebro. A partir da análise das questões relacionadas à CIS, apresentaremos a seguir, de forma mais detalhada, a TME, tipo específico de cognição distribuída.

they refer are co-dependent. They are thus usefully construed as constituents of a single system—a system held together by the interactions of parts whose relationships are captured in coupled differential equations.

¹³ *If, as we confront some task, a part of the world functions as a process which, were it done in the head, we would have no hesitation in recognizing as part of the cognitive process, then that part of the world is (so we claim) part of the cognitive process.*

3.1 A tese da mente estendida (TME)

A TME foi proposta por Andy Clark e David Chalmers no artigo *The Extended Mind* ¹⁴, de 1998, como uma tentativa de responder a questões sobre a delimitação do mental em relação ao mundo exterior. De acordo com Tavares (2020): “[a] hipótese da mente estendida [...] apresenta uma concepção de mente e de cognição que emerge da relação entre as experiências do agente no mundo, não tendo uma delimitação precisa” (Tavares, 2020, p. 70). Vejamos a seguir os principais pontos dessa importante teoria.

Clark e Chalmers (1998) argumentam que uma mesma tarefa pode ser realizada mentalmente ou por meio do auxílio de um artefato (calculadora, computador, bloco de anotações, entre outros), e que ambas possuiriam a mesma “quantidade” de cognição. Destacam ainda que nas situações do segundo caso, faz-se notar a tendência geral humana de procurar auxílio nos suportes ambientais:

Em todos estes casos [nas atividades cognitivas auxiliadas por artefatos], o cérebro individual realiza algumas operações, enquanto outras são delegadas a manipulações de meios externos. Se os nossos cérebros fossem diferentes, esta distribuição de tarefas teria, sem dúvida, variado. (Clark e Chalmers, 1998, p. 8, tradução nossa).¹⁵

Assim, para Clark e Chalmers (1998), organismo humano e artefato estão acoplados criando um sistema cognitivo bidirecional único no qual todos os componentes desempenham papel causal ativo. Em conjunto, os componentes governam o comportamento como a cognição geralmente o faz e caso algum artefato seja retirado do sistema, a competência cognitiva diminuirá, tal como aconteceria se alguma parte

¹⁴ Os autores referem-se ao corpo e ao cérebro ao usarem o termo cérebro. Isso fica evidente na p. 10 do artigo.

¹⁵ *In all these cases the individual brain performs some operations, while others are delegated to manipulations of external media. Had our brains been different, this distribution of tasks would doubtless have varied.*

do cérebro fosse removida. Os artefatos, por fazerem parte de um circuito, têm impacto direto no organismo e em seu comportamento:

[...]Se mantivermos a estrutura interna, mas alterarmos as características externas, o comportamento poderá mudar completamente. As características externas aqui são tão causalmente relevantes quanto as características internas típicas do cérebro. (Clark e Chalmers, 1998, p. 9, tradução nossa)¹⁶.

Os autores apoiam-se no crescimento de pesquisas que corroboram a perspectiva de uma cognição em continuidade com processos no ambiente e defendem um externalismo direto¹⁷, apoiado pela história evolutiva dos seres humanos, que desenvolveram a capacidade de criar e utilizar ferramentas ampliadoras de suas capacidades cognitivas. As ferramentas podem ser vistas como extensões naturais dos recursos cognitivos internos e foram moldadas pelas pressões evolutivas e necessidade de adaptações a ambientes diversos. A seleção natural favoreceu organismos mais adaptados e capazes de resolver problemas e nesse contexto, utilizar um pedaço de carvão para marcar uma pedra e auxiliar a memória é vista como uma vantagem evolutiva. Clark e Chalmers (1998) também destacam a coevolução da cognição humana e das práticas culturais: na medida em que os seres humanos evoluíram, também desenvolveram culturas que incluem ferramentas, linguagens e sistemas de simbolização que amplificam as capacidades cognitivas. Não é de se espantar, portanto, que atualmente carreguemos *smartphones* continuamente, o que nos permite, além de ligações telefônicas, acesso à internet, troca de mensagens, registros de imagens por meio de vídeos e fotos, interações em redes sociais e até mesmo, consultas ao

¹⁶ *If we retain internal structure but change the external features, behavior may change completely. The external features here are just as causally relevant as typical internal features of the brain.*

¹⁷ O externalismo direto defende que certos tipos de estados mentais ou conteúdos mentais são determinados diretamente por relações com o ambiente externo, sem a necessidade de mediação por representações internas ou estados intermediários.

ChatGPT. Outro fator, apontado pelos autores, que apoia o externalismo direto é a plasticidade cognitiva, isto é, a capacidade do cérebro/corpo de se adaptar e reconfigurar suas funções em resposta ao ambiente e ao uso de ferramentas externas. Essa plasticidade sugere que os processos cognitivos não estão rigidamente confinados ao cérebro/corpo.

Clark e Chalmers (1998) propõem um experimento mental a fim de se verificar o que realmente adquire caráter externo: se a mente propriamente dita ou apenas o processamento cognitivo. Para isso, procuram provar a existência de casos no qual as crenças podem ser constituídas por recursos ambientais desempenhando um determinado papel na condução dos processos cognitivos. E “[n]este caso, a mente se estende ao mundo” (Clark e Chalmers, 1998, p. 12).

Os autores narram uma primeira situação, considerada trivial, de crença baseada na memória, na qual uma pessoa de nome Inga quer ir à uma determinada exposição num museu que ela sabe que se localiza numa determinada rua, a Rua 53. Ela pensa rapidamente e dirige-se para o local. Assim, Inga acredita que o museu fica nesta rua mesmo antes de consultar a memória. A segunda situação é a de Otto, que sofre de Alzheimer e utiliza um caderno de anotações para auxiliar sua memória. Ele também quer ir à exposição e por isso consulta seu caderno que lhe diz que ele deve se dirigir à Rua 53. Para Clark e Chalmers (1998), os dois casos são análogos em seus aspectos relevantes:

[O] caderno desempenha para Otto o mesmo papel que a memória desempenha para Inga. A informação no caderno funciona exatamente como a informação que constitui uma crença comum não ocorrente; acontece apenas que essa informação está além da pele. (Clark e Chalmers, 1998, p. 13, tradução nossa)¹⁸.

¹⁸ *the notebook plays for Otto the same role that memory plays for Inga. The information in the notebook functions just like the information constituting an ordinary non-occurrent belief; it just happens that this information lies beyond the skin.*

Coelho (2017) esclarece que, o funcionalismo¹⁹ não é explicitamente exposto no artigo, mas é um pressuposto incontestável da TME: admitir a participação de artefatos como constituintes de processos mentais implica fenômenos ocorrendo em substratos diferentes. Uma vez que o caderno de Otto tem a mesma função que a memória de Inga, trata-se então de uma extensão do mental no caderno de Otto. Entretanto, a noção de causalidade é colocada em dúvida nesse debate. De modo mais específico, os críticos do externalismo direto argumentam que a distinção entre causação e constituição não sustentaria a ideia de que os processos mentais se estendem além do corpo. Isso se deve às diferenças entre os conceitos; enquanto que a causação refere-se ao processo pelo qual uma coisa provoca ou influencia diretamente outra em determinada situação, e isso ocorre de forma temporal e sequencial (em $t=x$, A causa B), a constituição trata de como algo é formado ou constituído. Assim, os críticos defendem que apenas o cérebro e suas funções neurais seriam os constituintes dos processos mentais e os fatores externos ao corpo (como ferramentas ou o ambiente) são vistos apenas como causas que influenciam a mente, não fazendo parte da sua constituição interna. Clark e Chalmers (1998) apresentam vários argumentos contra essa objeção, como o conceito de paridade, que vimos anteriormente, entre outros, que serão abordados oportunamente. Mas cabe observar por hora que a fronteira entre o que está “dentro” do corpo e da mente e o que está “fora” é, em muitos casos, arbitrária e baseada em suposições culturais ou tradicionais sobre a individualidade. Além disso, Coelho (2017) também aponta que na física, muitas interações causais envolvem também constituição, especialmente em sistemas interdependentes. Em um sistema físico, partículas podem se causar mutuamente (pela gravidade ou forças eletromagnéticas), mas ao mesmo tempo constituírem o sistema como um todo. Isso sugere

¹⁹ O funcionalismo defende que o que define um estado mental não é sua composição física, mas sim seu papel funcional em um sistema.

que, em certos contextos, é possível que aquilo que causa algo também o constitua de maneira mais integrada, o que poderia enfraquecer a distinção rígida entre causação e constituição²⁰.

Um aspecto que acreditamos ser de extrema importância para nosso trabalho é a forma como a TME considera a linguagem. Para Clark e Chalmers (1998), a linguagem tem papel crucial no acoplamento de agentes e seus ambientes. Para eles, trata-se de uma ferramenta cognitiva essencial na forma como se pensa e se interage com o mundo, expandindo e aprimorando os processos mentais. Sendo que as TIC abrangem tecnologias utilizadas por meio da linguagem, como internet, *smartphones*, mídias sociais e *software* de comunicação, podemos concluir que os agentes se encontram acoplados a essas tecnologias durante o uso, expandindo suas mentes. Voltaremos a essa questão oportunamente.

Além das críticas ao externalismo direto mencionadas anteriormente, a CIS e a TME enfrentaram outras objeções, principalmente das correntes cognitivistas tradicionais. Entendemos que nenhuma delas é suficiente para invalidar as teorias pois trata-se de argumentos baseados numa perspectiva problemática da cognição, a saber, posições que não levam em conta a participação do corpo e do ambiente na formação e constituição dos estados mentais. Podemos citar, por exemplo, a objeção de Adams e Aizawa (2001), na qual a TME supostamente falha por não atender as chamadas marcas do cognitivo/mental²¹. Para eles, os estados cognitivos devem envolver apenas conteúdo intrínseco, não derivado²², sendo que Otto, ao consultar seu caderno, utiliza conteúdo

²⁰ Ver: Ross; Ladyman, 2010.

²¹ No contexto da filosofia da mente, a ideia de uma marca do cognitivo refere-se à tentativa de estabelecer critérios específicos que distinguem os processos cognitivos de outros tipos de processos ou fenômenos, internos ou externos.

²² Conteúdo intrínseco de estados ou processos cognitivos são aqueles que não dependem de convenções, sistemas ou acordos externos para significar.

derivado²³ (Adams e Aizawa, 2001). Essa perspectiva decorre de visões internalistas, as quais defendem que os processos cognitivos internos possuiriam uma propriedade particular que os processos externos não compartilham. No entanto, os defensores do internalismo pouco ofereceram como justificativa à existência dessa propriedade. Outras críticas à TME relacionam-se a problemas na noção de constituição e ao risco de trivialidade da teoria, também inspirados em perspectivas internalistas.

Até aqui fizemos o seguinte percurso: apresentamos as teorias causais da ação, que estão intrinsecamente relacionadas à noção de agência, discutimos a necessidade de recorrermos a CIS e finalmente, analisamos a TME e suas principais objeções. Entendemos que nenhuma crítica apresentada conseguiu invalidar a tese de forma satisfatória. Assim, dado o ferramental teórico que por ora dispomos, discutiremos, na próxima sessão, nossa hipótese, relacionando-a com as ideias expostas até então.

4 Agência de dispositivos móveis e redes sociais digitais

Conforme apresentamos no início, o objetivo de nossa pesquisa é possibilitar a atribuição de um certo tipo ou grau de agência às TIC, mais especificamente, a dispositivos móveis e às redes sociais digitais, por meio da TME.

Iniciamos nossa análise na sessão anterior, considerando a perspectiva da TME em relação a linguagem, que é entendida como uma ferramenta cognitiva central que estende e aprimora o pensamento humano:

A linguagem parece ser um meio central pelo qual os processos cognitivos são estendidos ao mundo. Pense em um grupo de pessoas

²³ O conteúdo derivado tem seu significado proveniente de convenções externas ou acordos sociais, como símbolos, palavras ou numerais.

fazendo *brainstorming* em volta de uma mesa, ou em uma filósofa que pensa melhor escrevendo, desenvolvendo suas ideias à medida que avança. Pode ser que a linguagem tenha evoluído, em parte, para permitir tais extensões de nossos recursos cognitivos dentro de sistemas ativamente acoplados. (Clark e Chalmers, 1998, p. 11, tradução nossa)²⁴.

Para a TME, a linguagem não é apenas um meio para se expressar; ela molda e transforma o pensamento externalizando tarefas cognitivas complexas e permitindo novas formas de raciocínio. Nesse sentido, a linguagem é um dos exemplos mais importantes de como recursos externos podem se tornar partes integrais do nosso sistema cognitivo. Os autores enfim apontam: “[s]em a linguagem, poderíamos ser muito mais parecidos com mentes ‘internas’ cartesianas discretas, nas quais a cognição de alto nível depende amplamente de recursos internos”. (Clark e Chalmers, 1998, p. 18, tradução nossa)²⁵.

Assim, considerando que as TIC abrangem tecnologias como internet, dispositivos móveis como *smartphones*, mídias sociais e *software* de comunicação e que todas elas são utilizadas por meio da linguagem, podemos sugerir que essas tecnologias se encontram acopladas aos agentes durante o uso, expandindo suas mentes. Estritamente defendemos que os processos internos de um usuário de redes sociais juntamente com seu *smartphone* constituem um único sistema cognitivo durante o uso dessas redes.

De forma a clarificar o argumento, vamos propor aqui uma determinada situação, nos moldes da experiência mental de Inga e Otto. Imaginemos que Júlia, assim que acorda, antes de se levantar, pega seu *smartphone* (que ficou carregando do lado de sua cama) e acessa

²⁴ *Language appears to be a central means by which cognitive processes are extended into the world. Think of a group of people brainstorming around a table, or a philosopher who thinks best by writing, developing her ideas as she goes. It may be that language evolved, in part, to enable such extensions of our cognitive resources within actively coupled systems.*

²⁵ *Without language, we might be much more akin to discrete Cartesian “inner” minds, in which high-level cognition relies largely on internal resources.*

algumas redes sociais. Ela assim o faz para ver as últimas postagens de pessoas ou páginas que segue, e ela nota uma grande quantidade de postagens em forma de notícia sobre um determinado assunto. Percebe que essas postagens estão sendo muito comentadas e compartilhadas. Depois, Júlia vai para um *app* de mensagens instantâneas e vê o mesmo assunto sendo mencionado em alguns grupos do qual faz parte e ela resolve então, encaminhar esse conteúdo para alguns amigos, comentando e engajando discussões. E assim, toda vez que Júlia acessar suas redes sociais naquele dia, vai se deparar com o mesmo tema. Uma vez que Júlia não se interessa em checar a veracidade do que está vendo, o que pode ser feito utilizando o próprio *smartphone* em sites de busca e de checagem de notícias, aquele conteúdo passa a compor a visão de mundo de Júlia, formando suas crenças sem a comprovação de se tratar de algo que corresponde aos fatos.

Na situação de Júlia podemos apontar dois fenômenos no uso das redes sociais que são objetos de estudos recentes. O primeiro refere-se às câmeras de eco ou bolhas, que por meio dos algoritmos de relevância que personalizam aquilo que é exibido, reforçam determinados conteúdos, mostrando para o usuário repetidamente o mesmo assunto em detrimento de outros. Some-se a isso o comportamento de outras pessoas sob o mesmo efeito no *app* de mensagens instantâneas e uma bolha sobre determinada ideia está formada. O segundo diz respeito a natureza aditiva dessas redes, projetadas para capturar o máximo do tempo e da atenção consciente de quem as usa (Gomes e Broens, 2021).

Clark e Chalmers (1998), ao justificarem o acoplamento de Otto e seu caderno de notas, apontam que os elementos centrais para tal formação são o “alto grau de confiança, dependência e acessibilidade” (Clark e Chalmers, 1998, p. 17, tradução nossa)²⁶ do artefato externo. Assim, no caso de Júlia, ela confia no que vê nas redes sociais a ponto

²⁶ *trust, reliance, and accessibility.*

de não achar necessário checar a notícia, e além disso, pode facilmente acessar essas redes em qualquer lugar e no momento que quiser.

Entendemos que o sentido de dependência de Otto e seu caderno de notas e de Júlia e seu *smartphone* é diferente; Otto necessita de seu caderno como auxílio à sua memória enquanto Júlia usa seu dispositivo e as redes para talvez passar o tempo e se informar, criando um certo tipo de adição, mas no fim, trata-se de uma relação de dependência. Acreditamos também que Júlia, no momento em que acessa suas redes, estabelece um vínculo de codependência com o dispositivo, em uma relação circular que envolve processos de *feedback* e *feedforward*, próprios da CRC e assim, de acordo com Clark (2008), o dispositivo passa a fazer parte do processo cognitivo. Além disso, os autores aceitam a possibilidade de uma cognição socialmente estendida, no qual estados mentais seriam compartilhados. Neste âmbito, podemos elencar diversos estudos que corroboram para o chamado fenômeno do contágio emocional em interações sociais presenciais e remotas (Gomes e Broens, 2021), de forma que uma cognição social estendida nos parece totalmente plausível.

Imaginemos agora um outro caso, o de Raquel, que teve seu *smartphone* furtado e que resolveu por isso, ter um celular apenas para ligações e mensagens SMS. Seu perfil de uso do dispositivo foi drasticamente alterado; Raquel só consegue acessar suas redes sociais e o app de mensagens instantâneas rapidamente no trabalho, pelo computador, e seus amigos mais próximos já se acostumaram com essa nova disponibilidade de Raquel, priorizando o contato por meio de ligações ou SMS. Nesta situação, Raquel não conseguirá se engajar em discussões nas redes sociais e nem verá diferentes postagens sobre um mesmo assunto. Desta forma, o acoplamento não ocorre, pois a dependência e a acessibilidade não estão mais operando no cotidiano de Raquel.

Por fim, Clark e Chalmers fazem uma importante previsão sobre as consequências morais e sociais da perspectiva de uma mente estendida. Eles apontam para a possibilidade de haver casos no qual

interferir no ambiente de alguém teria o mesmo significado moral de interferir com a pessoa propriamente. O que nos remete a abordagens recentes na teoria social, na qual a explicação da conduta deve incluir elementos não humanos necessários para a realização da ação. Dado que determinada ação não poderia ter sido realizada sem a participação de determinadas entidades não humanas, elas devem ser incluídas como partes da agência. Hanson (2013) aponta que “esse ponto de vista é conhecido por nomes como ciborgue, teoria ator-rede, cognição distribuída e agência estendida” (Hanson, 2013, p. 60, tradução nossa)²⁷, que o autor agrupa no que ele denomina Teoria da Agência Composta (TAC). A base da TAC é o fato auto evidente de que o agente não age sozinho; que determinadas condutas só seriam possíveis pelo uso de determinados artefatos essenciais na ação: basta considerarmos toda a possibilidade de ação que a tecnologia disponibiliza. Assim, se os artefatos são essenciais para a ação, da mesma forma que o caderno de notas de Otto é para que ele consiga se dirigir ao museu corretamente, então devem ser considerados como parte da agência em si.

4 Considerações finais

Acreditamos que o desenvolvimento teórico e as evidências apresentadas corroboraram nossa hipótese, qual seja, a de que as TIC e mais em específico, dispositivos móveis com acesso a redes sociais digitais, possuiriam um certo tipo ou grau de agência devido à natureza estendida da mente e ao papel essencial que desempenham nas ações de seus usuários, apontada pela TAC. Assim, é perfeitamente razoável a atribuição de avaliações morais a esses dispositivos/aplicativos, o que vai ao encontro da urgente necessidade de alterarmos a forma como consideramos as TIC em nossas vidas.

²⁷ *This point of view goes under names such as cyborg, actor-network theory, distributed cognition, and extended agency.*

Com relação a atribuição de valor moral neutro às armas de fogo (mencionada na introdução deste trabalho), o problema não está na atribuição de algum valor moral a um artefato, mas sim, na concepção da neutralidade, de acordo com os nossos resultados. O teórico da TAC, ao constatar a probabilidade imensamente maior de que pessoas armadas matem mais do que pessoas desarmadas, imputaria responsabilidade moral na agência composta de pessoa/arma. Assim, o valor moral do artefato procede, mas jamais seria neutro, assim como a responsabilidade moral no escândalo sobre a manipulação de listas de espera de transplantes de órgãos na Alemanha²⁸ “cabe ao sistema como um todo: seus projetistas, operadores, *hardware* e *software*” (Hanson, 2013, p. 62, tradução nossa)²⁹.

Provisoriamente, também podemos concluir a existência de uma interdependência forte entre agente e ambiente, no que concerne à cognição. Entendemos que, embora existam evidências empíricas para a mente estendida, também há outras a favor de uma cognição mais centrada em processos internos. O relato de uma mulher que convive com Alzheimer mostra o papel das estruturas neurais: em algumas ocasiões, mesmo tendo uma lista com o nome dos itens que precisa comprar, ao ler o nome de um item específico como sabonete por exemplo, a anotação não é suficiente para garantir a ação correta: a paciente acaba pegando outro produto, porque segundo seu relato, sua cognição está com problemas para entender o que é “sabonete” (Piovezan, 2024). Note-se que, sob a perspectiva da TME, a lista tem a mesma função do caderno de Otto, expandindo a mente, como seria de se esperar em nossa relação com o mundo. O problema seria então alguma falha nos constituintes internos do sistema cognitivo, que não consegue reconhecer o conteúdo do constituinte externo. Por fim, acreditamos que a escolha de posições exclusivamente internalistas ou externalistas

²⁸ Disponível em: <https://www.dw.com/en/germanys-ailing-organ-transplant-system/a-16195230>. Acesso em 21 set. 2024.

²⁹ *Rests with the system as a whole: its designers, operators, hardware and software.*

provoca impasses por ora insolúveis, sendo mais adequada uma perspectiva pluralista para o desenvolvimento das ciências cognitivas.

Referências

- ADAMS, F.; AIZAWA, K. *The Bounds of Cognition*, *Philosophical Psychology*, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2001.
- AHISSAR, M.; HOCHSTEIN, S. *The reverse hierarchy theory of visual perceptual learning*. *TRENDS in Cognitive Sciences*, v. 8, n. 10, 2004.
- ANSCOMBE, G.E.M. *Intention*. Oxford: Basil Blackwell, 1957.
- CHEMERO, A. *Dynamical Explanation and Mental Representations*. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 5, n. 4, p. 141-142, 2001.
- CLARK, A. *Supersizing the Mind: Embodiment, Action, and Cognitive Extension*. New York: Oxford University Press, 2008.
- CLARK, A. *Coupling, constitution, and the cognitive kind: A reply to Adams and Aizawa*. In: MENARY, R. (Ed.) *The Extended Mind*. Cambridge, MA: MIT Press, p. 81-100. 2010.
- CLARK, A.; CHALMERS, D. *The Extended Mind*. *Analysis*, v. 58, n. 1, p. 7-19, 1998.
- COELHO, B. T. *A hipótese da mente estendida: um debate acerca dos limites da cognição*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, p. 98, 2017.
- DAVIDSON, D. *Essays on actions and events*. New York: Oxford University Press, 1963-2002.
- FRANKFURT, H. *Freedom of the Will and the Concept of a Person*. In: EKSTROM, L. (Ed.). *Agency And Responsibility*. New York: Routledge, 1971-2001.
- GOMES, A.P.C.; BROENS, M.C. *A formação das crenças na era das fake news*. Emoções e sentimentos epistêmicos. São Paulo: FiloCzar, 2021.
- HANSON, F. A. *Which Came First, the Doer or the Deed?* In: KROES, P. ; VERBEEK, P. P. (Ed.). *The moral status of technical artefacts*. Dordrecht: Springer Netherlands, 2014, p. 55-73.

- HIMMA, K., E. *Artificial agency, consciousness, and the criteria for moral agency: what properties must an artificial agent have to be a moral agent? Ethics and Information Technology*, v. 11, p. 19-29, 2009.
- KROES, P.; VERBEEK, P. P. *Introduction: The moral status of technical artefacts*. In: KROES, P ; VERBEEK, P. P. (Ed.). *The moral status of technical artefacts*. Dordrecht: Springer Netherlands, 2013, p. 1-9.
- KORSGAARD, C. M. *The constitution of agency. Essays on practical reason and moral psychology*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- PIOVEZAN, S. 'O esquecimento é o de menos', conta mulher que convive com Alzheimer. *Estadão*, São Paulo, 21 set. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/saude/o-esquecimento-e-o-de-menos-conta-mulher-que-convive-com-alzheimer/>. Acesso em 21 set. 2024.
- ROWLANDS, M.; LAU, J.; DEUTSCH, M. *Externalism about the mind*. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2020. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2020/entries/content-externalism/>. Acesso em 23 mai. 2024.
- SEARLE, J. R. *Intentionality: an essay in the philosophy of mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- SHAPIRO, L; SPAULDING, S. *Embodied Cognition*. In: ZALTA, E. N.; NODELMAN, U. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2024. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2024/entries/embodied-cognition/>. Acesso em 04 jun. 2024.
- SCHLOSSER, M. *Agency*. In: ZALTA, E. N. (Ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2019. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2019/entries/agency/>. Acesso em 07 mai. 2024.
- STOUT, R. *Action*. Buckinghamshire: Acumen, 2005.
- TAVARES, B. L. *Estudo de Concepções Causais da Ação no Contexto Contemporâneo*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, p. 130, 2020.

Correlação interencefálica como fundamento para a mente do superorganismo¹

Anderson Fonseca²

DOI: <https://doi.org/10.58942/eqs.209.02>

1 Introdução

A colônia de formigas é um sistema biológico com uma experiência subjetiva? De acordo com o Pampsiquismo, a ideia de que a natureza em seu aspecto fundamental possui propriedades experienciais e propriedades não-experienciais (ou físicas) (Chalmers, 2013; 2017) apoia a noção de que partes experienciais (micro sujeitos) podem se combinar para compor todos experienciais (macro sujeitos) (Nagel, 2004; Roelofs, 2019, 2022). Em outras palavras, entidades conscientes podem compor entidades conscientes adicionais.

Esta é a perspectiva do Combinacionismo, a tese de que (micro)mentes podem se combinar para compor (macro)mentes (Roelofs, 2019). O Combinacionismo divide-se em duas correntes de pensamento: a) O Combinacionismo Irrestrito, segundo o qual quaisquer mentes podem compor uma outra mente; b) O Combinacionismo Restrito, para o qual apenas algumas mentes combinam-se para compor uma mente adicional (Roelofs, 2022; Fonseca, 2023). De acordo com a

¹ Agradeço ao físico João Rezende e ao biólogo celular Aryel C. Goes por suas sugestões enriquecedoras a respeito da solução proposta.

² Doutorando em Filosofia da Linguagem e do Conhecimento na Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: andersonvalefonseca@gmail.com

visão restrita, a combinação pode ser completa ou parcial, uma vez que depende do modo como as partes e suas propriedades estão estruturadas na formação do todo. Dentro dessa ótica, a colônia de formigas, para ser uma estrutura consciente, requer que: i) as formigas sejam conscientes; ii) sejam capazes de partilhar entre si seus estados mentais internos; iii) a colônia esteja organizada, com base no modo de interação dos componentes, de modo a ser um indivíduo, i.e., com uma fronteira definida (Roelofs, 2015; 2019; Fonseca, 2022; 2023).

No entanto, em vez de termos uma única resposta, a partir dos critérios expostos, temos quatro (Fonseca, 2023). A primeira resposta afirma que cada formiga é um sujeito experiencial, porém, a colônia não é, uma vez que não está organizada de modo a unificar as experiências dos componentes. Neste caso, os semioquímicos trocados entre as formigas não teriam informação sofisticada, ou melhor, não portariam um caráter experiencial (Huebner, 2014). A segunda, por sua vez, sustenta ser a colônia mais as formigas que a compõem sujeitos experienciais. Em outras palavras, a consciência colonial não seria distinta da consciência de suas partes, porém, contínua com elas. Isto significa admitir a possibilidade de as formigas combinarem suas mentes sem que elas desapareçam na mente do todo. A terceira resposta, em contraposição, afirma ser a colônia um sujeito experiencial, mas não as formigas, porque a mente das partes seria subsumida pela mente do todo. Por fim, a quarta resposta defende que a colônia de formigas é um organismo intermediário e, tendo em conta a relação *necessária* entre o aspecto físico e o aspecto mental (Nagel, 2000; 2004), ela teria então uma consciência intermediária, isto é, algo entre ser um “nós” e ser um “eu” (Fonseca, 2023).

Apesar de possíveis, nenhuma das quatro respostas parece satisfazer a hipótese de a colônia de formigas ser consciente, sobretudo, porque não apresentam uma estrutura física clara apta a integrar as informações/experiências individuais. Em vez disso, temos apenas diferentes perspectivas do modo de relação parte-todo. Se nos atermos às

relações mereológicas sob a ótica pampsiquista, algumas composições serão conscientes, outras não; ou, a maioria será. Contudo, permaneceríamos sem saber qual o meio físico embasa a integração experiencial das partes. É neste sentido que as respostas não atendem à questão do artigo.

Em termos claros, o Problema da Combinação, de que maneira micro consciências combinam-se para compor macro consciências (Nagel, 2004; Chalmers, 2013, 2017), mantém-se insolúvel; principalmente no que diz respeito à coletivos de organismos subjetivos, pois falta um processo físico que fundamente a unificação fenomenal. Quando, por exemplo, analisamos organismos espacialmente distribuídos como as colônias de formigas e conclui-se serem elas casos limítrofes de consciência fenomênica (Fonseca, 2023), não podemos afirmar a partir daí que todo e qualquer organismo similar também será fenomenicamente “cinzento”, mas que há a possibilidade de corpos descontínuos com consciência nítida. Sendo assim, se a colônia de formigas é um organismo consciente, qual processo físico permeia a integração das experiências das formigas?

Neste capítulo, eu defendo que a sincronização dos campos eletromagnéticos dos cérebros das formigas é o processo físico que fundamenta a extensão/unificação das experiências individuais. No caso, será explicado que quando duas ou mais formigas entram em contato, seus cérebros se correlacionam, permitindo que suas mentes se combinem. Logo, se um grupo de forrageadores descobre uma nova fonte de alimento, ou se a colônia é exposta a um estímulo sensorial, como, por exemplo, a perturbação do ninho por agentes estranhos, a correlação intercerebral dos membros justifica a resposta coordenada, significando que aquele *sentimento* é coletivamente experienciado.

Eu pretendo tão somente apresentar uma hipótese empiricamente verificável e que creio ser a causa da consciência do superorganismo. Não estou, portanto, afirmando que a relação entre x e y necessariamente implica em z , em vez disso, sugiro que x e y são a melhor

explicação para o aparecimento de z. Não desconsidero a possibilidade de explicações adicionais sobre o comportamento coordenado da colônia de formigas. Ainda assim, estou convencido de que a hipótese que aqui examino é basilar para entender esse sistema biológico.

2 Consciência e correlação interencefálica

Consciência fenomênica é experiência (Block, 2002). Um estado mental é fenomenalmente consciente quando há algo que é ser neste estado (Nagel, 1979; Chalmers, 2002). Por exemplo, quando formigas forrageadoras encontram alimento, elas possivelmente têm um estado mental correlato ao sentimento de prazer e, quando o ninho é atacado (se considerarmos o ninho como um fenótipo estendido do corpo colonial), elas apresentariam um estado mental correlato ao sentimento de dor (uma vez que a perturbação causa estresse coletivo com respostas comportamentais defensivas) (O'Shea-Wheller, *et al.*, 2015). No caso, é possível afirmar que as formigas têm sentimentos com valência hedônica positiva e negativa (Klein; Barron, 2016; Thompson, 2018), i.e., em que o prazer e o desprazer orientam comportamentos adaptativos em resposta a estímulos ambientais.

Além disso, a experiência, sendo fortemente privativa, torna impossível o compartilhamento interindividual. No entanto, se fracamente privativa; certas experiências podem ser partilhadas (Goff; Roelofs, 2020). Dentro dessa perspectiva, a extensão interindividual da consciência seria uma hipótese aceitável (Clark, 2009). Mas isso, por outro lado, significa que as fronteiras fenomênicas (Rosenberg, 2016) são confusas, em vez de nítidas. A consciência de um sujeito parece ter um contorno claro, de modo que seus estados mentais não se misturam com os estados mentais de outro sujeito.

Se, contudo, os limites são confusos, alguns estados mentais podem se combinar. As formigas, nesse sentido, não possuem uma fronteira interindividual claramente definida, porque seus corpos forma-

dos por exoesqueletos estão “abertos” à interação química graças à emissão de feromônios através das glândulas exócrinas. Para ser mais exato, a formiga é análoga ao olfato humano, uma vez que suas antenas detectam os semioquímicos no ambiente e ela se comunica por meio da difusão de substâncias químicas no ar ou pelo depósito no solo. Em um mundo olfativo, por exemplo, as fronteiras interindividuais são imprecisas. Nesse cenário, o conceito de indivíduo é substituído pelo de grupo (Strawson, 2019), isto porque as experiências sensoriais de um se encontram misturadas com a do outro. Sendo assim, a individualidade sensorial da formiga é um limiar fluido entre o singular e o coletivo.

E, se o aspecto interno da informação é experiencial (Chalmers, 2016), a troca de sinais químicos corresponde partilha de estados fenomenais (*qualia*). Assim, quando uma formiga transmite uma informação para a companheira, ela também comunica uma experiência, considerando que integre a informação. Desse modo, diríamos que dois ou mais indivíduos se tornam coconscientes da experiência do outro, no sentido de tomar conhecimento desta sensação (Dainton, 2000; Roelofs, 2019). É a partir dessa perspectiva que concebemos a consciência de uma formiga como se estendendo à de outra.

Apesar da ideia de a consciência se estender ser controversa porque não poderia se prolongar além da atividade neural intracerebral muito rápida, e também devido ao corpo permitir que apenas dados sensoriais de baixa frequência sejam integrados à dinâmica neural produtora da experiência consciente (Clark, 2009), a hipótese de ela se estender de um indivíduo a outro é possível (Valencia; Froese, 2020). Em primeiro lugar, de acordo com Valencia e Froese (2020), não há base empírica para a afirmação de que a experiência consciente esteja associada apenas a atividade neural extremamente rápida. Além disso, porque as oscilações neurais intracerebrais são aninhadas, i.e., frequências mais rápidas são incorporadas e moduladas por ritmos mais lentos. Por conseguinte, a sincronização neuro intercerebral abrange todas as

frequências oscilatórias e, por isso, ocorreria possivelmente em frequências mais lentas tornando as oscilações neuronais aninhadas entre dois ou mais sujeitos.

A correlação oscilatória interencefálica, neste sentido, é genuína quando há interação social significativa entre os sujeitos (Valencia; Froese, 2020). Durante uma tarefa cooperativa, por exemplo, haveria uma sincronização neuro-interindividual que possibilitaria a transferência e integração de informações entre os dois cérebros socialmente acoplados. Se a base da consciência estiver no nível de relações de larga escala da atividade oscilatória neural, as modificações da oscilação que aparecem durante a interação significativa fundamentam a perspectiva de que uma ‘extensão da consciência’ seria possível à luz desses achados. Essa extensão ocorre quando dois ou vários agentes cooperam entre si, por exemplo, em pilotos e copilotos em simulação de voo (decolagem e pouso), que depois se rompe quando os agentes passam a atuar de forma independente (Valencia; Froese, 2020).

Neste último caso, o piloto e o copiloto estariam compartilhando uma única e mesma experiência, uma vez que as oscilações neurais sincronizadas possibilitam a transferência e integração de informações entre dois ou mais sujeitos em interação. Em outras palavras, a correlação intercerebral das frequências neuro elétricas aponta para uma união entre cérebros. Na visão de Valencia e Froese (2020, p. 5), “quando vários agentes interagem, uma forma de auto-organização social poderia ocorrer, com propriedades irreduzíveis aos indivíduos”. Isto significa que os limites da consciência poderiam estar sob constante renegociação durante a interação interindividual de modo que a experiência se encontra *estendida* entre dois ou mais cérebros acoplados.

Contudo, segundo os autores, não haveria uma combinação de consciências na constituição de um “eu” experiencial, e sim um “nós”, ou seja, uma perspectiva de segunda pessoa. É claro que o trabalho de Valencia e Froese (2020), assim como a de outros pesquisadores a

respeito da sincronização intercerebral (Ver, por exemplo, Buzsáki 2006), restringe-se ao modelo humano, talvez pelas dificuldades técnicas para verificar a mesma ocorrência em cérebros minúsculos, como o de insetos sociais, resultando na afirmação de uma experiência partilhada em segunda pessoa. Se analisarmos a coerência neuro-interindividual (sincronização) em insetos sociais, não estaremos certos em definir se a consciência estendida estabelece um “nós” ou um “eu”, em virtude de as fronteiras fenomenais possivelmente serem fluidas.

Entendemos, a partir do pressuposto de que a sincronização neuro-interindividual genuína aparece em relações cooperativas, que possa também se manifestar em insetos sociais. A característica de alta cooperação e baixa tensão entre os membros de uma colônia de formigas (Queller; Strassmann, 2009; Strassmann; Queller, 2010), e a coordenação coletiva em resposta aos estímulos do ambiente (Gordon, 2002) seria explicada pela correlação intercerebral. Isso, possivelmente no momento em que grupos de operárias interagem com estímulos sensoriais externos, ou são influenciadas por formigas “marcapasso”, cujo papel é regular a dinâmica colonial através da emissão de semioquímicos, as monoaminas — substâncias químicas que atuam como neurotransmissores no cérebro — podem se sincronizar interindividualmente acarretando na coordenação coletiva (Kamhi; Traniello, 2013).

A coerência neural distribuída poderia, em contraparte, fundamentar uma informação/experiência estendida entre cérebros acoplados. Não obstante, a evidência desse acoplamento supostamente se encontra na resposta comportamental do conjunto a estímulos negativos, como a exposição a ameaças externas, ou a estímulos positivos, como a descoberta de fontes de nutrientes. Tanto um quanto outro, é claro, podem estar vinculados a níveis elevados de sincronização (Valencia; Froese, 2020).

Nesse contexto, somos levados a analisar as formigas como osciladores acoplados, sistemas físicos cuja interação cria coerência entre seus ritmos internos. Assim, a correlação interencefálica poderia, em

teoria, integrar as experiências individuais em uma consciência coletiva, com um certo grau de unificação. A forma pela qual se processa essa correlação é o que examinamos a seguir.

3 Teoria geral da ressonância da consciência e a mente do superorganismo

Todos os objetos físicos oscilam em uma frequência natural, desde as partículas aos átomos e os sistemas vivos. Porém, no momento em que um objeto experimenta uma força oscilante próxima, sua frequência é amplificada. A ressonância é uma propriedade básica de sistemas vibratórios e oscilantes. Assim, quando dois objetos oscilatórios de mesma natureza (como os relógios de pêndulo) estão adjacentes, suas ressonâncias são compartilhadas (i.e., ocorre sincronização) (Strogatz; Stewart, 1993; Strogatz, 2003).

Suponha, dois osciladores acoplados A e B. Os ritmos de A influenciam os de B e vice-versa, de maneira que ambos passam a oscilar em uma mesma frequência. Se A e B são vaga-lumes, a frequência do pisca-pisca é sincronizada, caso a frequência natural de um e outro seja similar, ou, se o acoplamento entre eles é forte devido à proximidade (Strogatz; Stewart, 1993).

Ao considerarmos as formigas como osciladores, estamos sugerindo que o contato químico é correlato a uma ressonância compartilhada, ou melhor, que os cérebros (de duas ou mais operárias) estão acoplados durante uma interação social significativa. Como consequência, as mentes se tornam uma e as experiências conscientes são combinadas em uma macro experiência.

A Teoria Geral da Ressonância (TGR) da Consciência, proposta por Tam Hunt (2019), da Universidade da Califórnia, Santa Barbara, apoia essa possibilidade. Esta teoria afirma, a princípio, que toda matéria está associada a um certo grau de consciência, e, em razão disso,

quando duas entidades (micro)conscientes alcançam uma ressonância compartilhada, elas se combinam em entidades macro conscientes, caracterizadas por uma transição de fase na velocidade de partilha de informação resultante dessa ressonância compartilhada (Hunt, 2019). Entretanto, a TGR não implica em uma eliminação absoluta das fronteiras fenomenais das (micro)consciências, de forma a serem subsumidas no todo; em vez disso, “os muitos tornam-se um e são aumentados por um” (Hunt, 2019, p. 8). À vista disso, os limites fenomenais entre as partes e o todo podem ser tênues, mas não significa que, em uma colônia de insetos sociais, a combinação experiencial resulte na extinção das individualidades.

Outrossim, a TGR argumenta que a ressonância elétrica partilhada é, possivelmente, o processo físico que embasa a unificação experiencial (Hunt, 2019). Em nossa perspectiva, a sincronização dos campos eletromagnéticos (EM) de dois ou mais cérebros acoplados de insetos sociais viabiliza que seus estados fenomenais se misturem. No caso, grupos de operárias de um formigueiro, forrageadoras ou soldados, quando, por exemplo, detectam uma ameaça ao ninho, agitam-se e, em resposta, dispersam feromônios de alarme, induzindo, assim, operárias próximas a emitirem também o mesmo feromônio. Surge um ‘efeito em cascata’ de milhares de formigas reagindo de forma coordenada ao estímulo estressor. Não seria tal comportamento coletivo associado a uma sincronização neuro-interindividual? Ora, talvez seus cérebros estejam oscilando em uma mesma frequência, e, como um organismo, vivenciando uma mesma e única experiência.

Não se pode ignorar, contudo, a relação entre o tamanho de uma colônia e o tempo necessário para a propagação de um sinal químico (Gal; Kronauer, 2022). Enquanto em colônias com aproximadamente 100 operárias, essa informação se dissemina quase que imediatamente, permitindo uma resposta coletiva em um curto espaço de tempo; naquelas compostas por aproximadamente 10.000 indivíduos, a difusão do sinal ocorre de forma mais lenta. Se imaginarmos uma

forma de vida alienígena cuja rede nervosa fosse constituída por formigas e perguntássemos a ela sua opinião sobre a *Ilíada*, o intervalo entre o processamento da informação e a resposta seria bastante prolongado (Schwitzgebel, 2015). Disso, se segue que o tempo de sincronização neuro-interindividual é limitado pelo tamanho do corpo colonial.

Concluo esta seção, enfatizando o pensamento de Godfrey-Smith (2022), o qual, na mesma linha da TGR, argumenta que a consciência está correlacionada à sincronização dos campos elétricos entre grupos de neurônios/células, modulados pelos sentidos do organismo. A correlação dos campos EM seria capaz de integrar informações de diferentes áreas do cérebro em uma experiência unificada (Godfrey-Smith, 2022). Se pressupormos, então, a partir desse ponto de vista, que certas formigas desempenham função análoga a de “neurônios”, ou de “células” na estrutura colonial, é possível dizer que a mente do superorganismo é explicada pela sincronização dos campos EM das micro-mentes que o constitui.

4 Considerações finais

Evidentemente, tendo em conta que o organismo colonial é espacialmente distribuído, permanece o ceticismo quanto a ideia de uma mente unificada. Contudo, de acordo com o axioma de acoplamento da TGR, osciladores alcançam a ressonância partilhada quando próximos, se a constante de acoplamento é atingida ou excedida (Hunt, 2019). Nesse sentido, se a interação entre as micro mentes for forte, tem-se uma frequência neuro-oscilatória ‘consciente’; porém, se a interação for fraca, tem-se uma frequência ‘intermediária’, ou, quem sabe, se muito fraca, ‘não-consciente’.

Em contrapartida, o valor da interação é correlato ao modo como os osciladores estão acoplados, se próximos o suficiente, se espaçados. Se levarmos em conta o parentesco genético mais o elevado grau

de cooperação entre as operárias — ignorando, é claro, a possível relação causal entre as duas características —, diríamos estarem fortemente acopladas. No entanto, a distância relativa entre dois osciladores e o modo de interação são cruciais. A cooperação pode ser um fator para o acoplamento forte, mas isso ocorre melhor se duas ou mais companheiras estiverem desempenhando as mesmas funções e no mesmo local. Grupos dispersos ou indivíduos isolados em áreas distantes do ninho talvez apresentem acoplamento fraco ou nulo.

Como resultado, seria possível que, enquanto em um as frequências naturais fossem altas, no outro, poderiam ser baixas. Podemos, então, supor que a colônia possui um elevado grau de consciência no ninho e arredores, uma vez que seus ‘cérebros’ acoplados formam uma rede nervosa distribuída, cuja atividade elétrica sincronizada gera a sensibilidade do superorganismo.

Apesar disso, não há na literatura científica pesquisas realizadas com colônias de insetos sociais que sigam esse caminho e evidenciem ou apontem para a hipótese de correlação interencefálica como melhor explicação para o comportamento coletivamente coordenado. Em geral, os estudos são realizados com animais humanos. Mesmo assim, ainda é uma explicação apropriada. E, se as formigas são organismos conscientes, a concepção de que suas mentes ao sincronizarem embasam a consciência coletiva também me parece correta.

Resta esperar que a neurociência coletiva — um novo ramo na área da neurociência — (Ver Julia Sliwa, 2021) confirme futuramente a hipótese de sincronização neuro-interindividual em formigas, além do que já tem sido realizado com grupos de animais não-humanos (Ver Kingsbury, *et al.*, 2019; Yu, *et. al.*, 2024). Do mesmo modo, esperamos que as Teorias de Campos Eletromagnéticos da Consciência (Hunt, *et. al.*, 2024) abordem, em algum momento, grupos de insetos sociais. Esta mudança em curso favorece um entendimento mais claro do que é a consciência.

Referências

- ASAF, Gal; DAVID, J.C. Kronauer, The emergence of a collective sensory response threshold in ant colonies. *Proc. Natl. Acad. Sci. U.S.A.*, v. 119, n. 23, 2022, e2123076119. Doi: <https://doi.org/10.1073/pnas.2123076119>.
- BLOCK, Ned. Troubles with Functionalism. In: CHALMERS, David J. (Ed.). *Philosophy of Mind: Classical and contemporary readings*. New York, Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 94-98.
- BUZSÁKI, G. *Rhythms of the Brain*. New York, USA: Oxford University Press, 2006.
- CHALMERS, David, J. The Conscious Mind: In Search of a Fundamental Theory. New York: Oxford University Press, 1996.
- CHALMERS, David, J. Concioussnes and Its Place in Nature. In: CHALMERS, David J. (ed.). *Philosophy of Mind: Classical and Contemporary Readings*. New York: Oxford University Press USA, 2002, p. 247-272.
- CHALMERS, David, J. *Panpsychism and Panprotopsychism*, 2013. Disponível em: <http://consc.net/papers/panpsychism.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- CHALMERS, David, J. *The Combination Problem for Panpsychism*, 2017. Disponível em: <http://consc.net/papers/combination.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- CLARK, A. Spreading the joy? Why the machinery of consciousness is (probably) still in the head. *Mind*, v. 118, 2009, p. 963-93.
- DAINTON, Barry. *Stream of Consciousness: Unity and Continuity in Conscious Experience*. Routledge, 2000.
- FONSECA, Anderson, L. V. *A Colônia de Formigas está consciente? Uma análise sob a ótica do Pampsiquismo*. Orientador: Gustavo Leal Toledo. 2022, 117 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei – Minas Gerais, 2022.
- FONSECA, Anderson L. V. É a colônia de formigas um organismo consciente? *Griot: Revista de Filosofia*, Amargosa – BA, v. 23 n. 1, fev. 2023, p. 70-86.
- GODFREY-SMITH, Peter. *Metazoa: A vida animal e o despertar da mente*. São Paulo: Todavia, 2022.

- GOFF, Philip; ROELOFS, Luke. In Defence of Phenomenal Sharing. In: BUGNON, Julien; NIDA-RUMELIN, Martine (Eds.). *The Phenomenology and Self-Awareness of Conscious Subjects*. Routledge, 2020.
- GORDON, Deborah. *Formigas em ação: Como se organiza uma sociedade de insetos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- HUEBNER, Bryce, *Macro cognition: A Theory of Distributed Minds and Collective Intentionality*. New York: Oxford University Press, 2014.
- HUNT, T.; JONES, M.; MCFADDEN, J.; DELORME, A.; HALES, C. G.; ERICSON, M.; SCHOOLER, J. Editorial: Electromagnetic field theories of consciousness: opportunities and obstacles. *Front Hum Neurosci*, mar. 2024 1;17:1342634.
- HUNT, T, Schooler, J. W. The Easy Part of the Hard Problem: *A Resonance Theory of Consciousness*. *Front Hum Neurosci*, out. 2019, 31;13:378. Erratum in: *Front Hum Neurosci*. 2020 Sep 04;14:596409.
- KAMHI J, F, Traniello J, F, A: Biogenic Amines and Collective Organization in a Superorganism: Neuromodulation of Social Behavior in Ants. *Brain Behav*, v. 82, 2013, p, 220-236.
- KINGSBURY, L.; HUANG, S.; WANG, J.; GU, K.; GOLSHANI, P.; WU, Y.E.; HONG, W. Correlated Neural Activity and Encoding of Behavior across Brains of Socially Interacting Animals. *Cell*. 2019 Jul 11;178(2):429-446.e16.
- KLEIN, Colin; BARRON, Andrew B. Insects have the capacity for subjective experience. *Animal Sentience*, v. 1, Issue 9, n. 1, 2016, p. 1-54. Disponível em: <https://www.wellbeingintlstudiesrepository.org/animsent/vol1/iss9/1/>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- NAGEL, Thomas. *Mortal Questions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- NAGEL, Thomas. The Psychophysical Nexus. In: BOGHOSSIAN, Paul A.; PEACOCKE, Christopher (eds.). *New Essays on the a Priori*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 433-471.
- NAGEL, Thomas. *Visão a Partir de Lugar Nenhum*. Trad. Silvana Pereira. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- O'SHEA-WHELLER, T.A; SENDOVA-FRANKS, A.B.; FRANKS, N.R. Differentiated. Anti-Predation Responses in a Superorganism. *PLoS One*, n. 10, v. 11, nov. 2015, e0141012.

- QUELLER, David C; STRASSMANN, Joan E. Beyond society: the evolution of organismality. *Philosophical Transactions of the Royal Society Biological Sciences*, v. 364, n. 1533, 2009, p. 3143-55.
- ROELOFS, Luke. *Combining Minds*: How to think about composite subjectivity. New York: Oxford University Press, 2019.
- ROELOFS, Luke. *Combining Minds*: A Defence of the Possibility of Experiential Combination. Dissertation, University of Toronto, 2015.
- ROELOFS, Luke. *Combining Minds*: How to think about composite subjectivity. New York: Oxford University Press, 2019.
- ROELOFS, Luke. No Such Thing as Too Many Minds. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 102, n. 1, 2024, p. 131-146.
- ROSENBERG, Gregg. *A Place for Consciousness*: Probing the Deep Structure of the Natural World. New York: Oxford University Press, 2004.
- SCHWITZGEBEL, Eric. If materialism is true, the United States is probably conscious. *Philosophical Studies*, v. 172, 2015, p. 1697-1721. Doi: <https://doi.org/10.1007/s11098-014-0387-8>.
- SLIWA, J. Toward collective animal neuroscience. *Science*, v. 374, n. 6566, out. 2021, p. 397-398. Epub, out. 2021. PMID: 34672744.
- STRASSMAN, Joan E.; QUELLER, David C. The Social Organism: Congresses, Parties, and Committees. *The Society for the Study of Evolution*, v. 64, n. 2, 2010, p. 605-616.
- STROGATZ, Steven H.; Stewart, Ian. Coupled Oscillators and Biological Synchronization. *Scientific American*, v. 269, n. 6, Dez. 1993 p. 102-109.
- STROGATZ, Steven. *Sync*: The Emerging Science of Spontaneous Order. New York: Hyperion, 2003.
- THOMPSON, Evan. Biopsychism, Minimal Life, and Sentience. *Foundations Of Animal Sentience*, nov. 2018. Disponível em: <https://psa2018.philsci.org/74-program/program-schedule/abstract/public/352/biopsychism-minimal-life-and-sentience>. Acesso em: 14 fev. 2025.
- VALENCIA, Ana Lucía; FROESE, Tom. What binds us? Inter-brain neural synchronization and its implications for theories of human consciousness. *Neuroscience of Consciousness*, Issue 1, 2020, niaa010. Doi: <https://doi.org/10.1093/nc/niaa010>.
- YU, J.H.; NAPOLI, J.L.; LOVETT-BARRON, M. Understanding collective behavior through neurobiology. *Curr Opin Neurobiol*. 2024 Jun; 86: 102866.

Consciência e Contingência¹

Brena Resende Afonso² & Marco Aurélio Sousa Alves³

DOI: <https://doi.org/10.58942/eqs.209.03>

1 Introdução

Nas últimas três décadas, o representacionismo se tornou a teoria hegemônica em Filosofia da Mente. Trata-se de uma teoria acerca da natureza fundamental da consciência, segunda à qual experiências conscientes são, fundamentalmente, estados mentais representacionais. Mais especificamente, segundo Papineau (2021, p. 30), tal teoria afirma que “ter uma determinada propriedade sensorial consciente é o mesmo que representar mentalmente as coisas como sendo de uma determinada maneira”.⁴ A propriedade sensorial consciente de visualizar um objeto *é o mesmo que* representar mentalmente esse objeto sem a necessidade de o objeto estar presente, tal como ocorre nos casos de alucinação. Nesse sentido, segundo a teoria representacionalista, a experiência consciente não envolve necessariamente o fato mundano, a presença física do objeto experienciado no ambiente, mas somente

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Mestranda em Filosofia, PPGFIL/UFSJ. E-mail: brenaresende68@aluno.ufsj.edu.br.

³ Professor Adjunto, DFIME/UFSJ; Professor Permanente, PPGFIL/UFSJ; Professor Permanente, POSDEFIL/UFOP. E-mail: marcoarelioalves@ufsj.edu.br

⁴ Texto original: “[...] to have a given conscious sensory property is one and the same as mentally representing things to be a certain way.”

propriedades mundanas (tais como cores, formas, sons, cheiros e outras propriedades sensíveis) possivelmente não instanciadas no ambiente imediato durante o episódio experiencial.

Em contraposição à equalização completa das propriedades fenomênicas da consciência com as propriedades representacionais, defendida pelos principais expoentes da teoria representacionista (Tye, 1995; Dretske, 1995), Ned Block (2003) irá famosamente propor que a experiência sensorial consciente é composta, em parte, por propriedades qualitativas não representacionais, que existem ao lado das propriedades essencialmente representacionais. Em seu livro mais recente, David Papineau (2021) questiona toda essa ortodoxia filosófica ao romper com a ideia de que existe uma relação constitutiva entre propriedades sensoriais conscientes e propriedades representacionais. Ele defende, na contramão do representacionismo ou de qualquer outra teoria fundamentalmente relacional da natureza da consciência, que a relação entre propriedades conscientes e representacionais é puramente contingente. Segundo Papineau, essa relação é contingente pois o conteúdo representacional está apenas acidentalmente associado a uma determinada propriedade sensorial consciente. O mesma propriedade fenomênica poderia estar associada a outro conteúdo representacional, ou poderia, mas radicalmente, ser instanciada desacompanhada de qualquer conteúdo representacional. Ao contrário do que diz a ortodoxia representacionista, a relação entre consciência e representação seria contingente, não necessária ou constitutiva. Papineau ilustra seu ponto com uma analogia. Ao escrever “Elvis Presley visitou Paris” em um papel, o significado dessa frase depende de um amplo conjunto de relações que dotam essas marcas específicas com o sentido que possuem na língua portuguesa. As marcas no papel, por si só, não possuem essencialmente os seus poderes representacionais. Essa frase poderia não ter significado algum se fosse lida por um falante de outra língua, ou poderia ter acidentalmente um significado completamente diferente numa língua outra na qual esses símbolos signifiquem outra

coisa qualquer. Da mesma forma, as propriedades fenomênicas de nossas experiências conscientes dependem de relações contingentes que organismos vivos estabelecem com seus ambientes. Por si só, assim como as marcas em um papel, propriedades fenomênicas não representam nenhuma propriedade mundana específica.

Segundo Papineau, embora experiências conscientes representem fatos mundanos, assim como símbolos escritos em um papel, isso só acontece em virtude de fatores contingentes e ambientais:

As propriedades sensoriais conscientes são muito parecidas com marcas escritas no papel. Por si só, são arranjos sem sentido de signos sem conteúdo. Embora representem fatos mundanos, isto ocorre apenas em virtude de outros fatos contingentes acerca da forma como estão inseridos no mundo mais amplo. Retire esses fatos adicionais e você eliminará o poder representacional da experiência (Papineau, 2021, p. 5, tradução nossa)⁵.

Em seu livro, Papineau (2021) está particularmente interessado em se contrapor ao que sobrou da tese representacionista na proposta defendida por Block, segundo a qual a experiência consciente é composta por uma combinação de elementos representacionais e não representacionais. Para Papineau, as propriedades conscientes não possuem, nem mesmo em parte, uma relação essencial com o mundo externo, nem são constitutivamente representações de objetos ou propriedades do mundo externo. Ao contrário disso, ele defende que propriedades conscientes se esgotam em propriedades qualitativas intrínsecas. A relação estabelecida com o ambiente é puramente contingente, bem como o papel representacional da experiência sensorial consciente. Neste artigo, pretendemos explorar com maior profundidade a

⁵ Texto original: “Conscious sensory properties are very much like written marks on paper. In themselves they are dumb arrangements of contentless signs. While they do represent worldly facts, this is only in virtue of further contingent facts about the way they are embedded in the wider world. Take away those further facts, and you take away the representational power of the experience.”

crítica que Papineau faz a Block. Nosso principal objetivo é perseguir as razões que justificam ou não a afirmação de elementos essencialmente relacionais na experiência consciente.

2 Consciência e contingência

Os elementos fenomênicos que compõem o caráter qualitativo de nossas experiências conscientes são comumente chamados de *qualia*. Em sua obra *The Metaphysics of Sensory Experience* (2021), David Papineau define *qualia* como propriedades intrínsecas e qualitativas inerentes à própria experiência consciente. Para Papineau, os *qualia* concernem propriedades não relacionais da consciência. As propriedades sensoriais conscientes são, para ele, propriedades qualitativas intrínsecas das pessoas. Essa perspectiva vai contra o que pensa boa parte dos filósofos da mente, que rejeita que tais propriedades possam ser puramente intrínsecas. Os argumentos modais usados contra a teoria da identidade ou contra teorias reducionistas que buscavam reduzir propriedades fenomênicas a propriedades físicas intrínsecas levaram o *mainstream* em Filosofia da Mente a defender teorias relacionais como o representacionismo. Tais teorias afirmam que experiências conscientes envolvem essencialmente relações com fatos ou propriedades do mundo.

Assim como os argumentos modais que motivaram a ascensão do representacionismo se valeram de experimentos mentais, Papineau (2021) ilustra e motiva seu ponto com um novo, e mais radical, experimento mental: o cérebro cósmico na cuba. Imagine que a explosão de uma supernova faça surgir, de modo completamente aleatório, uma réplica física perfeita, molécula por molécula, do seu cérebro neste exato momento. Imagine que este cérebro cósmico esteja dentro de uma cuba (que surgiu também aleatoriamente a partir da explosão da estrela) fluando nos rincões do universo. A constituição física deste cérebro é exatamente idêntica ao do seu cérebro, com todas as mesmas termi-

nações nervosas, neurônios, conexões, etc. Uma duplicata física perfeita. *Prima facie*, parece razoável afirmar que esse cérebro instanciará as mesmas propriedades conscientes das experiências que você entretém. No entanto, pela ausência de relações mundanas, ele não representará nada. Esse experimento, segundo Papineau, mostra que as propriedades conscientes não possuem relação necessária com o mundo externo, nem são essencialmente representações de elementos do mundo externo.

Papineau admite a atribuição de papel representacional para a experiência sensorial consciente. Isso explica como ela é capaz de guiar nosso comportamento, informando os sujeitos sobre os seus ambientes. Em certo sentido, portanto, podemos dizer que experiências representam. No entanto, o principal ponto de Papineau é que essa representação ocorre de maneira contingente, discordando assim da tese representacionista que afirma que as propriedades sensoriais conscientes são *essencialmente* representacionais. Nesse sentido, o representacionismo essencial postula uma forte relação constitutiva na qual propriedades sensoriais conscientes são metafisicamente equivalentes a propriedades representacionais. Por outro lado, no representacionismo contingente proposto por Papineau, uma mesma propriedade sensorial consciente poderia ter um significado representacional diferente ou não ter significado representacional nenhum, a depender de como está inserida no ambiente. O cérebro cósmico na cuba, por exemplo, não representa coisa alguma, pois não possui qualquer histórico de relações ambientais e não está relacionado a nenhum ambiente relevante. Os representacionistas essenciais não podem admitir um papel apenas contingente para as relações ambientais: para eles, experiências são representações que ocorrem de maneira intrínseca e representam por si mesmas.

A posição dos representacionistas se apoia numa intuição realista, segundo a qual as qualidades das experiências espelham as qualidades do mundo. Em uma análise metafísica mais detida, é muito

difícil afirmar a relação de identidade entre qualidades fenomênicas e mundanas que eles estão dispostos a defender. Considerando que o caráter consciente da experiência seja a forma como ela se apresenta fenomenicamente ao sujeito, e que o conteúdo representacional seja o modo como a experiência responde a alguma condição mundana ou à condição de posse de verdade, como pode ocorrer tal entrelaçamento metafísico? É bom lembrar que alguns representacionistas, ao tentar atribuir condições de verdade às experiências sensoriais conscientes, não sustentam essa tese da identidade. Para eles, a experiência consciente às vezes possui condições de verdade representacionais amplas, ou seja, dependem tanto de fatores externos quanto internos ao sujeito, por isso o caráter consciente é fixado por propriedades representacionais, mas o contrário não ocorre.

Tanto diante da versão mais forte da identidade, quanto da versão mais fraca que se apoia sobre alguma forma de superveniência, Papineau mais uma vez aponta para o aspecto contingente da relação entre caráter consciente e conteúdo representacional. Muitos questionam se a defesa de conteúdos amplos pode ser estendida às experiências sensoriais e aos pensamentos cognitivos. Representacionistas comumente defendem que os conteúdos são amplos, que se estendem para além dos estados internos dos indivíduos, incluindo elementos mundanos. Devido ao comprometimento dos representacionistas com a tese segundo a qual propriedades sensoriais conscientes são metafisicamente equivalentes a propriedades representacionais, uma vez aceite que a representação sensorial é ampla, a consciência também terá de ser ampla. Isso significa dizer que as propriedades sensoriais conscientes também serão determinadas pelos fatores externos. Portanto, sujeitos intrinsecamente iguais em sua composição física poderão não compartilhar os mesmos estados conscientes. Isso, acredita Papineau, viola o princípio fisicalista que motivou toda a empreitada representacionista desde o seu início.

Frente ao problema, alguns representacionistas foram levados a defender que as experiências sensoriais conscientes apenas determinam conteúdos estreitos, ou seja, conteúdos intrínsecos. Isso implica que experiências sensoriais podem ter conteúdos singulares e, consequentemente, incluir essencialmente relações com objetos particulares. Isso também é problemático, tendo em vista que a consequência disso é que duas pessoas intrinsecamente idênticas teriam a mesma experiência consciente mesmo estando relacionadas a diferentes objetos particulares, o que não é permitido por essa teoria. Papineau exemplifica isso através do problema dos sócios:

Pode parecer plausível que eu possa perceber visualmente que minha esposa tem olhos verdes. Mas quando o meu *doppelgänger* australiano intrinsecamente idêntico tem exatamente a mesma experiência consciente, o conteúdo correspondente teria de ser que a sua esposa tem olhos verdes. Portanto, a minha esposa em particular não pode, afinal de contas, fazer parte do conteúdo da minha experiência visual, se quisermos evitar experiências sensoriais com conteúdo amplo que podem diferir entre contrapartes intrinsecamente idênticas (Papineau, 2021, p. 77, tradução nossa)⁶.

A solução representacionista é tipicamente negar que a experiência consciente tenha conteúdos singulares. Entretanto, isso é pouco intuitivo, tendo em vista que é inegável que uma experiência sensorial consciente como a experiência visual possa representar um objeto específico como uma bola amarela ou uma pessoa.

Para Papineau, as condições de verdade da experiência consciente são amplas, mas de maneira contingente. Um estado mental

⁶ Texto original: “It might seem plausible that I can visually experience that my wife has green eyes. But when my intrinsically identical Australian doppelgänger has just the same conscious experience, the corresponding content would have to be that his wife has green eyes. So my particular wife can’t after all be part of the content of my visual experience, if we want to avoid sensory experiences having broad contents that can differ between intrinsically identical counterparts.”

consciente pode ser representacional de formas diferentes, a depender do ambiente de inserção do sujeito:

Um determinado estado de consciência pode representar coisas diferentes, dependendo das circunstâncias ambientais do seu portador. A visão qualitativa [teoria defendida por Papineau], portanto, não tem dificuldade em permitir que o estado sensorial que representa o azul na Terra real possa vir a representar o amarelo na “Terra Invertida”. Da mesma forma, está aberto à visão qualitativa sustentar que o estado sensorial que representa para mim a minha esposa Rose também pode representar a esposa bastante distinta, mas de aparência semelhante, do meu *doppelgänger* australiano (Papineau, 2021, p. 85, tradução nossa)⁷.

3 A experiência consciente e a dualidade representacional em Ned Block

Ned Block (2003) se apoiou na teoria representacionista, mas de uma maneira peculiar. Para ele, a experiência consciente envolve uma parte essencialmente representacional, mas, além disso, envolve propriedades qualitativas não representacionais que vão além de aspectos intencionais, funcionais e cognitivos da experiência consciente. Ele nomeou essas propriedades de pintura e óleo mentais (“*mental paint*” e “*mental oil*”). A primeira diz respeito às propriedades sensoriais conscientes que têm um conteúdo representacional contingente, e o segundo a aspectos da experiência sensorial que não possuem propriedades representacionais, nem mesmo de forma contingente.

Um exemplo daquilo que ele chama de óleo mental é a experiência do orgasmo. As propriedades fenomênicas dessa experiência não

⁷ Texto original: “A given conscious state can represent different things, depending on the environmental circumstances of its bearer. The qualitative view thus has no difficulty in allowing that the sensory state that represents blue on actual Earth can come to represent yellow on ‘Inverted Earth’. Similarly, it is open to the qualitative view to hold that the sensory state that represents my wife Rose to me can also represent my Australian *doppelgänger*’s quite distinct but similar-looking wife to him.”

representam nada. O orgasmo é uma pura sensação, não é sobre nada, não possui qualquer conteúdo intencional. O mesmo pode ser dito da sensação de coceira ou tontura.

Já a pintura mental é revelada pelo clássico experimento mental da terra invertida (Block, 1990). Imagine um mundo no qual todas as cores são invertidas, chamado de Terra Invertida, onde o céu é amarelo e os narcisos são azuis. Um habitante da Terra é sedado, tem uma lente invertida inserida em seus olhos e é então levado para a Terra Invertida. A propriedade fenomênica da experiência desse indivíduo ao olhar para o céu da Terra é a mesma de sua experiência de olhar o céu da Terra Invertida. Entretanto, enquanto na Terra sua experiência representava o céu azul, na Terra Invertida sua experiência representa o céu amarelo. Dessa forma, o conteúdo representacional da experiência de olhar para o céu mudou, mas a experiência fenomênica continuou a mesma.

Esse experimento mental mostra que o conteúdo representacional é contingentemente associado aos seus respectivos tipos fenomênicos. As propriedades da experiência fenomênica não são explicadas pelo desenvolvimento natural ou por propriedades mundanas. Na Terra, o céu é azul. Se nossa retina tivesse se desenvolvido de maneira a representar o céu azul com a qualidade que experienciamos quando vemos o amarelo, tal tipo fenomênico passaria a representar a propriedade mundana do azul do céu, e não a propriedade que encontramos em narcisos. Dessa forma, as propriedades fenomênicas das experiências de cores não são propriedades essencialmente representacionais, mas uma espécie de *qualia* não representacionais, de pintura mental. A representação ocorre apenas de maneira contingente.

Block admite que as propriedades conscientes não se esgotam em conteúdos representacionais. Em parte, ele seguiu um caminho similar ao de Papineau. Ele admitiu a contingência dos *qualia*. Entretanto, diferentemente de Papineau, Block continuou defendendo a tese

metafísica representacionista segundo a qual experiências sensoriais conscientes são essencialmente representacionais, ainda que apenas em parte.

3.1 A crítica de David Papineau a Ned Block

Em “Mental Paint” (2003), Ned Block defende uma visão da experiência consciente nomeada por ele de “fenomenismo”. De acordo com essa posição, a experiência consciente possui conteúdo representacional, mas o caráter fenomenal não se esgota em conteúdos representacionais, funcionais ou cognitivos:

E os amigos dos qualia podem concordar que as experiências pelo menos às vezes têm conteúdo representacional também, por exemplo, que algo vermelho e redondo oclui algo azul e quadrado. O foco recente do desacordo é se o caráter fenomenal da experiência é esgotado por tais conteúdos representacionais. Eu digo que não. Não me entendam mal. Eu acho que as sensações — quase sempre — talvez até sempre — têm conteúdo representacional além de seu caráter fenomenal (Block, 2003, p. 1, tradução nossa)⁸.

O conflito estabelecido entre Papineau e Block diz respeito ao compromisso que Block parece manter com o representacionismo. Ainda que ele admita que o caráter fenomenal da experiência consciente não é esgotado por conteúdos representacionais, uma parte da experiência ainda permanece constitutivamente representacional, ou seja, conteúdos representacionais ainda contribuem de modo fundamental para o caráter fenomenal da experiência. Block (2003, p. 7) diz: “Então a questão é melhor compreendida como: há algo mental na experiência além de seu conteúdo representacional? Eu digo sim, o

⁸ Texto original: “And friends of qualia can agree that experiences at least sometimes have representational content too, e.g. that something red and round occludes something blue and square. The recent focus of disagreement is on whether the phenomenal character of experience is exhausted by such representational contents. I say no. Don’t get me wrong. I think that sensations—almost always—perhaps even always—have representational content in addition to their phenomenal character.”

representacionista diz não”.⁹ Block parece defender dois tipos de propriedades que constituem a experiência consciente: de um lado as propriedades qualitativas, e de outro o conteúdo representacional. A ressalva feita por ele é apenas que a experiência consciente vai além de seu conteúdo representacional. Isso intriga Papineau, pois, para ele, a experiência consciente se esgota em tinta e óleo, e a adoção da ideia de propriedades sensoriais essencialmente representacionais levanta inúmeros problemas.

Papineau enfatiza que Block adota uma visão de representação mental ligada à semântica de papéis conceituais ou inferenciais. De acordo com Papineau (2021, p. 88), “nessa visão, os conteúdos representacionais dos estados mentais são supostamente derivados da estrutura interna de relações inferenciais ou causais em que eles estão inseridos”.¹⁰ Nesse sentido, as propriedades funcionais e representacionais da experiência pouco se diferenciariam entre si:

[...] As propriedades funcionais são constituídas por papéis mentais estruturais, pela maneira como os estados mentais interagem causalmente com entradas sensoriais, outros estados mentais e disposições para a ação: ao mesmo tempo, de acordo com as teorias semânticas de papéis, apenas esse tipo de estrutura é responsável pelo conteúdo representacional dos estados mentais (Papineau, 2021, p. 88, tradução nossa)¹¹.

Isso é um problema para Block, na medida em que, para ele, algumas propriedades sensoriais são constitutivamente funcionais e que, frequentemente, ele torna explícita a relação entre propriedades

⁹ Texto original: “So the question is better taken as: is there anything mental in experience over and above its representational content? I say yes, the representationalist says no.”

¹⁰ Texto original: “On these views, the representational contents of mental states are supposed to derive from the internal structure of inferential or causal relations they entered into.”

¹¹ [...] functional properties are constituted by structural mental roles, by the way mental states causally interact with sensory inputs, other mental states, and dispositions to action: at the same time, according to role semantic theories, just this kind of structure is responsible for the representational content of mental states.

funcionais e representacionais. Essa associação entre funcional e representacional consequentemente leva Block a se comprometer com propriedades essencialmente representacionais.

Quando Block defende que a experiência consciente é composta por duas propriedades, uma qualitativa e outra representacional, ele tem que lidar com a possibilidade de desvio de foco cognitivo de uma propriedade para a outra. Essa questão está inserida na discussão sobre a transparência da experiência, argumento utilizado pelos representacionistas para defender que a experiência sensorial consciente revela diretamente propriedades mundanas, por não sermos capazes de direcionar nossa mente para as propriedades qualitativas da experiência consciente enquanto tais. Os representacionistas pensam que a introspecção revela a presença de propriedades mundanas na experiência consciente, tais como cores e formas. Isso inclui até mesmo as alucinações, nas quais essas propriedades são representadas como estando no mundo, ainda que não estejam instanciadas lá.

Os argumentos de Block se concentram em negar que somos incapazes de direcionar nossa mente para as propriedades qualitativas da experiência consciente. Para ele, ao introspectar, podemos, de algum modo, “ver através” dos elementos representacionais mundanos e também mudar nosso foco introspectivo para os elementos qualitativos, que não são constitutivamente representacionais — a tinta e o óleo mentais. Block cita as experiências de orgasmo e fosfenos visuais (sensações visuais de cor e luz provocadas por pressão no olho ou por campos elétricos ou magnéticos) para ilustrar como podemos introspectar propriedades qualitativas. Ele também menciona que as mudanças induzidas pela atenção sensorial podem intensificar contrastes e alterar a percepção, sendo outro exemplo de como os *qualia* podem ser acessados introspectivamente.

Segundo Papineau, a experiência sensorial é composta apenas por elementos essencialmente qualitativos, e a introspecção possui dificuldades em revelar esses elementos. No entanto, a incapacidade de

mudança de foco introspectivo entre elementos representacionais e qualitativos apenas mostra que não há nada além de propriedades qualitativas para introspectar, e não a impossibilidade de introspectar tais propriedades. As propriedades mundanas servem apenas para informar o sujeito, não constituindo mudança substancial na experiência fenomênica consciente; as propriedades qualitativas são representacionais apenas de maneira contingente.

Por outro lado, a atenção sensorial é capaz de mudar o foco introspectivo e afetar o funcionamento da experiência sensorial. Ao observar algo mais de perto, ou introspectar os estados sensoriais que estão sendo causados em nós pela observação do objeto, mudanças na experiência podem ser induzidas através da intensificação das características visuais do objeto pelo direcionamento de atenção sensorial. No entanto, esse caso não compromete Papineau com a tese de direcionamento de foco cognitivo de Block, na medida em não há mudança a ser feita se aceitamos apenas a presença de propriedades qualitativas na experiência consciente. Segundo Papineau (2021, p. 120): “[...] a introspecção pode fazer diferença em quais elementos qualitativos estão presentes na experiência, ela não pode adicionar elementos qualitativos aos não qualitativos.”¹² Nesse sentido, a experiência sensorial consciente é inteiramente composta por *qualia*. A introspecção pode apenas afetar quais aspectos qualitativos estão presentes, sem adicionar elementos não qualitativos.

4 Considerações finais

A investigação de David Papineau acerca da natureza metafísica das propriedades que constituem a experiência sensorial consciente estabelece que a relação entre propriedades qualitativas e

¹² Texto original: “[...] *introspection can make a difference to which qualitative elements are present in experience, not that it can add qualitative elements to non-qualitative ones.*”

representacionais da experiência ocorre apenas de maneira contingente. Enquanto Ned Block sustenta que a consciência fenomênica é composta por aspectos representacionais e propriedades qualitativas não representacionais — descritas por ele em termos de tinta e óleo mentais —, Papineau argumenta que os *qualia* são intrínsecos e constituem unicamente a experiência consciente; o papel exercido pelas propriedades representacionais é meramente contingente, pois depende de fatores ambientais e contextuais e não constituem essencialmente a experiência consciente.

Papineau rejeita a concepção de Block por entender que ela implica um compromisso implícito com uma forma de representacionismo, ainda que mitigado. Para ele, a experiência consciente não se define, fundamentalmente, em termos de conteúdo representacional, mas em virtude de suas propriedades qualitativas. Os argumentos clássicos utilizados por Papineau se baseiam em experimentos mentais como o do cérebro cósmico na cuba e o da terra invertida, os quais sugerem que o caráter fenomenal da experiência independe das condições representacionais do mundo externo. Dessa forma, para Papineau, não existem elementos essencialmente relacionais na experiência consciente; os *qualia* não possuem nenhuma relação essencial com conteúdos representacionais. A experiência consciente é toda composta por tinta e óleo mental.

Block argumenta que a experiência sensorial consciente não pode ser adequadamente caracterizada sem referência ao seu conteúdo representacional, embora reconheça que o caráter fenomenal da experiência ultrapassa a mera representação. Ele se ampara nas experiências do orgasmo e dos fosfenos visuais, nas quais há a presença de propriedades qualitativas mesmo na ausência de um conteúdo representacional. Ainda assim, Block insiste que a estrutura representacional da experiência desempenha um papel constitutivo, ainda que não exclusivo, no caráter fenomenal da experiência.

O conflito entre Papineau e Block evidencia as discordâncias e concordâncias entre uma concepção puramente qualitativa da experiência consciente e uma abordagem representacionista que une aspectos qualitativos e representacionais. Enquanto no representacionismo essencial existe uma forte relação constitutiva na qual propriedades sensoriais conscientes são metafisicamente equivalentes a propriedades representacionais, no representacionismo contingente uma mesma propriedade sensorial consciente pode ter um significado representacional diferente ou não ter significado representacional nenhum, a depender do contexto e de fatores ambientais.

Enquanto Papineau adota uma posição na qual a consciência se reduz a propriedades qualitativas intrínsecas, Block estabelece um modelo no qual o caráter fenomenal da experiência se entrelaça metafisicamente aos conteúdos representacionais, ainda que não seja esgotado por eles. Não temos aqui a ambição de resolver a questão, nem mesmo de defender um dos lados, mas não podemos encerrar esse artigo sem dizer que Papineau tem a seu favor o fato de defender uma teoria mais coerente. É como se Block tivesse percorrido parte do caminho, mas não tivesse visto que poderia percorrê-lo até o fim. Abandonado seus compromettimentos semânticos funcionalistas, que já não gozam do prestígio que gozavam a 40 anos atrás, Block poderia ganhar se seguisse adiante, na direção proposta por Papineau. Em termos propriamente metafísicos, o caráter essencialmente contingente da representação implica uma compreensão da natureza da consciência que parecia já ser vislumbrada por Block, mas que pode e deve ir além, até suas últimas consequências.

Referências

BLOCK, Ned. Inverted Earth. *Philosophical Perspectives*, v. 4, p. 53-79. 1990.

- BLOCK, Ned. Mental paint. In Martin Hahn & B. Ramberg (eds.), *Reflections and Replies: Essays on the Philosophy of Tyler Burge*. MIT Press, 2003, p. 165-200.
- DRETSKE, Fred. *Naturalizing the Mind*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1995.
- PAPINEAU, David. *The Metaphysics of Sensory Experience*. New York: Oxford University Press, 2021.
- TYE, Michael. *Ten Problems of Consciousness: A Representational Theory of the Phenomenal Mind*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1995.

Visão de mundo, concepção de mundo e correlatos: alguns aspectos

Filipe Lazzeri¹

DOI: <https://doi.org/10.58942/eqs.209.04>

Visão de mundo, concepção de mundo e afins são noções que conotam o conjunto de suposições inter-relacionadas — e, em larga medida, herdadas, além de, amiúde, inconscientes — de uma comunidade, de um grupo de agentes e/ou mesmo de um/a agente individual, em estreita conexão com seu modo de interpretar e experienciar o mundo, agir e viver. Nessa medida, visões ou concepções de mundo implicam formas de comportar-se, situadas contextual e temporalmente (de modo, por ex., socialmente conformista ou anticonformista, a depender do caso). Conforme as suposições ou os compromissos ontológicos, epistêmicos, morais, políticos etc. que se tenha, tende-se a interagir (verbal ou não verbalmente) de determinadas maneiras com as pessoas, outros seres vivos e o restante do mundo circundante, interação essa também, e profundamente, influenciada pelos condicionantes do meio; sobretudo, sócio-histórico. Uma visão ou concepção de mundo, por conseguinte, não é algo estanque, mas sim algo fluído e que sofre modificações ao longo do tempo.

Neste trabalho, a partir da consideração de alguns estudos anteriores sobre o assunto — vários com foco nas noções em geral, outros

¹ Professor na Universidade Federal de Goiás (UFG), onde atua na Faculdade de Filosofia (FAFIL) e no Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFil).

E-mail: filipelazzeri@ufg.br

com foco em visões ou concepções de mundo nas ciências —, sugerirei uma análise delas nessa linha. Trata-se, por ora, de apenas alguns elementos centrais, atendo-me a uma fração de aspectos da estrutura (componentes) e dinâmica (aspectos inter-relacionais ao longo do espaço e tempo) das visões ou concepções de mundo; assim como a algumas conotações semânticas básicas dessas noções e correlatas. Certas problemáticas em torno do assunto serão apenas assinaladas. Desse modo, ofereço aqui uma aproximação que expande considerações articuladas a respeito em Lazzeri (2024); mas propedêuticas para uma modelagem mais ampla do conceito e correlatos, a ser desdobrada com base em trabalhos que desenvolvi em Filosofia da Mente e Teoria da Ação.

O conceito de visão de mundo possui como similares: *cosmovisão* (por ex., Krenak, 2019); *concepção de mundo* (por ex., Brie, 2001; na tradução brasileira, feita por B. V. Boeira e N. Boeira, da *Structure of Scientific Revolutions* de Kuhn, *worldview* é traduzido dessa forma); e *mundividência* (por ex., este último é utilizado na tradução portuguesa, feita por Artur Mourão, do opúsculo de Dilthey *Die Typen der Weltanschauung und ihre Ausbildung in den metaphysischen Systemen*, na maior parte das ocorrências do termo alemão *Weltanschauung*), que é menos frequentemente usado. Algumas dessas designações, contendo o termo ‘visão’, podem, dependendo do uso, sugerir um privilégio da percepção visual na ideia de interpretação de mundo implicada pelo conceito. ‘Concepção de mundo’ é uma designação que pode ajudar a evitar essa conotação de privilégio da visão, mas, igualmente, isso depende do uso específico que for feito do termo.

A autora Oyèrónké Oyěwùmí (1997/2021) argumenta que as concepções de mundo predominantes no ocidente conferem um privilégio ao sentido da visão. As concepções de mundo estão profundamente relacionadas com os pressupostos epistêmicos que se assume; ou seja, pressupostos sobre o que deve contar como justificativa para a aceitação de pensamentos e práticas como conhecimentos. Esses

pressupostos entremeiam-se com outros componentes, como os ontológicos, que dizem respeito aos compromissos com a existência de tais e tais tipos de coisas, suas características fundamentais e as formas de compreender as relações entre elas. Para melhor considerar perspectivas não ocidentais, em que amiúde se confere, nas práticas epistêmicas, centralidade a um ou mais dos outros sentidos — como na tradição iorubá, em que a percepção auditiva é realçada —, Oyěwùmí propõe o termo *cosmopercepção* (no original, *cosmo-sense*) [ver também Rocha, 2023]. Ademais, note-se que esse termo, de modo semelhante, neste caso, a ‘visão de mundo’, mas diferentemente de ‘concepção de mundo’, tem em seu bojo conotar imediatamente não apenas uma concepção ou teoria sobre o mundo, mas também um modo de experienciá-lo — embora não necessariamente com primazia da experiência visual.

No presente trabalho, interessa-me, como objeto de análise, essa acepção mais própria e ampla de visões ou concepções de mundo, enfatizada por Oyěwùmí; ainda que o termo ‘visão de mundo’ se faça presente, em razão de considerar vários estudos prévios centrados neste termo. Além disso, compartilho das preocupações críticas da autora em relação à colonialidade política e epistemológica (na terminologia de Quijano, 1992).

Às vezes nos deparamos com o uso do termo ‘ideologia’ como se fosse sinônimo de ‘visão de mundo’ e correlatos. Porém, ‘visão de mundo’ e correlatos não conotam o sentido negativo ou pejorativo que o termo ‘ideologia’ frequentemente carrega. Este é bastante utilizado, particularmente após Marx e Engels (1846/2007), como explica Löwy (2003), para se fazer remissão crítica a “uma forma de pensamento orientada para a reprodução da ordem estabelecida” (p. 11). Nesse uso contraditório do termo ‘ideologia’, trata-se de um modo de se referir a ideias que distorcem as relações entre as classes sociais, sendo propagadas (consciente ou inconsciente) com a função de se preservar o *status quo*. Em tal acepção, ideologia é algo que engana membros da classe

cujo trabalho é explorado, de maneira a favorecer interesses da classe dominante (também Larrain, 2001). Já o termo ‘visão de mundo’, elucida Löwi (2003):

[N]ão contém nenhuma implicação pejorativa e nenhuma ambiguidade conceitual: o que ele designa não é, por si só, nem ‘verdadeiro’ nem ‘falso’, nem ‘idealista’ nem ‘materialista’ (mesmo que tome uma ou outra destas formas), nem conservador nem revolucionário. Ele circunscreve um conjunto orgânico, articulado e estruturado de valores, representações, ideias e orientações cognitivas, internamente unificado por uma *perspectiva* determinada, por um certo *ponto de vista* socialmente condicionado. (p. 12-13; itálicos no original)

Ou seja, o termo ‘ideologia’ é marcado pela ambiguidade entre, de um lado, um uso com a referida conotação negativa, em viés crítico; e, de outro, um uso para se referir simplesmente a um conjunto de ideias — amplamente condicionadas pelo ambiente e pela herança socioculturais — que balizam o modo de interpretar a realidade e viver. Já o termo ‘visão de mundo’ não possui tal ambiguidade, na medida em que é utilizado sem, por si só, ajuizar a plausibilidade do conjunto de ideias ao qual se refere.

A literatura sobre visão ou concepção de mundo remete a Kant (*Crítica da Faculdade do Juízo*, 1790/1998, I.2, §26) o uso inaugural do termo — em alemão, *Weltanschauung* — no contexto filosófico. Contudo, Kant fez um uso passageiro, e não ostensivo, dele. A passagem em que isso ocorre (até onde me consta e consegui averiguar) é a seguinte, no âmbito de considerações que Kant faz sobre o sublime:

[P]ara tão só poder pensar sem contradição o infinito dado, requer-se no ânimo humano uma faculdade que seja ela própria suprassensível. Pois somente através desta e da sua ideia de um *númeno* — que não permite ele mesmo nenhuma intuição (*Anschauung*) e contudo é submetido como substrato à *intuição do mundo* (*Weltanschauung*) enquanto simples *fenômeno* — é compreendido totalmente sob um conceito na

avaliação pura e intelectual da grandeza o infinito do mundo dos sentidos... (p. 150)²

Kant parece ter empregado o termo em pauta motivado pela distinção entre, de um lado, os *fenômenos*, isto é, as coisas tais como se apresentam às pessoas sob a influência do aparato cognitivo humano — segundo ele, formas transcendentais da sensibilidade e categorias do entendimento (Kant, 1781/1978) —; e, de outro, as *coisas em si*, ou *noumena*, isto é, as coisas como são independentemente desse aparato. *Weltanschauung* remeteria, assim, à manifestação fenomênica do mundo: o mundo tal como é experienciado a partir das restrições do aparato cognitivo (por ex., Boubilil, 2009). Cabe destacar que o fato de Kant não ter empregado ostensivamente o termo não implica em ausência, em sua obra, de uma abordagem significativa e influente sobre o assunto, desenvolvida por meio de outros conceitos (Englert, 2023).

Posteriormente, o conceito passou a ser utilizado para designar, de forma mais específica, o conjunto de elementos conceituais ou afins que permeiam os modos pelos quais os/as agentes experienciam o mundo e vivem nele. Como coloca Mascolo (2014):

Em seu nível mais básico, uma visão de mundo (*worldview*) funciona como uma espécie de *estrutura organizadora*. O conceito de visão de mundo está fundamentado no princípio epistemológico de que a observação... se dá como um processo ativo de interpretação e organização do mundo em termos de algum tipo de sistema ou estrutura conceitual já existente (p. 2086; *italico no original*)

Nessa acepção, o tipo de termo em pauta ('cosmovisão', 'concepção de mundo' e correlatos) passou a designar não tanto a própria manifestação fenomênica do mundo, influenciada pelas conceituações e suposições subjacentes às experiências; mas, principalmente, o

² Cabe observar que, na literatura contemporânea sobre o conceito de visão de mundo e similares, é incomum se utilizar o termo 'intuição de mundo' como sinônimo.

conjunto destas. Ou seja, esse tipo de termo passou a ser utilizado para se fazer referência a quadros normativos e interpretativos que configuraram os modos como os/as agentes experienciam, agem e vivem no mundo.

Atribui-se a Dilthey (1907/2018; 1911/1992) um dos primeiros enfoques filosóficos generalizados à noção de *Weltanschauung* (por ex., Brie, 2001). Com efeito, as questões sobre a estrutura e a dinâmica das visões ou concepções de mundo viriam a ocupar atenção filosófica particularmente no contexto da Filosofia contemporânea; com destaque, nas primeiras décadas do século XX, para alguns autores da tradição hermenêutica, como é o caso do próprio Dilthey e também de Jaspers (1919/1967). Segundo Dilthey (1911/1992):

Todas as mundividências, ao empreenderem proporcionar uma solução completa do enigma da vida, contêm, regra geral, a mesma estrutura. Esta consiste sempre numa conexão em que, sobre a base de uma imagem cósmica, se decidem as questões acerca do significado e do sentido da vida e daí se deduzem o ideal, o sumo bem, os princípios supremos da conduta de vida (p. 15).

Assim, Dilthey (1911/1992) associa às visões de mundo, dentre outros traços gerais, o desempenho de uma função dirigida a solucionar “o enigma da vida”, isto é, conferir respostas tentativas a questões tais como aquelas sobre a conduta na vida, dentre outras. Além disso, ele distingue entre visões de mundo religiosas, filosóficas e artísticas. Para Dilthey, as ciências não seriam capazes de promover uma visão de mundo tamanho abrangente, porque, além de se cingirem a camadas específicas da realidade (subatômica, biológica, cultural, etc., conforme o caso), não responderiam a questões sobre o que é valioso na vida e como havemos de viver; isto é, questões existenciais (também Makkreel, 2020).

Visões ou concepções de mundo, sob compreensões diferentes daquelas que se figuram em Kant e Dilthey, mas também guardando semelhanças, viriam a formar a unidade de análise de holismos

(epistemológicos) sobre a estrutura da justificação epistêmica e do conhecimento em geral (em Teoria do Conhecimento), ou do conhecimento científico em particular (em Filosofia da Ciência). A obra do filósofo Willard Quine (1961; também Quine & Ullian, 1978) pode ser entendida como um exemplo disso, ainda que ele prefira a nomenclatura de ‘teia de crenças’ (*web of belief*)³.

Para Quine (1961), podemos dizer, uma visão ou concepção de mundo seria o conjunto total de suposições (ou crenças) de alguém, ou daquelas amplamente partilhadas por um grupo de pessoas, incluso suposições que formam uma teoria científica em particular. Não se trata, assim, de crenças aleatórias, mas sim de um todo articulado, uma crença subsidiando a outra, de modo a explicar e prever fenômenos, organizando a experiência e as ações. *Crenças*, aqui, são entendidas no sentido amplo do termo (como de praxe em Teoria do Conhecimento), abrangendo desde as suposições inconscientes que temos, mas também as conscientes; as fugazes e as estáveis; desde as intuições pouco ou moderadamente articuladas até as muito elaboradas; e em relação aos quais temos variados graus de convicção.

Segundo Quine (1961), bem como Quine e Ullian (1978), nossas crenças estruturam-se ao modo de uma teia articulada, em que elas se encontram pervasivamente apoiadas umas nas outras. Essa teia está em permanente movimento — isto é, modifica-se constantemente, a partir da interação com o ambiente —, em um fluxo heraclítico, por assim dizer, ao menos quando estamos acordados:

O repertório de crenças de alguém muda em quase todos os momentos de vigília. O mero chilrear de um pássaro ou ruído de um motor que passa, quando reconhecido como tal, acrescenta uma crença ao nosso estoque flutuante. Essas são crenças triviais, rapidamente adquiridas e rapidamente descartadas, excluídas, esquecidas. Outras crenças persistem Algumas das crenças de alguém são finalmente

³ Uma equiparação entre o conceito de teias de crenças de Quine e visões de mundo (*worldviews*) pode ser encontrada em DeWitt (2018).

abandonadas não apenas por serem excluídas e esquecidas, mas por serem encontradas em conflito com outras crenças, talvez novas, cujas credenciais parecem superiores. (Quine & Ullian, 1978, p. 9)

Seguindo com essa explanação em parte metafórica, mas elucidativa, as crenças nas extremidades da teia (Quine, 1961, utiliza também a expressão ‘campo’) seriam os pensamentos fugazes que o/a agente tem, relativos aos conteúdos de suas experiências perceptuais imediatas. Já as crenças mais ao centro da teia são aquelas relativamente abstratas, que conferem compreensão à experiência do/a agente e que, nessa medida, tipicamente, lhe são caras na interpretação da realidade. As crenças mais ao centro são menos facilmente revisáveis, embora, em última análise, não totalmente imunes à revisão. Trata-se daquelas suposições gerais à luz das quais o/a agente interpreta a realidade, a exemplo, a depender do caso, dos princípios da Biologia que explicam a evolução das espécies, como aqueles sobre seleção natural (para aqueles/as que os abraçam); princípios da Análise do Comportamento que estruturam suas explicações e previsões de comportamentos, tais como aqueles sobre aprendizagem operante (para aqueles/as que os abraçam). Funcionam, aproximadamente, como aquilo que Laudan *et al.* (1986) chamaram de *suposições-guia* (*guiding assumptions*) para pensar os elementos da estrutura das teorias científicas — noção essa da qual podemos nos beneficiar para pensar visões de mundo de modo mais amplo, *mutatis mutandis*.

Já as crenças nas bordas da rede são mais facilmente revisáveis, ocorrendo a partir da interação direta com o meio; por exemplo, quando, digamos, ao olhar o céu, alguém revisa o que estava há pouco achando sobre as condições do tempo; ou, ao tocar a superfície de um objeto, ajusta sua suposição prévia sobre a textura dele.

A totalidade de nossos assim chamamos conhecimentos ou crenças, das mais casuais questões de geografia e história, até as mais profundas leis da física atômica ou mesmo da matemática pura e da lógica, é uma construção humana que está em contato com a experiência

apenas em suas extremidades. ... Um conflito com a experiência na periferia ocasiona reajustes no interior do campo. Os valores de verdade devem ser redistribuídos em alguns de nossos enunciados. A reavaliação de alguns enunciados acarreta a reavaliação de outros, por causa de suas interconexões lógicas — as leis lógicas sendo, por sua vez, simplesmente alguns enunciados a mais do sistema... (Quine, 1961, p. 42)

Quine, portanto, inclui as próprias suposições lógicas (ou inferenciais) dentre os tipos de crenças que constituem visões de mundo. Trata-se de crenças a exemplo do princípio de não contradição, o princípio da identidade, o princípio do terceiro excluído e regras de inferência como o *modus ponens*, costumeiramente. Esse tipo de crença é amplamente compartilhado (a ponto de alguns as considerarem universais); mas admitiria variações de uma teia de crenças para outra (por ex., alguns princípios da Lógica Clássica nem sempre são aceitos em algumas interpretações da Física Quântica). As suposições lógicas formariam as conexões entre as demais crenças umas às outras, tornando todas as crenças ligadas entre si: “A implicação é o que torna nosso sistema de crenças coerente. ... A implicação é, portanto, a própria textura de nossa teia de crenças” (Quine & Ullian, 1978, p. 41).

Outro traço geral das teias de crenças apontado por Quine (1961) é o de possuírem nexos com o que ficou conhecido na literatura epistemológica como a impregnação teórica (*theory-ladenness*) da observação. Trata-se da ideia — defendida de modo notório também por Sellars (1956) e que possui certa semelhança com a epistemologia de Kant, porém sem agentes concebidos como “sujeitos transcendentais”, etc. — de que a experiência perceptual não promove um contato não inferencial, ou não conceitual, com a realidade; mas, sim, um contato sempre influenciado pelas crenças mais ao centro da teia. Desse modo, tudo o que alguém observa — seja uma percepção cotidiana, seja uma observação em contexto de investigação científica — seria sempre uma realidade conceitualizada, a partir dos compromissos assumidos na teia de crenças. Em particular, essa conceitualização é profundamente

influenciada pelos compromissos ontológicos adotados; isto é, pelas suposições que se tem sobre o que existe, as características dessas coisas assumidas como existentes e como elas se inter-relacionam.

Quine (1960) entende crenças como disposições comportamentais, isto é, tendências a se comportar de certas formas sob dados contextos (também Quine & Ullian, 1978, p. 10). Estas, por sua vez, ele entende como sendo estados fisiológicos. Porém, descartou uma tradutibilidade das atribuições de crenças ao fisiologês, em razão do fenômeno da chamada opacidade referencial envolvendo as primeiras⁴. Com efeito, o autor veio (Quine, 1990) a aquiescer à teoria de identidade de particulares de Davidson (1980), chamada de monismo anômalo⁵. Essa teoria identifica exemplares (eventos singulares) de “atitudes proposicionais” (isto é, exemplares de crenças, desejos e afins) com exemplares de estados corporais; sem lugar para as reduções, mesmo intraespecíficas (afirmadas por autores como Armstrong, 1970/1980; e Lewis, 1966), entre tipos de atitudes proposicionais e tipos de estados corporais, nem para reduções da linguagem daquelas para a destes.

Por realçar padrões de comportamento em suas relações com contextos ambientais como critérios para as atribuições de atitudes proposicionais, bem como processos de condicionamento operante na formação das crenças e do repertório conceitual dos/as agentes, Quine foi, por alguns e por ele próprio, considerado um autor comporta-

⁴ **Opacidade referencial** ocorre quando a substituição de um termo por outro que designa a mesma coisa pode alterar a verdade de uma afirmação. Isso caracteriza os chamados **contextos opacos**, que contrastam com os **contextos referencialmente transparentes**, nos quais uma tal substituição preserva a verdade. Termos como ‘crença’ geram contextos opacos. Por ex., de “João achou que viu o Morro do Castelo”, não se segue que “João achou que viu o Morro da Lapinha” (embora haja aqui nomes diferentes para uma mesma formação rochosa). O fisiologês, por outro lado, supõe Quine, seria referencialmente transparente.

⁵ Em Quine (1960), nota-se uma certa ambiguidade entre, de um lado, uma posição já na linha de uma teoria de identidade de particulares e, de outro, uma posição que sugere uma redutibilidade por substituição do vocabulário das “atitudes proposicionais” pelo fisiologês, semelhante àquela proposta por Churchland (1988). Sobre relações redutivas e não redutivas, pode-se consultar Lazzeri & Zilio (2023).

mentalista (por ex., Verhaegh, 2019). Contudo, sua abordagem sobre o status ontológico das crenças e outras atitudes proposicionais não é propriamente comportamental, na medida em que acaba por situá-las no âmbito fisiológico. Em uma abordagem comportamental delas, seriam situadas na esfera mais ampla das dinâmicas de interação do/a agente com o meio. Com efeito, comportamentos seriam considerados como ingredientes que as compõem — parcial ou totalmente, a depender da abordagem específica, e com comportamentos entendidos de maneira que também varia conforme a abordagem (Lazzeri, 2016; 2019).

Quine, nessa medida, acaba por se comprometer, a meu ver, desnecessariamente, com uma dicotomia entre pensamentos e comportamentos (Ramos & Lazzeri, 2021). Não que pensamentos não influenciem comportamentos. Eles (mesmo na acepção de crenças, que possuem caráter disposicional, além daqueles que dizem respeito a eventos episódicos⁶) são constituídos por comportamentos e podem influenciar a probabilidade de ocorrência de outros. Há razões interessantes — embora não exclusivistas — para se compreender a localização das visões de mundo no âmbito das interações históricas e, como será assinalado mais adiante, dialéticas (não lineares), dos/as agentes de modo mais amplo com seu meio (por ex., Lazzeri, 2015a; Noë, 2009); ainda que envolvendo também acontecimentos na esfera do interior do corpo (alguns como bases subsidiadoras dos comportamentos, outros constitutivos deles).

Além disso, Quine transparece uma preocupação praticamente exclusiva com os aspectos ontológicos, epistêmicos e lógicos envolvidos em redes de crenças. Embora esses sejam componentes centrais, não esgotam a estrutura dessas redes, que também incluem elementos morais e políticos — que são, a meu ver com razão, frequentemente realçados na literatura sobre o assunto. Por outro lado, essa literatura

⁶ Para pormenores sobre essa distinção, pode-se consultar Lazzeri (2020).

pouco frequentemente distingue de forma explícita os aspectos lógicos como componentes das visões de mundo — o que acredito que tem sido uma limitação dela e uma virtude da análise quineana.

As metateorias de Kuhn (1970) e Laudan (1977) sobre teorias científicas, embora não se colocando como abordagens sobre as visões de mundo em um nível geral, podem também contribuir para uma caracterização do conceito de modo mais amplo. Em particular, suas abordagens sobre os componentes que formam as teorias científicas, bem como sobre o fenômeno da impregnação teórica da observação e a questão da comparabilidade interteórica, podem ser úteis para a discussão da estrutura e dinâmica das visões de mundo em um nível geral. Naturalmente, tal aplicação requer considerar as interfaces, diferenças e especificidades existentes entre visões de mundo e teorias científicas (mais sobre isso adiante).

No caso da abordagem de Kuhn, em sua célebre *Structure of Scientific Revolutions*, além de guardar algumas semelhanças com o holismo de Quine, vale-se especificamente do termo ‘visão de mundo’ (*worldview*) para caracterizar a estrutura e a dinâmica das teorias científicas. Em Kuhn (1970), a noção de visão de mundo está fortemente relacionada àquela (desde então famosa no contexto filosófico geral) de *paradigma*. Um paradigma estrutura-se em quatro tipos de componentes: as generalizações simbólicas (por ex., as leis de Newton na Mecânica Clássica); os modelos, que formam, segundo Kuhn, as “camadas metafísicas” das teorias científicas, sendo (com exceção dos modelos de tipo heurístico) tentativas de representar as características básicas dos objetos de estudo (por ex., modelos dos átomos); valores, sendo que Kuhn (1970) tem em vista particularmente valores cognitivos (ou epistêmicos), associando-lhes o papel de critérios para a aceitação de formulações no interior da teoria (por ex., valores como parcimônia teórica, adequação empírica, coerência interna e coerência com teorias maduras); e exemplares, entendidos como as maneiras ditadas pela teoria como corretas para a resolução de problemas, no campo de estudo a

que diz respeito. Esses seriam quatro tipos de elementos que estruturam e individualizam uma teoria científica.

Celebaramente, Kuhn (1970) considera que a dinâmica dos paradigmas tipicamente envolve um período inicial, pré-paradigmático, em que várias teorias competem entre si na área de estudo, imperando o dissenso sobre os modelos, generalizações simbólicas, exemplares e valores a serem adotados. Ocorre eventualmente o estabelecimento de um paradigma, após uma proposta de matriz teórica prevalecer sobre as outras. Com isso, tem-se o período de “ciência normal”, em que a comunidade na área dedica-se à resolução de problemas ditados pela matriz teórica aceita, havendo confiança no poder desta vir a resolver, paulatinamente, as anomalias com que se defronta a todo momento. Ao se avolumarem as anomalias, surge um período de crise, que às vezes é resolvida; mas, do contrário, teorias alternativas tendem a ser cada vez mais alentadas e ocorre um período de “ciência revolucionária”, em que há a substituição do paradigma por outro. E assim sucessivamente, passando-se novamente por esses ciclos — com exceção do período pré-paradigmático, que costuma ocorrer apenas antes da articulação de um primeiro paradigma na área de estudo.

Kuhn (1970) reputa a mudança de um paradigma para outro como uma “mudança de visão de mundo” (p. 111). Em linha com Quine e vários outros epistemólogos da época, Kuhn enfatiza a impregnação teórica da observação, o que ele expressa — de modo mais próximo a Hanson (1958) — em termos de *Gestalten*, ou formas, visuais:

[A]s mudanças de paradigma fazem com que os cientistas vejam o mundo de sua pesquisa de maneira diferente. Na medida em que seu único recurso para esse mundo é através do que eles veem e fazem, podemos querer dizer que depois de uma revolução os cientistas estão respondendo a um mundo diferente. ... É como protótipos elementares para essas transformações do mundo do cientista que as demonstrações familiares de uma mudança na Gestalt visual se mostram tão sugestivas. O que eram patos no mundo dos cientistas antes da revolução são coelhos depois. ... Portanto, em tempos de revolução,

quando a tradição científica normal muda, a percepção do cientista sobre seu ambiente deve ser reeducada ..., ele deve aprender a ver uma nova Gestalt. (p. 111-112)

Ou seja, o modo como o/a cientista observa a realidade é organizado pelos compromissos ontológicos, metodológicos e axiológicos que assume, na matriz disciplinar de sua área de estudos. Essa matriz é adquirida em sua formação — fortemente orientada pela aprendizagem dos exemplares — e é continuamente exercitada ao longo de sua carreira.

A metateoria de Kuhn (1970) é célebre também por apontar que um traço dos paradigmas, ou visões de mundo em ciência, é serem incomensuráveis entre si. (Sublinhe-se, por ora estamos apenas descrevendo a perspectiva de Kuhn.) Na mudança de um paradigma para outro (por ex., da Astronomia ptolomaico-aristotélica para a copernicana; da Mecânica Clássica para a Mecânica Relativística; da Biologia aristotélica para a Biologia evolutiva darwiniana), os/as cientistas neles incorporam visões de mundo bastante discrepantes entre si. Em primeiro lugar, discordam sobre a ontologia, a metodologia, etc., a serem adotadas. Por isso, entendem de maneiras diferentes quais seriam os problemas a serem resolvidos e como resolvê-los. Em segundo lugar, ocorreria incomensurabilidade entre os paradigmas na medida em que, embora partilhem vários termos, os significados que lhes conferem seriam diferentes (por ex., ‘espaço’, na Mecânica Clássica, referir-se-ia a algo plano e absoluto, ao passo que, na Mecânica Relativística, a algo que se deforma consoante a massa dos corpos). Kuhn (1970) menciona que um terceiro aspecto da incomensurabilidade seria o de que:

[P]roponentes de paradigmas concorrentes praticam seus ofícios em mundos diferentes. Um contém corpos constrangidos que caem lentamente; o outro, pêndulos que repetem seus movimentos continuamente. Em um, as soluções são compostos; no outro, misturas. Um está embutido em um plano; o outro, em uma matriz curva do espaço. Praticando [ciência] em mundos diferentes, os dois grupos de

cientistas veem coisas diferentes quando olham do mesmo ponto para a mesma direção. (p. 150)

Praticando ciências em “mundos diferentes”, os/as cientistas de teorias concorrentes não conseguiriam se entender entre si. Segundo Kuhn, não seriam capazes de estabelecer um diálogo no qual pudessem chegar a um acordo sobre qual paradigma é melhor. O que para o/a cientista de um paradigma poderiam ser boas razões, para o/a cientista da teoria concorrente não o seriam, e vice-versa. A incomensurabilidade teria como consequência, justamente, não haver um patamar neutro para ajuizar entre qual das duas visões de mundo escolher com base apenas em critérios cognitivos. Entrariam, no processo de escolher teórica, fatores de ordem para além do cognitivo, como, por exemplo, fatores estéticos. Isso a ponto de que Kuhn (1970) chama a passagem de um/a cientista de um paradigma para outro de uma “conversão”.

Kuhn (1977), no entanto, reconhece a possibilidade de comparar teorias quanto a qualidades epistêmicas tipicamente partilhadas, como a adequação (ou corroboração) empírica. A tese da incomensurabilidade sugere que seria implausível pensar que a ciência progride de forma cumulativa, como se uma teoria que tenha substituído outra simplesmente somasse mais verdades à anterior. Não haveria, segundo Kuhn (1970), um patamar capaz de possibilitar sabermos quando uma teoria é mais próxima da verdade do que outra.

Feyerabend (1975) sustenta uma tese de incomensurabilidade que é significativamente semelhante à de Kuhn (1970)⁷, mas acompanhada pela defesa de um pluralismo teórico, ou de (em terminologia proposta por Laudan, 1977) tradições de pesquisa. Laudan (1977; 1996), por sua vez, questiona tanto a ideia de um caráter monolítico das teorias científicas, como a própria tese da incomensurabilidade (por razão de espaço, não entrarei aqui em pormenores deste ponto). Enquanto

⁷ Hoyningen-Huene (2014) oferece um estudo comparativo aprofundado das visões de Kuhn e Feyerabend sobre o assunto.

Kuhn (1970) sustenta que uma teoria que se erige como “paradigma” reina unânime na área respectiva de estudo, Feyerabend e Laudan sugerem que a heterogeneidade teórica é uma constante. Com efeito, várias teorias em uma mesma área costumam conviver juntas — como na Psicologia, as tradições histórico-cultural, comportamental, cognitivista, etc., por si só internamente heterogêneas, além de com interfaces variadas umas com as outras. Essas abordagens possuem diferentes, mas significativas, capacidades de resolver problemas empíricos e conceituais.

Feyerabend (1975) e Laudan (1977) sustentam, por diferentes razões e em diferentes medidas, que a pluralidade teórica é benéfica para o avanço do conhecimento. Na abordagem de Feyerabend, essa defesa se estende também às dimensões moral e política. Para Laudan, as tradições de pesquisa têm suas respectivas capacidades de resolver problemas empíricos e conceituais definidas uma em relação à outra. Por exemplo, o que conta como uma anomalia e como um problema resolvido em uma tradição de pesquisa depende da dinâmica de outra (ver também Lazzeri, 2015b). Assim, o progresso científico beneficia-se da coexistência de múltiplas tradições de pesquisa, embora Laudan igualmente enfatize a importância de se compreender a formação de consensos na comunidade científica, em torno das abordagens que demonstram maior eficácia na resolução de problemas.

Por sua vez, Feyerabend (1975) defende um pluralismo mais amplo, profundamente atento a implicações morais e políticas. Ele sublinha que o monopólio de uma única tradição de pesquisa pode levar à exclusão de outras frutíferas ao seu próprio modo. Esse argumento ressoa em debates sobre colonialidade do poder e do saber, que apontam para as injustiças epistêmicas e políticas sofridas por diversos povos — notadamente, os povos colonizados —, também com prejuízos para as próprias ciências institucionais (por ex., Collins, 2019/2022; Harding, 2015; Lacey, 2023).

Nos termos de Harding (2015), sendo o conhecimento um produto de práticas situadas (também Haraway, 1988), a diversidade de pontos de vista contribui para uma objetividade mais forte do que aquela alcançada quando se privilegiam pontos de vista canônicos. A exclusão das práticas epistêmicas de povos colonizados, bem como das perspectivas de mulheres e outros grupos historicamente marginalizados, atravessados por dimensões interseccionais de classe, raça e gênero, compromete a representatividade, como também a própria amplitude e profundidade do conhecimento produzido. Esse apagamento acaba por limitar o potencial explicativo e transformador das ciências. Nesse sentido, um pluralismo teórico nessa linha — semelhante àquele defendido por Lacey (2023) —, em diálogo com as preocupações de Laudan e Feyerabend, mostra-se uma posição metateórica razoável⁸.

Um trabalho de especial fôlego acerca de visões ou concepções de mundo em nível mais geral, em vez de atido a concepções de mundo na esfera da ciência, é o livro *World View* do teórico da antropologia Michael Kearney (1984). O autor caracteriza visão de mundo como “suposições básicas e imagens que proporcionam uma maneira mais ou menos coerente, embora não necessariamente precisa, de pensar sobre o mundo” (p. 41); e, ainda, “a coleção de suposições básicas que um indivíduo ou uma sociedade tem sobre a realidade” (p. 42). Além de suposições, ele, portanto, identifica como componentes básicos das visões de mundo “imagens”, que entende como representações mentais, podendo ser estas visuais ou não.

Kearney (1984, p. 10) aponta três questões gerais que, segundo ele, qualquer metateoria das visões de mundo deveria responder: (i) quais são os *tipos* de suposições e imagens universais, presentes em qualquer visão de mundo?; (ii) como as visões de mundo se relacionam

⁸ Esse pluralismo, sugerimos em Lazzeri e Zilio (2024), é inclusive compatível com um realismo atenuado.

com o meio? E (iii) como as visões de mundo influenciam os comportamentos?

Em relação à questão (i), Kearney (1984, cap. 3) identifica os seguintes tipos de parâmetros que entende como comuns a qualquer visão de mundo: uma distinção entre “um Eu” (*Self*) — podendo inclusive ser de outra espécie, além da humana — e o restante do ambiente, que ele chama de “o Outro”; uma concepção sobre como essas coisas se relacionam entre si (por ex., concepções comunitárias e de interdependência, como a iorubá, vs. individualistas, prevalentes na sociedade ocidental contemporânea); uma maneira de classificar as coisas (por ex., em algumas concepções de mundo, uma distinção entre coisas naturais e sobrenaturais); suposições sobre relações de causalidade entre as coisas (por ex., visões mecanicistas vs. sistêmicas); e, ainda, uma concepção de espaço e de tempo (por ex., concepção do espaço como algo absoluto e homogêneo vs. concepção relativista de espaço como algo dinâmico que sofre deformações vs. concepção kantiana de espaço como uma forma *a priori* da sensibilidade humana).

Kearney (1984) sugere uma resposta à questão (ii) que ele considera se alinhar à tradição do materialismo histórico-dialético de Marx e Engels (1846/2007), enfatizando a influência das condições econômicas em que os/as agentes se inserem sobre suas visões de mundo. Em termos técnicos, “é dada prioridade à base [da sociedade] na determinação da superestrutura” (Kearney, 1984, p. 13). Nos termos de Engels (1880):

[A] estrutura econômica de uma dada sociedade forma sempre a base real que nós devemos estudar para compreender toda a superestrutura das instituições políticas e jurídicas, assim como as maneiras de ver religiosas e filosóficas e outras que lhe são próprias. ... Estava aberto o caminho que iria conduzir-nos à explicação da maneira de pensar dos homens [e mulheres] de uma dada época por sua maneira de viver, em lugar de se querer explicar, como se havia feito até então, sua maneira de viver por sua maneira de pensar. (p. 21)

As condições econômicas da sociedade constituem sua base, ao passo que as imagens e suposições tidas, consciente ou inconscientemente, pelas pessoas, tais como seus valores sociais e compromissos ontológicos, incluindo aqueles articulados em atividades intelectuais, estão na esfera da superestrutura. Nesse sentido, Kearney considera, como Marx e Engels, que são as condições econômicas que, principalmente, condicionam os pensamentos das pessoas, e não o inverso. Desse modo, elucida Kearney, as visões de mundo tendem a refletir os conflitos de classes que marcam a dinâmica da sociedade. Por isso, frequentemente elas se prestam à propagação dos interesses econômicos da pequena parcela que controla os meios de produção e as condições de trabalho; assim, desempenhando as visões de mundo, em tal caso, uma função ideológica, no sentido acima explanado.

Não obstante, igualmente na esteira de Marx e Engels, contrário a um “materialismo vulgar”, Kearney (1984) reconhece um papel para a influência dos pensamentos das/os agentes sobre seus próprios comportamentos.

A posição do materialismo vulgar ... não reconhece que ideias e símbolos também podem exercer influências significativas sobre o comportamento. No entanto, também é possível incorrer em um excesso nessa direção e atribuir uma independência e determinação irreais às ideias, ao superestimar seu poder de moldar as condições materiais e sociais. ... E, ainda assim, as ideias — as visões de mundo — são, em certo grau, independentes das forças materiais e sociais... (p. 114)

Com relação à questão (iii), Kearney sugere que visão de mundo, ambiente e comportamento formam um círculo causal envolvendo relação de retroalimentação, isto é, uma relação “essencialmente dialética” (p. 44).

A percepção do ambiente total ocorre e é, em parte, determinada pela natureza desse ambiente. Essas percepções são organizadas sistematicamente em um conjunto de pressupostos sobre a natureza dessa realidade total percebida — formando uma visão de mundo. Essa visão

de mundo, por sua vez, torna-se a base para a relação social e física com esse ambiente e, dessa forma, altera o próprio ambiente; o ambiente alterado, por sua vez, afetará a maneira como é percebido. (p. 121)

Ou seja, o ambiente sócio-histórico teria um papel maior na determinação das visões de mundo, mas estas podem influenciar o comportamento a partir das modificações que esse produz no meio. Assim, as consequências dos comportamentos no ambiente reverberam em mudanças na visão de mundo que os subsidia, que, em seguida, influencia os próximos comportamentos no meio, e assim sucessivamente, em um ciclo retroalimentativo (também Vázquez, 1967/1977). Tem-se um círculo causal de mão dupla e envolvendo múltiplos fatores, o que é também chamando de relações dialéticas ou não lineares (Queiroz et al., 2022; Thompson, 2007). Dito de outro modo, ambiente e agente formam relações interativas de mútua influência. Há, assim, um lugar para a práxis transformadora da realidade social, com base na compreensão dos condicionantes históricos relevantes e na articulação coletiva concreta.

Uma caracterização mais recente é oferecida por Irzik e Nola (2009), que afirmam: “Uma *visão de mundo* é um conjunto de crenças que fornece, ou pretende fornecer, uma estrutura coerente e unificada para responder a questões de visão de mundo” (p. 731; *itálico no original*). Eliminando a aparente circularidade viciosa envolvida em sua caracterização, especificam que por ‘questões de visão de mundo’ incluem aquelas que podem ser classificadas como “metafísicas / ontológicas”, “éticas / políticas”, e “metodológicas” (p. 731). Irzik e Nola (2009) deixam claro, entretanto, que essa lista não se pretende exaustiva, mas apenas uma lista dos tipos de questões que as visões de mundo, sejam religiosas, filosóficas, científicas ou mescladas, tipicamente procuram responder. São questões filosóficas a exemplo de: o que existe no universo? Como deveríamos viver? Qual seria a melhor forma de sociedade? O que seria plausível considerar dizer que conhecemos?

Dessa forma, elucidam Irzik e Nola (2009), as visões de mundo “fornecem um quadro para a maneira como uma pessoa ou uma comunidade inteira compreende a vida e o mundo ... em seus aspectos e dimensões mais significativos” (p. 731). Os autores ressaltam que visões de mundo são mais abrangentes do que as teorias científicas, pois englobam diversos domínios da experiência e da vida, incluindo a busca por respostas a perguntas existenciais — portanto, aproximando-se, nesse aspecto, da perspectiva de Dilthey. Não obstante, as teorias científicas são formadas por conteúdos substantivos de visões de mundo, na medida em que são constituídas por pressuposições filosóficas (como as ontológicas). Além disso, podem reverberar na formação de elementos de visões de mundo (daí Irzik e Nola falarem em “visões de mundo científicas”), mas não se configurariam, elas próprias, como visões de mundo.

Assim, percebe-se, nessas e outras caracterizações, diferenças com respeito a quais são os tipos de elementos que compõem uma visão ou concepção de mundo, bem como sobre suas funções, dentre outros aspectos. Por exemplo, enquanto alguns, como Quine (1961), incluem as suposições lógicas ou inferenciais entre os tipos de elementos que as formam, outros, como Kuhn (1970) e a maioria na literatura especializada, não as consideram, pelo menos explicitamente. Alguns, como Kuhn (1970) e Feyerabend (1975) com respeito a visões ou concepções de mundo constitutivas de teorias científicas, sustentam serem incomensuráveis entre si; enquanto outros, como Laudan (1977; 1996), de maneira interessante, questionam a tese da incomensurabilidade. Laudan (1977) e Feyerabend (1975), em contraste com Kuhn (1970), plausivelmente sublinham a heterogeneidade constante das teorias em um mesmo campo de estudos. Alguns, como Kuhn (1970), descrevem teorias científicas como visões de mundo, ao passo que outros, como Irzik e Nola (2009), avaliam que teorias científicas, embora contenham conteúdos de visões de mundo, não são elas próprias visões de mundo, o que parece capturar melhor a forma como essa noção e correlatas têm

sido mais prototipicamente usadas. Alternativamente, poderíamos talvez dizer que teorias científicas são visões ou concepções de mundo em um sentido lato. Costuma-se associar às visões ou concepções de mundo os elementos mais gerais das teias de crenças, que servem como suposições-guia, não incluindo todas as crenças da teia. Isso ainda que, como Quine (1960) sublinha, mesmo essa camada das teias de crenças seja fluída e revisável, estando entremeada por conexões com a percepção sensorial.

Visões ou concepções de mundo, ou cosmopercepções, podem, então, ser compreendidas como modos de se interpretar, experienciar, agir e viver, de uma comunidade, grupo de agentes e/ou agente individual, relacionados a conjuntos de suposições interconectadas que se deixam classificar como ontológicas, epistêmicas, axiológicas (ou valorativas) e lógicas (ou inferenciais). Essas suposições constituintes, como elabora Kearney, entram em relações dialéticas com o meio. Diferentemente de Kearney e de Quine, proponho como uma interpretação disso em termos comportamentais, sem uma dicotomia entre pensamento, comportamento e percepção, como se pensamento e percepção não fossem compostos por comportamentos situados contextualmente. Em trabalhos prévios, desenvolvi, parcialmente em linha com alguns autores da tradição comportamental (como Skinner, 1976/1974) e afins (como Noë, 2009), uma abordagem sobre as categorias de *pensamento* (por ex., Lazzeri, 2015a; 2020; Ramos & Lazzeri, 2021), *ação* (por ex., Lazzeri, 2013; Queiroz *et al.*, 2022) e *propósito* (por ex., Lazzeri & Zilio, 2025), que estão entre aqueles relevantes para uma modelagem mais ampla dos conceitos que estiveram em pauta no presente trabalho. Dessa abordagem, deriva-se um delineamento dos contornos ontológicos das visões ou concepções de mundo, ou cosmopercepções, em que estas se situam nas próprias dinâmicas dialéticas, não lineares, de interação entre agentes e ambientes, em contraste com enfoques que as restringem ao interior do corpo das/os agentes.

Para essa modelagem, noções como os de comportamento operante, contingências de reforço e comportamento governado por regras (Skinner, 1969), quadros relacionais (Hayes *et al.*, 2001), dentre algumas outros em teoria comportamental, podem ser de particular utilidade. É também relevante a atenção para nuances semânticas de termos como ‘pensamento’ e ‘ação’, dada a variedade de sentidos e usos que assumem (Lazzeri, 2020).

Termos como ‘visão de mundo’, ‘cosmovisão’ e ‘cosmopercepção’ podem desempenhar um papel relevante em nossa compreensão da realidade e no debate de ideias. Em última instância, é nessa dimensão que jaz a possível utilidade deste estudo. O cenário contemporâneo é marcado por uma série de problemas em decorrência de relações estruturais de opressão (como aquelas que caracterizam o capitalismo, o machismo e o racismo); incluso uma grave crise ambiental de grandes proporções, que ameaça a intrincada teia da vida que nos sustenta, ou seja, as condições de vida tanto das outras espécies como da própria humanidade. Nesse contexto, refletir sobre ‘visões de mundo’ e conceitos afins pode auxiliar a repensar nossas formas de existência. Seu uso se torna tanto mais pertinente quando busca — por perspectivas variadas, mas convergentes em — contribuir para questionar essas relações estruturais e construir formas mais justas e ecologicamente responsáveis de habitar o mundo.

Agradecimentos

Agradeço, em especial, a Mirna Anaquiri, Mariana C. Broens e Maria Eunice Q. Gonzalez, pelos comentários a alguns pontos de uma versão prévia deste trabalho, apresentada no XX Encontro Nacional de Filosofia da ANPOF, em Recife-PE, 2024, no âmbito do GT Filosofia da Mente e da Informação; e a Carolina Laurenti e Carlos E. Lopes, pelos comentários a alguns pontos de outro trabalho que apresentei sobre o assunto, no 20º Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da

ANPEPP, realizado em Vitória-ES, 2024, no âmbito do GT Pesquisa Teórica em Análise do Comportamento.

Referências

- ARMSTRONG, D. (1970/1980). The nature of mind. In N. Block (Ed.), *Readings in Philosophy of Psychology*. Vol. 1 (p. 191-199). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- BOUBLIL, E. (2009). La notion de ‘Weltanschauung’: Généalogie d’un concept et d’un processus. *PhaenEx*, 4, 1-29.
- BRIE, R. J. (2001). Las concepciones del mundo. *Sapientia*, 56, 237-250.
- CHURCHLAND, P. M. (1988). *Matter and consciousness* (2nd ed.). Cambridge, MA: MIT Press.
- COLLINS, P. H. (2019/2022). *Bem mais que ideias: A interseccionalidade como teoria social crítica* (B. Barros & J. Oliveira, Trads.). Boitempo.
- DAVIDSON, D. (1980). *Essays on actions and events*. New York: Oxford University Press.
- DEWITT, R. (2018). *Worldviews: An introduction to the History and Philosophy of Science* (3rd ed.). Hoboken, NJ: Wiley.
- DILTHEY, W. (1907/2018). *A essência da Filosofia* (M. A. Casanova, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- DILTHEY, W. (1911/1992). *Os tipos de concepção de mundo e o seu desenvolvimento nos sistemas metafísicos* (A. Morão, Trad.). Ed. Lusosofia.
- ENGELS, F. (1880). *Socialisme utopique et socialisme scientifique* (P. Lafargue, Trad.). Paris: Derveaux Libraire.
- ENGLERT, A. T. (2023). The conceptual origin of worldview in Kant and Fichte. *Journal of Transcendental Philosophy*, 4, 1-24.
- FEYERABEND, P. (1975). *Against method: Outline of an Anarchistic theory of knowledge*. London: New Left Books.
- HANSON, N. R. (1958). *Patterns of discovery: An inquiry into the conceptual foundations of science*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HARAWAY, D. (1988). Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, 14, 575-599.

- HARDING, S. (2015). *Objectivity and diversity: Another logic of scientific research*. Chicago: Chicago University Press.
- HAYES, S. C., BARNES-HOLMES, D., & ROCHE, B. (2001). *Relational frame theory: A Post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Springer.
- HOYNINGEN-HUENE, P. (2014). *Kuhn, Feyerabend e incomensurabilidade* (L. H. L. Abrahão et al., Trad.). São Leopoldo: Ed. Unisinos.
- IRZIK, G., & NOLA, R. (2009). Worldviews and their relation to science. *Science & Education*, 18, 729-745.
- JASPERS, K. (1919/1967). *Psicología de las concepciones del mundo* (M. M. Casero, Trad.). Madrid: Gredos.
- KANT, I. (1781/1978). *Crítica da razão pura* (V. Rohden & U. B. Moosburger, Trans.). In *Kant, Vol. I: Col. Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.
- KANT, I. (1790/1998). *Crítica da faculdade do juízo* (A. Marques & V. Rohden, Trans.). Lisboa: INCM.
- KEARNEY, M. (1984). *World view*. Novato, CA: Chandler & Sharp Publishers.
- KRENAK, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- KUHN, T. S. (1970). *The structure of scientific revolutions* (2nd ed.). Chicago: University of Chicago Press.
- KUHN, T. S. (1970/1998). *A estrutura das revoluções científicas* (B. V. Boeira & N. Boeira, Trans.). São Paulo: Perspectiva.
- KUHN, T. S. (1977). Objectivity, value judgment and theory choice. In *The essential tension: Selected studies in scientific tradition and change*. Chicago: University of Chicago Press.
- LACEY, H. (2022). *Valores e atividade científica 3*. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia.
- LARRAIN, J. (2001). Ideology. In T. Bottomore et al. (Eds.), *A dictionary of Marxist thought* (2nd ed.). Oxford: Blackwell.
- LAUDAN, L. (1977). *Progress and its problems: Towards a theory of scientific growth*. Berkeley: University of California Press.
- LAUDAN, L. (1996). *Beyond positivism and relativism*. Boulder: Harper.

- LAUDAN, L., DONOVAN, A., LAUDAN, R., BARKER, P., BROWN, H., LEPLIN, J., THAGARD, P., & WYKSTRA, S. (1986). Scientific change: Philosophical models and historical research. *Synthese*, 69, 141-223.
- LAZZERI, F. (2013). Um estudo sobre definições de comportamento. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 9, 47-65.
- LAZZERI, F. (2015a). On the place of behavior in the analysis of psychological categories. *The Psychological Record*, 65, 567-577.
- LAZZERI, F. (2015b). *Categorias psicológicas ordinárias, comportamento e Análise do Comportamento*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LAZZERI, F. (2016). On some common objections to a behavioral approach to psychological categories. *Philosophical Psychology*, 29, 405-418.
- LAZZERI, F. (2019). O que é behaviorismo sobre a mente? *Principia*, 23, 249-277.
- LAZZERI, F. (2020). Alguns elementos conceituais para uma teoria das relações entre pensamentos e ações. *Dissertatio*, 52, 213-230.
- LAZZERI, F. (2024). Pesquisas filosóficas. In Carolina Laurenti & Carlos E. Lopes (Orgs.), *Pesquisas Teóricas em Análise do Comportamento*. São Paulo: Ed. Paradigma.
- LAZZERI, F., & ZILIO, D. (2023). Commitments with reductive and emergent relations in Behavior Analysis. *Behavior and Philosophy*, 51, 102-124.
- LAZZERI, F., & ZILIO, D. (2024). Realismo vs. instrumentalismo em Análise do Comportamento: Esboço em prol de uma axiologia realista. *Philosophos*, 29, 1-63.
- LAZZERI, F., & ZILIO, D. (2025). Teleological properties of operant behavior. No prelo.
- LEWIS, D. K. (1966). An argument for the identity theory. *Journal of Philosophy*, 61, 17-25.
- LÖWY, M. (2003). *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e positivismo na Sociologia do Conhecimento* (8ª ed.). São Paulo: Cortez.
- MAKKREEL, R. (2020). Wilhelm Dilthey. In E. N. Zalta (Ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. URL = <https://plato.stanford.edu/archives/spr2021/entries/dilthey/>.

- MARX, K., & ENGELS, F. (1846/2007). *A ideologia alemã* (E. Enderle et al., Trans.). São Paulo: Boitempo.
- MASCOLO, M. (2014). Worldview. In T. Teo (Ed.), *Encyclopedia of Critical Psychology* (p. 2086-2092). New York: Springer.
- NOË, A. (2009). *Out of our heads*. New York: Hill and Wang.
- OYEWÙMÍ, O. (1997/2021). *A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero* (w. f. do nascimento, Trad.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- QUEIROZ, G. C., LAZZERI, F., & LOPES, C. E. (2022). Merleau-Ponty, enativismo e Skinner sobre o caráter dialético do comportamento. *Ideação*, 45, 248-266.
- QUIJANO, A. (1992). Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, 13 (29), 11-20.
- QUINE, W. V. O. (1960). *Word and object*. Cambridge, MA: MIT Press.
- QUINE, W. V. O. (1961). *From a logical point of view: 9 logico-philosophical essays* (2nd ed.). New York: Harper.
- QUINE, W. V. O. (1990). *The pursuit of truth*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- QUINE, W. V. O., & ULLIAN, J. S. (1978). *The web of belief* (2nd ed.). New York: McGraw-Hill.
- RAMOS, W. C., & LAZZERI, F. (2021). A tradicional dicotomia pensamento-ação em D. Davidson: Um contraponto comportamental. *Acta Comportamental*, 29, 113-132.
- ROCHA, A. M. da (2023). Oyèrónkẹ́'Oyèwùm e as filosofias esc(r)utáveis da cosmologia e instituições socioculturais ọ́yọ́-iorubás. *Philósophos*, 28, 1-27.
- SELLARS, W. (1956). Empiricism and the philosophy of mind. In H. Feigl & M. Scriven (Eds.), *Minnesota studies in the Philosophy of Science: Volume 1* (p. 253-329). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- SKINNER, B. F. (1969). *Contingencies of reinforcement: A theoretical analysis*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- SKINNER, B. F. (1974/1976). *About behaviorism*. New York: Vintage Books.
- THOMPSON, E. (2007). *Mind in life: Biology, phenomenology, and the sciences of mind*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

VÁZQUEZ, A. S. (1967/1977). *Filosofia da práxis* (L. F. Cardoso, Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

VERHAEGH, S. (2019). The behaviorisms of Skinner and Quine: Genesis, development, and mutual influence. *Journal of the History of Philosophy*, 57, 707-730.

Abordagens da percepção ecológica e cognição distribuída para a modelagem nas ciências

Gabriel Moreira Francisco¹

DOI: <https://doi.org/10.58942/eqs.209.05>

1 Introdução

O processo perceptivo compreendido pela psicologia ecológica assume um organismo engajado em uma atividade exploratória de identificar invariâncias e possibilidades de interação com estruturas e objetos no ambiente imediato. O organismo, em sua atividade exploratória, tem parte da sua competência cognitiva determinada pelas oportunidades de agir de diferentes maneiras em seu meio. Desse modo, conforme o ambiente é diversificado nos modos de engajamento possíveis, mais proveito o organismo poderá fazer de recursos cognitivos.

A visão representacional de modelos toma como base a noção de representação para discutir como modelos científicos permitem elaborar inferências sobre seu sistema-alvo ou fenômeno. Por um lado, essa é uma dispersão da noção representacional para além do escopo habitual da filosofia da mente e das ciências cognitivas, que se reflete em discussões desenvolvidas no domínio disciplinar da filosofia da ciência. A vertente prática desta visão enfatiza o trabalho do agente na elaboração de modelos para a explicação de fenômenos. Nesses termos,

¹ Mestre em Filosofia (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Apoio CNPq.
E-mail: mofranciscog@gmail.com

modelos são compreendidos como produtos da atividade representativa (*representing*) desenvolvida por comunidades comprometidas com a sua construção.

O interesse da vertente prática da visão representacional de modelos remonta à modelagem enquanto atividade promovida por cientistas no interior de uma comunidade científica. Michela Massimi (2022) ressalta que a prática científica é uma atividade situada histórica e culturalmente, de maneira que deve ser sempre considerada dentro de certos limites histórico-culturais. Nesse sentido, diferentes representações perspectivas se relacionam e influenciam a prática das comunidades científicas, uma vez que essas comunidades, e os modelos produzidos por elas, não se encontram isolados uns dos outros.

As premissas e noções da psicologia ecológica parecem frutíferas para compreender os ganhos que podem ser obtidos a partir do uso de ferramentas epistêmicas na atividade cognitiva. Da mesma forma, autores como Ronald Giere (2006) e Tarja Knuuttila (2011) sugerem que a cognição distribuída também permite discutir a relação entre organismo e modelos representacionais, e desenvolver articulações proveitosas entre esses dois níveis distintos do debate sobre o conhecimento.

2 Psicologia ecológica e o ciclo percepção-ação

A seguir é feita uma breve caracterização da psicologia ecológica, conforme concebida por James Gibson (1986), tendo em vista as práticas de modelagem representacional e a relação com o organismo, abordadas nas seções seguintes. Serão introduzidas algumas premissas da psicologia ecológica, entre elas a percepção direta e percepção orientada à ação como centrais na percepção ecológica.

A psicologia ecológica é uma abordagem para o estudo da percepção que busca compreender a interação entre organismo e ambiente sem postular um intermédio representacional. Sua proposta tem por oposição o behaviorismo e o cognitivismo clássico, e pode ser encarada

como uma terceira via a estas posições (Carvalho, 2022). Dessa forma, a psicologia ecológica busca superar limites conceituais da investigação da percepção em termos de disposições comportamentais e computações sobre representações.

A teoria da percepção direta tem por enfoque a dinâmica interativa e transformacional gerada entre organismo e ambiente (Gonzalez; Morais, 2007). Uma vez que não é postulada uma entidade intermediária entre o organismo e o meio, é assumido que o conhecimento que este tem do mundo se dá de forma direta. Em vez conhecer o mundo a partir de representações internas, o organismo é orientado pelo ambiente imediato. Essa orientação, portanto, pressupõe um contato íntimo com o meio externo, e demanda uma atividade exploratória constante do mundo. Assim, a atividade cognitiva deixa de ser vista tendo por referência representações mentais, que substituem ocorrências externas, e passa a ser compreendida enquanto sendo orientada pelo meio em que o organismo se insere.

Essa demanda exploratória é assumida na psicologia ecológica em termos de percepção orientada à ação. A exploração do ambiente não é desinteressada ou sem propósito, em vez disso, a atividade exploratória no mundo tem em vista a detecção de invariâncias (Gonzalez; Morais, 2007). Essas invariâncias apenas podem ser identificadas através da própria ação do organismo conforme ele se movimenta e interage com o ambiente. Dessa forma, a psicologia ecológica compreende um organismo ativo e engajado com o mundo, que busca identificar invariâncias a partir da exploração sensório-motora do meio externo.

Em contrapartida, estímulos de um ponto de vista fixo não são ricos o bastante para a identificação dos padrões invariantes buscados na atividade perceptiva. A partir da concepção ecológica de percepção, a apreensão fixa da natureza proporciona apenas uma perspectiva que

não é capaz de permitir um conhecimento apropriado do mundo.² Dessa maneira, imagens estáticas do ambiente não atendem às condições do processo perceptivo e, portanto, são insuficientes para a detecção de invariâncias.

A noção de *affordance* postula que o organismo identifica no mundo oportunidades de ação sempre tendo em vista a interação e uso de estruturas e objetos. Essa identificação é permitida pela própria constituição do mundo, o qual oferta para o organismo possibilidades de engajamento a partir de informações inerentes aos artefatos.³ No mesmo sentido, o corpo que um organismo possui é determinante da maneira com a qual ele consegue explorar o ambiente, e delimita seus modos de engajamento com o meio de uma forma ou de outra.

Isso pode ser ilustrado ao considerarmos um sujeito adulto que percebe uma escada. A escada não é percebida como uma estrutura sem uso, ela é vista como subível e viabilizadora do acesso ao andar superior de um imóvel. Da mesma forma, objetos como livros ou lâmpadas podem ser percebidos como legível ou substituível, respectivamente. Em contraste, uma pessoa nos seus primeiros anos de vida não identificaria essas mesmas oportunidades, uma vez que as faltas de destreza, habilidade de leitura e estatura não permitiriam um bebê ter esses tipos de interação com o ambiente. Assim, a noção de *affordance* ressalta as oportunidades de ação no mundo proporcionadas ao sujeito de acordo com estruturas, objetos e sua constituição corporal.

² Isso daria abertura para o surgimento de ilusões perceptivas, que tradicionalmente se tornaram objeto de estudo da psicologia da percepção, às quais na psicologia ecológica são compreendidas como consequentes da impossibilidade de exploração do ambiente imediato (ver Gibson, 1986).

³ A noção de *affordance* gera relativa controvérsia (Heft, 1989, Oliveira, 2016) ao pressupor o conceito de informação ecológica. Este é um conceito que traz dificuldades na literatura conforme é caracterizado pela percepção de padrões invariantes (Gonzalez; Morais, 2007).

3 Representação enquanto substituição em termos de uma prática

Nesta seção é caracterizada a noção representacional a fim de discutir o sentido que ela tem assumido na literatura. A proposta é elaborar uma exposição sobre as representações a fim de mostrar como elas dão base para a visão representacional de modelos. É explorada a intersecção das representações entre filosofia da mente e das ciências cognitivas, e filosofia da ciência. Podemos caracterizar a noção representacional como versátil por se dispersar entre diferentes áreas da filosofia e permitir uma discussão sobre o conhecimento em diferentes níveis.

A discussão sobre representações se desdobra em debates que alcançam níveis diferentes de investigação. A partir da caracterização na seção anterior, podemos notar que a psicologia ecológica dispensa a noção representacional em uma discussão sobre o conhecimento no nível cognitivo, isto é, seu interesse primeiro é na interação entre organismo e ambiente sem a necessidade de postular representações internas. Assim, ela toma a percepção direta e percepção orientada à ação como pontos de partida para a investigação dos processos de conhecimento do organismo.

Por outro lado, a versatilidade da noção de representação proporciona discussões para além do escopo habitual dos estudos da cognição. De acordo com Tarja Knuuttila (2011), apesar de existirem diversas concepções sobre representações, o uso moderno do termo denota representar enquanto substituir (*standing for*) — esse sentido é o uso comum e prevalente nas discussões gerais.⁴ Representar no sentido de substituir busca suprir a ausência de algo pela presença de outra coisa

⁴ Em contrapartida, Knuuttila (2011) menciona o contraste feito por Prendergast (2000) entre representar enquanto re-presentação (*re-presentation*). Re-presentar denota compreender que o papel de uma representação é o de produzir a ilusão de uma presença, como uma réplica precisa de uma coisa real (Knuuttila, 2011).

(Knuuttila, 2011). A relação representacional deve envolver o que está em um artefato, assim como fatores que não são nem do artefato e nem daquilo que é representado (Van Fraassen, 2008). Isto é, representação enquanto substituição é a recorrência a um ente presente que se coloca no lugar de outro que se encontra afastado, de forma que essa recorrência abrange propriedades características tanto da sua instância quanto da coisa representada.

Uma maneira de compreender a substituição de uma ausência é pela similaridade entre os dois lados da relação representacional (Elgin, 2010, Goodman, 1972, Weisberg, 2012). Essa via de compreensão do vínculo representacional enuncia que uma instância representa o ausente na medida em que se assemelha a ele. Assim, conforme o ente presente exibe propriedades similares à coisa representada, ele ocupa seu lugar.⁵ Compreender a substituição enquanto similaridade enfatiza as características estruturais da instância representacional. Nesse sentido, as propriedades aparentes do ente presente estão postas em evidência, e se destacam em relação a outras propriedades em um grau mais alto de abstração.⁶ Exemplos de representações que exibem similaridade são fotografias, pinturas e mapas, que a partir de propriedades estruturais (e.g., profundidade, pigmentação, projeção cartográfica), se assemelham ao ausente e suprem sua falta.

Além da similaridade, outro aspecto das representações é o de trazer conhecimento (Knuuttila, 2011). Isso encarrega ao ato de representar uma tarefa elucidativa de oferecer explicações sobre o mundo.

⁵ Knuuttila (2011) destaca que representação nos sentidos de re-presentar e de substituir se diferenciam conforme a substituição não envolve uma confusão com a coisa em si mesma. A autora ainda ressalta que apesar de podermos falar de representação como similaridade, isso não pressupõe uma relação de indistinção na medida em que é possível discriminar quem representa de quem está sendo representado.

⁶ Caracterizar uma representação como abstrata significa dizer que ela “[...] precisa de níveis múltiplos de símbolos de mediação para estar em contato com os fatos” (Elgin, 2010, p. 14, tradução nossa). Isto é, ela requer fatores mediacionais para além da instância estrutural do ente presente.

Além de envolver fatores dos dois lados da relação, uma representação carrega conhecimento sobre o ausente, de modo que certas representações permitem que algo seja conhecido sem requisitar sua presença em tempo real. Assim, a substituição do ausente permite o conhecimento de propriedades da coisa representada ao exibir algumas de suas características.

Esse aspecto não necessariamente nos compromete com a afirmação de que o papel de qualquer substituição é estritamente epistêmico. Em um sentido forte, a tarefa de uma representação seria necessariamente elucidativa, isto é, toda representação teria a função de trazer conhecimento.⁷ Ela é forte uma vez que desconsidera a existência de outras funções que representações podem desempenhar. Nesse sentido, a atividade representativa teria sempre um papel epistêmico em que todo conteúdo carregado é um conteúdo que traz conhecimento.

Podemos contestar essa afirmação forte sobre a tarefa elucidativa das representações, e considerar que representações nem sempre têm esse papel estritamente epistêmico, e podem assumir outras funções, como uma função estética. A função estética, em oposição à tarefa elucidativa das representações, é discutida por Nelson Goodman (1972) nos termos de uma atitude estética (*aesthetic attitude*). A atitude estética se caracteriza por uma atividade incansável de buscas, testes, criação e recriação, e envolve um trabalho constante de interpretação e reorganização do mundo nos termos do próprio mundo (Goodman, 1972). Nesse sentido, a atividade artística envolve elementos que também são típicos da atividade científica.

A atitude estética é contrastada por Goodman (1972) com uma tradição que defende uma passividade da atividade artística, que a encara enquanto contemplação do que se encontra dado de imediato, como apreensão instantânea livre de qualquer conceitualização e

⁷ Por outro lado, a versão fraca desta afirmação é a de que a função de trazer conhecimento é um aspecto de algumas representações.

direcionamento. Em vez disso, o autor sugere que a atitude estética é inquisitiva e compartilha seu caráter investigativo com a atitude científica. Nenhuma distinção significativa entre a função de trazer conhecimento e a função estética é encontrada em termos de satisfação ou insatisfação. “[...] A distinção entre o científico e o estético é de alguma maneira enraizada na diferença entre o conhecer e o sentir, entre o cognitivo e o emotivo” (Goodman, 1972, p. 105, tradução nossa). Na medida em que essa distinção estaria baseada em uma dicotomia entre conhecimento e sentimento, buscar distinguir entre esses dois papéis representacionais é insistir em uma distinção improdutiva para essa discussão. Uma distinção bem delimitada entre o científico e o artístico é uma alternativa pouco frutífera, de modo que, em vez disso, o papel epistêmico e a função estética, em termos pragmáticos, podem ser tratados como correspondentes.

Em adição, Catherine Elgin (2010) ressalta que a proximidade entre ciências e artes não deve ser encarada como algum tipo de ameaça ao papel epistêmico das representações. A autora afirma que a objetividade das representações deve ser levada em conta neste debate:

Uma representação é objetiva na medida em que permite interpretações que são avaliadas por referência a razões intersubjetivamente disponíveis e avaliáveis, onde uma razão é uma consideração que favorece uma alegação que os outros membros da comunidade não podem rejeitar de forma intelectualmente responsável. [...] Dizer que uma representação é objetiva é dizer que ela admite interpretações objetivas (Elgin, 2010, p. 14, tradução nossa).

Uma representação é objetiva conforme interpretações objetivas podem ser feitas sobre ela. A objetividade leva em conta a comunidade relevante para a interpretação da representação em questão. No caso de representações epistêmicas, as práticas mantidas pelas comunidades científicas estão comprometidas com a avaliação das razões que

tornam o ausente epistemicamente acessível.⁸ Elgin destaca que não há uma divisão precisa entre o que é objetivo ou subjetivo, e que a melhor maneira de compreender essa relação é nos termos de uma continuidade. Desse modo, “em vez de perguntar se uma interpretação ou representação é objetiva, é preferível perguntar quão objetiva (ou subjetiva) ela é” (Elgin, 2010, p. 15, tradução nossa). Podemos considerar que a correspondência entre o papel epistêmico e a função estética é mais bem compreendida como atitude inquisitiva, e em relação contínua entre objetivo e subjetivo.

Essa é uma alternativa para evitar dicotomias infrutíferas e compreender as representações enquanto produtos da prática desempenhada por comunidades comprometidas com sua construção e interpretação. Dessa maneira, a atitude inquisitiva e a continuidade entre objetividade e subjetividade dão uma resposta pragmática à contestação da afirmação forte sobre a tarefa elucidativa das representações. Assim, podemos concordar com Goodman (1972) e Elgin (2010) e admitir o debate sobre representações em termos de uma prática.

4 Modelos, modelagem e modelagem perspectiva

Esta seção associa a noção representacional com a visão representacional de modelos. É discutido como essa visão se diversifica até alcançar a noção de modelagem perspectiva, desenvolvida por Michela Massimi (2022). A visão representacional de modelos é abordada em sua vertente investigativa prática, a qual evita as restrições da tradição substancialista sobre a consideração de dois lugares, e defende a

⁸ Alguns compromissos que o indivíduo envolvido na prática científica teria com a objetividade são “[...] revisar e refinar com base em descobertas futuras; estar fundamentado em evidências; estar sujeito a confirmação por testes adicionais; ser corroborado ou passível de ser corroborado por outros cientistas; ser consistente com outros achados; e ser produzido por métodos previamente validados” (Elgin, 2010, p. 14, tradução nossa).

concepção de modelos enquanto produtos da atividade de comunidades científicas.

Parte do desdobramento do debate sobre representações na filosofia da ciência se reflete na visão representacional de modelos. Ela busca compreender modelos como representações de um sistema-alvo ou fenômeno, e pressupõe que o valor epistêmico da pesquisa científica se fundamenta na relação representacional entre o modelo e seu sistema-alvo (Oliveira, 2016). Para além dos atributos característicos de representações epistêmicas, uma das vantagens de modelos baseados em representações é a de permitir a elaboração de inferências. Assim, enquanto representações epistêmicas trazem conhecimento sobre o ausente, modelos científicos permitem desenvolver raciocínios e chegar a conclusões sobre um sistema-alvo específico.

Mauricio Suárez (2010) descreve que uma investigação prática sobre modelos evita questões a respeito da natureza das representações e está mais interessada na diversidade de técnicas de modelagem empregadas pelos cientistas.⁹ Essa investigação se interessa por questões como os meios empregados pelos cientistas para obter os resultados da atividade científica (Suárez, 2010). Suárez se posiciona a favor de uma posição deflacionária¹⁰ e não redutiva nesta linha investigativa. Sua concepção inferencial (*inferential conception*) compreende que “o alvo representacional não é determinado apenas como resultado de uma convenção ou estipulação, mas deve ser estabelecido pelas normas que regem a prática (desta representação particular)” (Suárez, 2010, p. 98, tradução nossa). Dessa maneira, a concepção prática de modelos representacionais se dá em termos de modelagem conforme enfatiza o

⁹ Distinta de uma investigação prática sobre modelos, há também uma investigação analítica, que foca na análise do vínculo representacional entre modelos e modelagem (Suárez, 2010).

¹⁰ Oposta à posição deflacionária, a consideração substantiva defenderia “representações como propriedades robustas ou relação de recursos e alvos” (Suárez, 2010, p. 94, tradução nossa).

trabalho científico na elaboração de modelos que possibilitem inferir respostas específicas sobre o mundo.

Alinhado à vertente prática, Ronald Giere (1999, 2004) toma como ponto de partida a atividade representativa a partir do lugar do agente. Giere assume que cientistas são sujeitos com metas e propósitos em seu envolvimento com a comunidade e com o sistema-alvo.¹¹ Assim, podemos entender que o cientista age com certo propósito, e de forma intelectualmente responsável e comprometida com as práticas da sua comunidade científica. Logo, os modelos científicos resultantes da atividade representativa permitem fazer inferências sobre o sistema-alvo ou fenômeno ao qual se referem.

As posições de Suárez (2010) e de Giere (1999, 2004) buscam superar uma relação de dois lugares ao levar em conta fatores além do escopo da relação representacional de substituição do ausente. Nessa investigação prática, há uma denúncia da má adequação de uma tradição de estudos com um viés reducionista sobre a concepção de modelos. Giere critica a tradição interpretativa de modelos, derivada da lógica matemática, e aponta as próprias dificuldades que essa tradição enfrenta ao tentar dar considerações completas sobre representações. Levando representações cartográficas em consideração, o autor afirma “[...] que o único mapa perfeito de um território seria o território ele mesmo” (Giere, 1999, p. 45, tradução nossa). Em vez de encará-los como completos, devemos considerar que mapas, e outras representações, são sempre parciais e incompletos.¹² Assim, a modelagem enquanto atividade representativa de produção de modelos é uma forma de compreender a prática científica, ao mesmo tempo que aparta uma

¹¹ Em sua consideração sobre agentes, Giere (2004, p. 743, tradução nossa) sugere a fórmula: “S usa X para representar W com o propósito P” — no original: *S uses X to represent W for purposes P*.

¹² Vale acrescentar que, além da parcialidade, representações estão sujeitas a enganos e podem falhar na substituição do ausente e na função de trazer conhecimento. Da mesma forma, modelos podem retratar erroneamente um sistema-alvo e acabar levando a inferências equivocadas.

tradição que frequentemente desconsidera o vínculo inerente do cientista com a sua comunidade.

A parcialidade das representações é discorrida por Giere (2006) nos termos de um perspectivismo científico, colocado por ele como uma alternativa ao realismo objetivo e ao construtivismo social. O autor afirma que:

O perspectivismo abre espaço para influências construtivistas em qualquer investigação científica. [...]. Mas o realismo objetivista completo ('objetivismo absoluto') permanece fora de alcance, mesmo como um ideal. O fato inescapável, mesmo que banal, é que os instrumentos e as teorias científicas são criações humanas. [...]. Claro, ninguém nega que fazer ciência é uma atividade humana. O que precisa ser mostrado em detalhes é como a prática real da ciência limita as afirmações que os cientistas podem legitimamente fazer sobre o universo (Giere, 2006, p. 15, tradução nossa).

Seguindo o perspectivismo científico, Michela Massimi (2022) leva adiante a sugestão de um realismo perspectivo, colocado por Giere (2006).¹³ A autora defende uma visão histórica e culturalmente situada da prática científica. Nesse sentido, a ciência é vista como uma prática desenvolvida por uma comunidade científica em um dado momento histórico e cultural (Massimi, 2022). Estar situado significa que o cientista deve ser sempre considerado inserido em um contexto delimitado histórico e culturalmente. Essas delimitações são determinantes da modelagem perspectiva, de modo a serem tanto restritivas quanto vantajosas para essa prática, pois, ao mesmo tempo que ela é delimitada pelo contexto, tem a vantagem de ter uma perspectiva privilegiada da realidade.

¹³ No capítulo quatro de *Scientific Perspectivism*, Giere aponta que uma consideração perspectivista sobre o realismo científico é uma boa direção para compreender "[...] como os cientistas de fato justificam suas reivindicações quanto ao ajuste relativo de modelos específicos a aspectos do mundo" (Giere, 2006, p. 88, tradução nossa). Segundo o autor, o realismo perspectivo procuraria descrever como os métodos científicos funcionam e por que eles são considerados eficazes.

Reconhecer a atividade das comunidades científicas como modelagem perspectiva nos leva a adotar um pluralismo conforme consideramos o entrelaçamento de perspectivas situadas histórica e culturalmente. Não devemos considerar que a modelagem perspectiva se esgota em si mesma no sentido de ser suficiente. No realismo perspectivo, a ciência é vista como uma prática desenvolvida por cientistas no interior de uma comunidade científica situada histórica e culturalmente, e assume que as contribuições epistêmicas são parciais para a abertura e acomodação do pluralismo decorrente de uma variedade de perspectivas.

5 Duas direções para a relação entre o organismo e modelos representacionais

A seguir, discuto a relação entre organismo e modelos representacionais. É investigado como tais ferramentas, enquanto recursos de acesso epistêmico, podem trazer ganhos ao sujeito em sua atividade cognitiva. Será afirmado que essa investigação pode ser dirigida, por um lado, através de articulações com a percepção ecológica e, por outro, com a cognição distribuída.

Os modelos elaborados no interior de uma comunidade científica proporcionam acesso epistêmico ao ausente. Para além da concepção de Giere (2004) — sobre o propósito do agente na modelagem representacional — o sujeito faz uso de modelos e obtém ganhos ao se beneficiar cognitivamente dessas ferramentas representacionais. Nas práticas de modelagem, cientistas constroem recursos cognitivos que permitem novas interações e modificam sua relação com o mundo. O organismo, enquanto sujeito em constante interação com estruturas e objetos, faz uso e interpreta os modelos produzidos pelas comunidades científicas.

A partir da psicologia ecológica (Gibson, 1986), assume-se o organismo em uma atividade exploratória constante, em um engajamento com o mundo que condiciona sua competência cognitiva à atividade sensório-motora. A percepção é uma das capacidades que o organismo dispõe para a identificação de invariâncias, possibilidades de interação e oportunidades de ação. As demandas do organismo não são atendidas por imagens estáticas, e a movimentação pelo ambiente é condição de possibilidade para explorar a riqueza de informações disponíveis no meio externo.

A respeito da percepção ecológica, Harry Heft (2022) destaca que a visão tradicional sobre o processo perceptivo é a de que ele se dá a partir de uma hierarquia de processamento descendente a uma imagem retiniana. Essa visão é decorrente de uma tradição substancialista interessada em compreender condições suficientes para a percepção de um ponto de vista fixo do mundo. Heft ressalta que ela é oriunda de uma concepção estática nas artes visuais, fruto de mudanças tecnológicas dos séculos XIX e XX, e postula que o estímulo é pobre e tal pobreza é complementada por processos cognitivos desacoplados do mundo. Nesse sentido, os processos descendentes enriqueceriam esse estímulo pobre com base nos conhecimentos prévios do sistema cognitivo individual.

Heft (2022) reconhece que Gibson rejeita e se desvincula desse modo de compreender a percepção visual. Retomando a história das artes visuais, o autor recupera a noção de perspectiva natural, que descreve “o caminho dos raios de luz entre o olho do indivíduo e o objeto percebido [...]” (Heft, 2022, p. 64, tradução nossa). Por outro lado, as perspectivas artificiais são técnicas que foram amplamente exploradas no século XIV com “[...] fins artísticos para exibir ou representar a profundidade em uma superfície plana” (Heft, 2022, p. 64, tradução nossa). Em comparação, “[...] a perspectiva natural é um resultado da aplicação de uma invenção humana, ou seja, da geometria ao *layout* percebido do ambiente, a perspectiva artificial é uma invenção inteiramente humana

do começo ao fim” (Heft, 2022, p. 64, tradução nossa). Podemos compreender que a noção de perspectiva natural recorre a conceitos de geometria para entender os caminhos percorridos pela luz no ambiente, de modo que essa não é uma concepção livre de qualquer artificialidade. Dessa maneira, assumir conceitos geométricos sobre a dinâmica da luz no meio é uma forma de apreensão do fenômeno da percepção em perspectiva, que emprega certos recursos conceituais para elaborar inferências.

Em consideração geral à vertente prática de modelos representacionais, podemos compreender que pontos de vista distintos sobre um sistema-alvo permitem fazer certas inferências sobre ele. Os conceitos geométricos sobre a dinâmica da luz no meio ilustram bem esse aspecto na medida em que pressupõem um certo agente posicionado de forma específica no mundo, que tem como alvo a relação entre um indivíduo que percebe e o ambiente que é percebido. Compreender a arte em perspectiva, portanto, se distingue de pressupor pontos de vista fixos pois o agente não está imóvel no mundo. Por um lado, podemos ver isso como uma maneira de rejeitar a suficiência de imagens estáticas, e reconhecer seu papel parcial tanto no nível explicativo dos modelos científicos quanto no nível cognitivo, relativo ao sujeito que faz uso e se beneficia desses modelos em seu cotidiano.

Em relação à percepção ecológica, ferramentas encontradas no ambiente apresentam usos distintos de acordo com as possibilidades de interação identificadas pelo organismo como padrões invariantes. Representações epistêmicas e modelos científicos são recursos sujeitos à exploração do organismo de acordo com as possibilidades de fazer uso de tais recursos e de suas capacidades corporais de agir de determinadas maneiras. A identificação de tais recursos para uso gera reflexos em sua competência cognitiva ao permitir oportunidades de ação que acentuam ganhos epistêmicos na interação com o mundo. Assim, o benefício proporcionado por modelos representacionais se espelha

no aumento da riqueza de estímulos do meio externo em que o organismo está inserido.

Uma visão ecológica da cognição-ação-percepção humana ressaltaria que “a utilidade da ciência baseada em modelos é explicada em termos das possibilidades de ação oferecidas pelos modelos e pelas metas. Essas possibilidades são necessariamente possibilidades de ação para alguém; [...]” (Oliveira, 2016, p. 1377, tradução nossa). Os produtos epistêmicos da modelagem científica não devem ser encarados como algo negativo no contexto da psicologia ecológica. Nesse sentido, premissas e noções da percepção ecológica permanecem relevantes para o trabalho empírico e teórico (Oliveira, 2016). Dessa maneira, podemos compreender que a psicologia ecológica traz contribuições para a investigação da relação entre organismo e modelos representacionais.¹⁴ Essa relação explicita os ganhos que o organismo pode obter em sua exploração ativa dos recursos disponíveis do ambiente imediato.

De maneira similar, Giere (2006) está interessado em discutir o acesso epistêmico proporcionado pelos modelos, e como eles estão distribuídos entre grupos de indivíduos engajados em atividades cognitivas. O autor investiga isso em recorrência à cognição distribuída a fim de compreender de que maneira representações epistêmicas participam da resolução de problemas. A cognição distribuída propõe uma visão ampla de sistema cognitivo que, em vez de um nível de análise individual, inclui também outros indivíduos e instrumentos como parte do sistema cognitivo. Na cognição distribuída, o sistema cognitivo é compreendido em termos de estruturas e processos distribuídos através de grupos de indivíduos, do espaço e do tempo (Zhang; Patel, 2006).

¹⁴ A noção de *affordance* social considera também a dimensão coletiva da atividade perceptiva do organismo. Heft (2007) sugere que podemos compreender essa dimensão a partir da noção de construção de nicho (*niche construction*) para compreender as alterações conjuntas e as ações coordenadas de indivíduos no ambiente.

Giere (2006) menciona o exemplo clássico de Hutchins (1995), que considera um grupo de indivíduos que coletivamente tem a tarefa cognitiva de conduzir um navio. Nesse exemplo, o navegador está encarregado da condução do navio, enquanto o piloto faz intervenções em sua condução quando julga necessário. As decisões não são tomadas individualmente, em vez disso, a condução da embarcação é distribuída socialmente e materialmente entre os artefatos presentes, de maneira que esse todo constitui o sistema conforme a carga cognitiva se distribui através de suas diferentes partes. Assim, os membros da tripulação, as ferramentas de comunicação e demais instrumentos náuticos participam do processamento da informação para a resolução do problema de conduzir o navio.

Em relação à importância da cognição distribuída para compreender a produção de conhecimento, Giere (2006, p. 116, tradução nossa) considera que “a maioria dos conhecimentos científicos sendo produzidos agora são produtos de sistemas cognitivos distribuídos. Tais sistemas incorporam vários tipos de artefatos produzidos por humanos, tanto materiais quanto abstratos”. O autor continua suas considerações a respeito da relação entre cognição distribuída e perspectivismo, e afirma que “partindo de uma compreensão do conhecimento científico como produzido por processos cognitivos distribuídos, sistemas, portanto, chega-se rapidamente à conclusão de que o conhecimento científico é perspectivo” (Giere, 2006, p. 116, tradução nossa).

Em concordância com as contribuições da cognição distribuída para a modelagem representacional, Knuuttila (2011, p. 267, tradução nossa) declara que “[...] modelos podem ser vistos como ferramentas epistêmicas, artefatos concretos, [...] e são limitados por seu design de tal forma que permitem o estudo de certas questões científicas e o aprendizado por meio de sua construção e manipulação”. Na medida em que os produtos da atividade científica estejam disponíveis a um grupo de indivíduos, essas ferramentas se tornam componentes do sistema cognitivo, de modo que ganhos podem ser observados na

conclusão de tarefas cognitivas. Nesse sentido, a cognição distribuída pode trazer contribuições consistentes para a vertente prática da visão representacional de modelos, e é uma maneira pela qual se pode compreender a relação entre organismo e modelos representacionais.

6 Considerações finais

A visão representacional de modelos, a partir da tendência investigativa prática, reconhece um vínculo inerente do cientista com a comunidade científica e com as práticas de modelagem. O realismo perspectivo, aliado a essa linha investigativa, compreende que a modelagem perspectiva deve endossar uma posição pluralista que acomode uma variedade de perspectivas parciais, situadas histórica e culturalmente.

Não podemos fazer uma distinção bem delimitada entre modelos científicos e não científicos. Em termos pragmáticos, se há algo que diferencie os modelos científicos isso seria a objetividade com a qual eles permitem interpretar o sistema-alvo. Essa objetividade deve ser compreendida em continuidade com a subjetividade característica das respostas que podem ser inferidas a partir deles, que é em parte determinada pela sua construção por comunidades científicas comprometidas com interpretações baseadas em critérios intersubjetivamente reconhecidos.

A percepção ecológica e a cognição distribuída são duas maneiras proveitosas de desenvolver articulações sobre a relação entre organismo e modelos representacionais. Elas permitem investigar os ganhos epistêmicos obtidos pelo sujeito que se beneficia cognitivamente, por um lado, da expansão das oportunidades de ação para o engajamento com o ambiente imediato e, por outro, do recrutamento de artefatos para a conclusão de tarefas cognitivas.¹⁵

¹⁵ Agradeço aos professores Dr. Eros Carvalho e Dr. Rogério Severo do PPGFil da UFRGS pelos comentários e sugestões nas versões iniciais do texto.

Referências

- CARVALHO, Eros. Psicologia Ecológica: da percepção à cognição social. In: SOUZA, Marcos; LIMA FILHO, Maxwell. (orgs.). *Escritos de Filosofia V: linguagem e cognição*. Fi, p. 367-393, 2022.
- ELGIN, Catherine. Telling instances. In: *Beyond mimesis and convention: representation in art and science*. Springer Netherlands, p. 1-17, 2010.
- GIBSON, James. *The ecological approach to visual perception*. Psychology Press, 1986.
- GIERE, Ronald. Using models to represent reality. In: MAGNANI, Lorenzo; NERSESSIAN, Nancy; THAGARD, Paul. *Model-based reasoning in scientific discovery*, p. 41-57, 1999.
- GIERE, Ronald. How models are used to represent reality. *Philosophy of Science*, vol. 71, n. 5, p. 742-752, 2004.
- GIERE, Ronald. *Scientific perspectivism*. The University of Chicago Press, 2006.
- GOODMAN, Nelson. *Problems and projects*, Bobbs-Merrill Co. Inc., 1972.
- GONZALEZ, Maria Eunice.; MORAIS, Sônia. Contribuições do pragmatismo para a compreensão do conceito de informação ecológica. *Cognitio: Revista de Filosofia*, vol. 8, n. 1, p. 93-104, 2007.
- HEFT, Harry. Affordances and the body: an intentional analysis of Gibson's ecological approach to visual perception. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 1989.
- HEFT, Harry. The social constitution of perceiver-environment reciprocity. *Ecological Psychology*, vol. 19, n. 2, p. 85-105, 2007.
- HEFT, Harry. Visual art history and the psychology of perception: perspectivism and its 20th century abandonment in the visual arts and in Gibson's ecological psychology. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, vol. 58, n. 1, p. 59-84, 2022.
- HUTCHINS, Edwin. *Cognition in the wild*. MIT Press, 1995.
- KNUUTTILA, Tarja. Modelling and representing: an artefactual approach to model-based representation. *Studies in History and Philosophy of Science Part A*, vol. 42, n. 2, p. 262-271, 2011.
- MASSIMI, Michela. *Perspectival realism*. Oxford University Press, 2022.

- OLIVEIRA, Guilherme. Gibson's reasons for realism and Gibsonian reasons for anti-realism: an ecological approach to model-based reasoning in science. *Proceedings of the Annual Meeting of the Cognitive Science Society*, vol. 38, p. 1373-1378, 2016.
- PRENDERGAST, Christopher. *The triangle of representation*. Columbia University Press, 2000.
- SUÁREZ, Mauricio. Scientific representation. *Philosophy Compass*, vol. 5, n. 1, p. 91-101, 2010.
- VAN FRAASSEN, Bas. *Scientific representation: paradoxes of perspective*, Oxford University Press, 2008.
- WEISBERG, Michael. Getting serious about similarity. *Philosophy of Science*, vol. 79, n. 5, p. 785-794, 2012.
- ZHANG, Jiajie; PATEL, Vimla. Distributed cognition, representation, and affordance. *Pragmatics & Cognition*, vol. 14, n. 2, p. 333-341, 2006.

Semiótica, teoria da consciência e leitura da ficção (na abertura de *Quincas Borba*, de Machado de Assis)

Pedro Dolabela Chagas¹

DOI: <https://doi.org/10.58942/eqs.209.06>

1 Introdução

Este artigo discute uma teoria mentalista da leitura da ficção, mediante uma articulação da semiótica a uma teoria neurocientífica da consciência humana. A proposta se inscreve na subdisciplina da narratologia cognitiva, orientada pela compreensão do texto como um conjunto ordenado de estímulos à atividade mental do leitor: o texto é analisado como instância de comunicação entre um autor ausente e o leitor empírico, explicando-se a sua composição pela identificação de estratégias de produção de efeitos mentais de vários tipos. Aqui, a análise semiótica da articulação entre símbolos linguísticos e produção de significação é integrada, como instrumento de análise textual, à teoria da leitura: a semiótica permite identificar estratégias textuais de produção, na mente do leitor, de efeitos cuja explicação, de cunho cognitivo, busca fundamentação na psicologia e/ou na neurociência — na minha

¹ Doutor em Estética e Filosofia da Arte (UFMG), Professor Adjunto de Teoria Literária (UFPR). Tem pesquisa sobre teoria do romance, teoria da ficção e narratologia cognitiva. É autor de *“1970”: Arte e pensamento* (EdUFMG) e *Todos eles romances — a variação do gênero no Brasil, 1960-1980* (EdUnicamp). E-mail: dolabelachagas@gmail.com

proposta, esse suporte vem da teoria da consciência do neurocientista Michael Graziano.

A integração da semiótica e da teoria da mente num modelo analítico comum é, pois, o objetivo. O modelo será exemplificado com um texto curto, de semiose complexa: farei uma análise da apresentação inicial de Rubião em *Quincas Borba*, de Machado de Assis, fundamentada numa ontologia do personagem de ficção como um ente imaginário, instanciado na mente do leitor pela articulação de um conjunto estruturado de símbolos linguísticos. A semiose do texto é diferente em cada leitura, mas tende a motivar a imaginação do personagem como um ente relativamente coerente, a partir da construção mental específica que o leitor — com seu modo pessoal de valoração da informação textual — fará das propriedades atribuídas a ele pelo texto. Essa coerência favorece a habituação ao personagem, permitindo que o leitor desenvolva expectativas e faça previsões a seu respeito — assim aquele ente abstrato adquire propriedades relativamente estáveis, passíveis de mudança no decorrer da leitura, mas sempre estruturando a relação do leitor com o enredo e o mundo ficcional.

Em regra, numa narrativa longa os protagonistas passam por processos de mudança, levando à desestabilização da primeira habituação e à sua reconstrução pelo leitor. Processos de habituação e reconstrução podem tomar centenas de páginas, tempo suficiente de leitura para que o leitor “passe a conhecer” o personagem, antes de passar a reinterpretá-lo a partir de índices textuais salientes. Não temos espaço para acompanhar como *Quincas Borba* fomenta essas transições: tratarei apenas da primeira visão do protagonista, numa página de texto que, repleta de informações lançadas rapidamente, impõe sua abdução como um indivíduo singularizado. Se falo de abdução, é porque, no romance realista, é comum que a indexação do protagonista não se baseie num modelo prévio do qual o leitor possa deduzir seu pertencimento a um tipo social específico, nem se prolongue a ponto de permitir que o leitor induza com segurança as suas propriedades consti-

tutivas. Como em Kafka ou Tchekhov, *Quincas Borba* nos lança de chofre a um personagem complexo, cuja construção somos convidados a iniciar de imediato: por isso a primeira página exemplifica os processos abduativos que o leitor experimentará ao se habituar ao personagem, e também ao reconstruí-lo em sua trajetória futura; por isso a sua análise exemplifica a contribuição da semiótica para a teoria do personagem de ficção, investigando estratégias autorais de estímulo à abdução do personagem como um conjunto relativamente coerente e singularizado de propriedades físicas, psicológicas e sociais.

Essa análise, como foi antecipado, virá do emprego de uma teoria da leitura construída na interface entre a semiótica e da teoria da consciência; mais especificamente, entre a semiótica do antropólogo Paul Kockelman (2012) e a *global workspace theory* de Graziano (2013). Ao colocar a atenção no centro da explicação da formação de estados conscientes, Graziano descreve como a captura da atenção (do leitor) para informações textuais relevantes é o instrumento pelo qual o texto orienta (e altera) sua construção mental dos personagens e do mundo ficcional: em linhas gerais, é assim que as duas teorias se complementam. Vamos primeiro discutir Graziano, depois passar por *Quincas Borba*, e então chegar a Kockelman — para dele voltar a Machado de Assis, sumarizando o rendimento da junção da semiótica e da teoria da consciência numa teoria cognitiva da leitura da ficção.

2 Teoria da consciência e o processo da leitura

Até aqui, tratei o texto como fonte causal de estados conscientes no leitor, como se houvesse uma relação unidirecional de causa e consequência. Mas não é bem assim, pois o cérebro é ativo na esquematização da informação neurologicamente processada: é o que postula a teoria da consciência como “esquema da atenção”, proposta por Graziano. Por ela, o texto causa a produção mental de entes imaginários, pertinentes ao mundo ficcional, apenas quando os símbolos linguísticos

são manipulados pela atenção. E num momento seguinte, a consciência esquematiza esses entes imaginários, ocasionando os estados mentais em primeira pessoa tipicamente associados à experiência de leitura. Vamos por partes.

Pelo modelo de Graziano, numa escala ascendente do texto à consciência, tem-se 1) os símbolos linguísticos como informação material estável, preexistente à leitura; 2) o processo atencional de esquematização daquela informação, pela atribuição de relevância, ordenação, conexão causal, articulação temporal (entre outros esquemas) às palavras, gerando os dados que comporão o conhecimento do mundo ficcional; 3) a experiência da leitura como modelagem desses dados da atenção, levando à afetivização, à formação de previsões e expectativas, aos sentimentos de surpresa, à sensação de passagem do tempo, entre outros qualia que fazem com que a leitura seja mais ou menos prazerosa; 4) a conversa sobre essa experiência, em atendimento a finalidades e interesses compartilhados com o interlocutor (como a expressão de opiniões e o juízo de gosto), no contexto da interlocução.

Uma teoria da leitura derivada de Graziano começa na visão, que permite que o cérebro decodifique as palavras. Em regra esse processamento é rápido — desde que as palavras sejam convencionais —, estabilizando aspectos de algo maior (um contexto, personagem, situação...). Individualmente, esses aspectos ainda são insuficientes para motivar representações mentais de entes ficcionais importantes, assim como a cor ou a forma, isoladamente, não suscitam a representação de um objeto físico. Mas a articulação sequencial de aspectos produz representações esquemáticas que subsistirão, com certa estabilidade, após o esquecimento das palavras que as terão motivado (quase todas as palavras processadas logo somem da nossa memória de trabalho). Mas a subsistência da maioria dessas representações também será rápida, por construírem elementos apenas circunstancialmente importantes para o processamento da leitura: é o que ocorre, por exemplo, com passagens descritivas que têm a função de situar a ação no espaço

e no tempo. Em regra, muitas representações mentais subsistirão rápida e vagamente como enquadramento da ação, integrando o quadro atencional do leitor como “pano de fundo”, sem tornar-se foco da sua atenção consciente.

Um quadro atencional agrega, pois, elementos de importâncias variadas para a leitura. O processo da atenção articula conceitos enunciados em palavras, frases, parágrafos, para esquematizar unidades maiores — personagens, cenas, conflitos... — que agregam vários elementos imaginários, com maior ou menor granularidade. Em cada sequência de leitura, entes variados são imaginados em quantidade, abrangendo um pouco de tudo: o lugar da cena, a hora do dia, os objetos presentes, as personagens atuantes, e assim por diante. Mas todo quadro atencional é fugaz, atendendo a interesses momentâneos e, por isso, variando continuamente. O leitor não estará consciente de todos os seus elementos, pois nem tudo é igualmente importante. Pela *global workspace theory*, no momento em que o leitor se torna consciente de estar prestando atenção em alguns dos entes ficcionais momentaneamente mais salientes, ele vive a experiência afetiva, sensorial, qualitativa, agregando os sentimentos conscientes e comunicáveis tipicamente associados à leitura da ficção.

Na ausência de definição consensual do termo, Graziano escolhe tratar a consciência como *awareness*, “estar consciente de”. É uma delimitação autoimposta, pois “consciência” pode referir-se à totalidade de aspectos pertinentes à experiência mental de alguém, num dado momento — elementos perceptuais, conteúdos de memória, sensações corporais, um pouco de tudo. A *awareness*, por sua vez, descreve a experiência de “tomar consciência” ou “estar ciente” de alguns informações processadas pela atenção, em detrimento das demais. Graziano entende que essa delimitação torna o fenômeno cientificamente tratável, ao distinguir a grande quantidade de unidades de informação que integram simultaneamente um estado consciente, da condição de estar consciente de algumas dessas informações — o que ocorre pela própria

impossibilidade de tornarmo-nos conscientes de todas as informações que integram sincronicamente nossos estados conscientes.

Graziano postula que duas capacidades cerebrais são basilares para que a consciência: uma delas é a atenção, a outra é o uso de informações internas, pelo cérebro, para construir modelos esquemáticos de objetos e eventos no ambiente — modelos que estruturam a relação com o ambiente físico, possibilitando previsões, simulações e ações no contexto de experiência. Tais modelos têm poucas implicações diretas na leitura, mas configuram dados de memória — relativos a sentimentos e à experiência corpórea, em especial — frequentemente resgatados na representação mental de conteúdos ficcionais. Esses dados de memória são acessados a partir de estímulos textuais que direcionam os processos atencionais do leitor, pressupondo, portanto, a capacidade da atenção — cuja teorização, portanto, traz a principal contribuição de Graziano para a teoria da leitura. A atenção é o processo que aciona os conteúdos de memória pelos quais o leitor estruturará, como entes imaginários, os elementos pertinentes ao mundo ficcional. Como funciona a atenção, segundo Graziano?

Sem recursos para processar tudo ao mesmo tempo, o cérebro utiliza estratégias — de “manipulação de dados” — para concentrar-se nalgumas informações de cada vez, descartando ou conferindo baixa saliência à maioria delas. A atenção é um modo de interação entre sinais no cérebro, um processo mecanicista: em cada momento, sinais entram em competição nas redes neuronais e aqueles que adquirem potência suprimem os demais; a atenção ocorre quando um conjunto integrado de sinais ganha força e adquire saliência na mente. A força de um conjunto de sinais pode ser impulsionada por um estímulo *bottom-up* — um forte input sensorial vindo de fora do organismo, como um ruído súbito e elevado — ou *top-down* — quando intencionalmente nos dirigimos a algo importante. Uma narrativa de ficção mobiliza os dois tipos de estímulos, *bottom-up* e *top-down*: no primeiro caso, informações inesperadas orientam o processo atencional do leitor; no segundo, o

leitor se baseia em expectativas formadas sobre o mundo ficcional, para se orientar no acompanhamento do enredo.

Seja qual for o caso, os dados da atenção emergem à mente quando algo influencia a competição em favor de alguma representação de estímulo. O cérebro capta um sinal, processa-o com profundidade, tem seu mecanismo cognitivo acionado por ele: a atenção não é a mera captação de sinais, mas uma operação de seleção e organização dos sinais. De todas as informações processadas pelo cérebro, muitas sequer podem tornar-se objeto de atenção, por não estarem vinculadas a esquemas estruturados pelos sentidos, pela imaginação, pela memória, por mecanismos de tomada de decisão; um dado da atenção pode ser uma ideia, estímulo sensorial, movimento, emoção, conteúdo de crença ou memória, ou algo que combine propriedades como essas — mas nem toda informação processada pelo cérebro poderá, em princípio, integrar o quadro atencional.

Os dados da atenção mudam constantemente, à medida que sinais diferentes vencem a competição; quando mudam as circunstâncias da atenção, novos sinais ocupam a atenção do indivíduo. Da esquematização desses dados da atenção emerge a consciência. Para Graziano, um “esquema” é um conjunto de informações que representa algo complexo de maneira simplificada, para certa finalidade: se ele trata a consciência como um esquema, é porque ela seria uma descrição simplificada dos dados da atenção, em atendimento a interesses e motivações do contexto. A atenção esquematiza as informações textuais em entes imaginários que subsistem na mente do leitor por lapsos temporais diferentes, com saliências diferentes; a consciência é um modelo simplificado dos dados da atenção, que esquematiza cognitivamente alguns dos seus elementos salientes — como conteúdo inferido e/ou objeto de enação —, gerando a série de qualia que dão à leitura a condição de “sensação”, “estado”, “experiência”. A atenção é seletiva e esquemática, mas a quantidade de dados que ela produz ainda é grande, e com

baixa ordenação; a consciência os estrutura, no contexto de experiência, de acordo com interesses presentes.

A atenção estabiliza dados que se tornam salientes em meio à enormidade de informações sincronicamente processadas pelo cérebro; a consciência os esquematiza num modelo útil, para as finalidades do contexto: diante do objeto sobre a mesa, a atenção produz “redondo”, “vermelho”, “saboroso”, articulando-os como “maçã”; o cérebro então informa ao indivíduo uma descrição específica da atenção que o indivíduo está dedicando à maçã, conforme ela é valorada naquele momento. É como a diferença entre “ver” e “olhar”: se alguém por acaso vê uma maçã, seu cérebro pode construir uma descrição informativa da fruta — a atenção pode esquematizar informações sobre sua cor, forma, aroma... —, sem produzir consciência da sua presença — a maçã pode ocupar um pequeno ponto do quadro atencional, em meio a outros elementos. Mas com uma descrição do esquema de atenção aplicado à fruta, o indivíduo estará dela ciente: ela lhe aparecerá valorada de acordo com as motivações do contexto, e ele poderá acessar aquele dado da atenção de alguma maneira.

Como isso se aplica à leitura da ficção? Toda narrativa traz informações articuladas sequencialmente, comunicadas materialmente por símbolos linguísticos. Ao final de *Guerra e paz*, quase todas as suas mais de 500 mil palavras terão sido processadas pelo cérebro, produzindo uma infinidade de dados da atenção. Mas quase todas elas somem da memória do leitor milissegundos após colaborarem na construção dos conteúdos imaginários que integrarão seus quadros atencionais: ao contrário da poesia, em si mesmas as palavras raramente são os produtos da atenção na leitura da narrativa. Pela visão a atenção esquematiza a sequência de símbolos g-u-e-r-r-a como “guerra”, gerando um novo símbolo a ser processado em conjunto com símbolos vizinhos em sequências contínuas, atuantes como instruções à imaginação do leitor. Entes imaginários são construídos pela articulação de grandes quantidades de palavras, sendo articulados a outros entes imaginários

na construção de personagens, lugares, relações. O leitor se torna consciente da própria atenção a vários desses entes, que emergem à mente sob as valorações que substanciam a ordenação, a interpretação, a formação de expectativas e previsões, a percepção da passagem do tempo, a atribuição de causalidade aos eventos — sempre com maior ou menos coerência, e de acordo com interesses, capacidades e predisposições do leitor. Ao tornar-se consciente dos dados da atenção, pois, o leitor experiencia os qualia da leitura: empatia, emoções, surpresas, enações, inferências, moralizações, com o prazer ou desprazer que eles envolvem.

Ou seja, enquanto a atenção esquematiza uma descrição útil da informação textual, a partir de inputs da atividade cerebral — memórias, pensamentos e ideias substanciam os entes imaginários construídos pelo processamento do texto —, a consciência integra alguns desses produtos — dos quais o leitor se tornará consciente — num modelo que confere ao seu processamento uma condição de “experiência”, integrando sua compreensão a componentes afetivos, emocionais, sensoriais, corpóreos que estruturam a relação do leitor com o enredo e o mundo ficcional — é a experiência que retemos ao final do livro. A atenção esquematiza a massa sequencial de informação na construção de entes imaginários que a consciência esquematiza em sentimentos, relações causais, dilatação temporal, previsões e hipóteses, entre outros qualia que integram a experiência da leitura; o cérebro não contém as propriedades atribuídas à experiência, nem o texto; assim como a atenção é uma descrição da informação neurologicamente processada, a consciência é uma descrição dos dados da atenção, que não promove acesso direto a objeto algum: um ente ficcional é o efeito mental de um conjunto interrelacionado de dados da atenção, dos quais o leitor se torna consciente para, então, estabelecer com ele uma “relação” — de interesse, curiosidade, aversão...

Graziano descreve assim a visão da cor branca: ao modelá-la, o cérebro mistura todos os comprimentos de onda do espectro visível,

para produzir uma informação de alto brilho e baixo valor de cor — uma pura luminescência que é, porém, uma impossibilidade física. O objetivo do modelo não é produzir uma descrição precisa de um fato natural existente, mas uma representação rápida, conveniente e útil para a orientação do comportamento. É para a orientação do comportamento que a consciência, ao esquematizar os dados da atenção, gera experiências fisicamente absurdas: etéreas, intangíveis, plenas de sensações e desprovidas de fisicalidade. A imersão na leitura costuma evocar experiências desse tipo, que não vêm do texto, mas são os modelos descritivos das relações que o leitor estabelece com os dados que a atenção produz do processamento da informação textual — modelos que variam ao longo da leitura, conferindo-lhe qualidade e valor.

Estados conscientes podem ser verbalizados. Se o indivíduo está ciente do próprio estado atencional, sua verbalização será uma esquematização linguística daquele estado: é o que fazemos quando conversamos sobre um livro. Desse ponto retomo a cadeia de processos implicados na teoria da leitura baseada em Graziano: 1) o texto preexiste à leitura como um conjunto estável de informações físicas; 2) no processo atencional, modelos simplificados daquelas informações, lapidados de detalhes irrelevantes para o leitor, são mentalmente instanciados como entes imaginários, dotados de certas propriedades; 3) a consciência esquematiza os dados mais salientes da atenção, conferindo-lhes valoração, ordenação, conexão causal, significado, valência afetiva, ocasionando as respostas emocionais, interpretativas, enativas, que integram a experiência da leitura; 4) a consciência dessa experiência estrutura sua esquematização linguística off-line, em relatos verbais estruturados em atendimento aos interesses da interlocução (debate crítico, expressão de opiniões, juízo de gosto...).

Aonde esse modelo nos leva? Aqueles quatro níveis de atividade subsistem em continuidade, e acredito que a semiótica permite descrever certas articulações entre eles. No entanto, como toda verbalização da experiência é muito pessoal, é provável que entre (3) e (4) uma

análise semiótica se limitasse a um nível abstrato de generalidade. Seu maior rendimento estaria na descrição das articulações entre (1) e (2) e entre (2) e (3): em (1) ela descreve o texto como fonte das informações do processo atencional, identificando intenções autorais de direcionamento *bottom-up* da atenção do leitor; em (2) ela indica esquemas empregados na estruturação da informação em entes imaginários, dos quais o leitor pode tornar-se consciente; em (3) ela descreve modos de abdução dos produtos da imaginação nos elementos complexos, altamente valorados, que estruturam as relações do leitor com enredos e mundos ficcionais. Com isso em mente, entremos em *Quincas Borba*.

3 Citações

Direto ao ponto, assim começa o livro:

Rubião fitava a enseada, — eram oito horas da manhã. Quem o visse, com os polegares metidos no cordão do chambre, à janela de uma grande casa de Botafogo, cuidaria que ele admirava aquele pedaço de água quieta; mas [ele] pensava em outra coisa. Cotejava o passado com o presente. Que era, há um ano? Professor. Que é agora? Capitalista. Olha para si, para as chinelas (umas chinelas de Túnis [...]), para a casa, o jardim, a enseada, os morros e o céu; e tudo, desde as chinelas até o céu, tudo entra na mesma sensação de propriedade.

— Vejam como Deus escreve direito por linhas tortas, pensa ele. Se mana Piedade tem casado com Quincas Borba, apenas me daria uma esperança colateral. Não casou; ambos morreram, e aqui está tudo comigo; de modo que o que parecia uma desgraça...

CAPÍTULO II:

Que abismo que há entre o espírito e o coração! O espírito do ex-professor, vexado daquele pensamento, arrepiou caminho, buscou outro assunto, uma canoa que ia passando; o coração, porém, deixou-se estar a bater de alegria. Que lhe importa a canoa nem o canoeiro, que os olhos de Rubião acompanham, arregalados? Ele, coração, vai dizendo que, uma vez que a mana Piedade tinha de morrer, foi bom que não casasse; podia vir um filho ou uma filha... — Bonita canoa! — Antes

assim! — Como obedece bem aos remos do homem! — O certo é que eles estão no Céu! (Assis, 1994, 643)

Rubião observa o mar num casarão de Botafogo (índice de riqueza), portando um chambre e chinelas de Túnis (índices de status), sentindo-se dono da casa e da paisagem (interpretantes afetivos que atuam como índices de status autoatribuídos). Ele se admira (interpretante afetivo) da sua transição de professor a capitalista (índice de uma alteração radical de status social). Ele se pega pensando com alegria (interpretante afetivo) na causa daquela transição (a morte da irmã antes do casamento com Quincas Borba), alegria da qual ele se apressa a não sentir-se culpado (interpretante afetivo), dada a imoralidade (interpretante representacional) daquele sentimento: constrangido (interpretante afetivo), ele inventa uma autojustificação (interpretante representacional da alegria como interpretante afetivo), pensando que, se a irmã iria mesmo morrer, para ela não faria diferença não ter produzido um herdeiro daquele patrimônio. Seus estados mentais vão se complexificando: ele não é apenas rico, mas autossatisfeito com uma riqueza que ele exhibe ostensivamente; ele manifesta um sentimento arrogante de posse; o trecho que biografava sua transição à riqueza não é apenas informativo, mas indicativo de estados mentais e, talvez, de traços psicológicos do personagem; ao final, Rubião se constrange com o próprio pensamento, mas resolve sua dissonância cognitiva com uma explicação imoral para o sentimento de satisfação.

Tudo isso é operado em poucas linhas, com grande concentração de informação numa pequena quantidade de texto: parte substancial dos conteúdos comunicados não estão codificados no texto, devendo ser inferidos pelo leitor. Entendo que a semiótica permite entender como essa economia textual é possível, i.e. como o autor consegue sugestionar o leitor a inferir conteúdos não codificados no texto. A construção mental de um personagem complexo é, em regra, um processo abduutivo, pois não há modelo do qual sua interpretação possa ser deduzida. Decerto todo personagem é relativamente tipificado — tem

idade, gênero, profissão, fisicalidade, traços psicológicos e comportamentais, padrões de opinião e juízo... —, com propriedades a serem processadas, pelo leitor, pela comparação infraconsciente com modelos de agentes (ficcionais e não ficcionais) acessíveis como memória. Pelo menos os protagonistas costumam ser, porém, singularizados a ponto de dificultar a dedução das suas propriedades a partir de modelos quaisquer. Tampouco pode-se dizer que sua construção mental, pelo leitor, se inicie apenas com o acesso a quantidades suficientes de informação, das quais ele possa induzir suas propriedades específicas: nem a dedução, nem a indução descrevem um processo semiótico que inicia assim que o leitor encontra o personagem, e culmina na atribuição de coerência a um conjunto diversificado de propriedades materiais, sociais e psicológicas.

Essa coerência corresponde à habituação que dá ao leitor a sensação de “conhecer” o personagem, tornando-se apto a interpretar (mais ou menos conscientemente) suas ações e estados mentais, e a estabilizar expectativas sobre seus comportamentos futuros. Em relação a Rubião, esse processo é iniciado naqueles breves parágrafos; voltaremos a eles na conclusão do artigo, para amarrar sua análise na junção da semiótica e da teoria da consciência. Passemos a Kockelman.

4 Semiótica e teoria da leitura

Ainda pouco conhecido no Brasil, Paul Kockelman é um nome central na linguística antropológica contemporânea. Seu vínculo da antropologia e da linguística torna a sua semiótica particularmente fértil para a análise literária, mas aqui sua contribuição será apreciada pela mediação de Graziano. Interessa-nos observar como a sua semiótica permite descrever a articulação entre a informação textual, como intenção autoral de comunicação, e a esquematização daquela informação, pelo leitor, nos entes imaginários pelos quais ele constrói mentalmente o mundo ficcional. Se a própria noção de semiose remete à relação entre

a materialidade do texto e sua interpretação pelo leitor, Kockelman nos ajuda a entender tanto as maneiras como um texto busca orientar os processos atencionais do leitor, quanto os modos de formação de conteúdos mentais conscientes pela aplicação à informação textual, pelo leitor, de esquemas semióticos individualizados e socialmente compartilhados numa medida.

Sabemos que Rubião não existe fisicamente em lugar algum, instanciando-se mentalmente como efeito da semiose do texto, que é co-determinada pelas predisposições e capacidades de cada leitor — imerso, como ele é, em modos de vida, normas sociais, práticas culturais. No vocabulário de Kockelman, todos temos “ontologias”, conjuntos de pressuposições relativas à constituição subjacente do mundo e aos seus padrões salientes. São pressupostos relativamente contextuais e provisórios, adquirindo maior ou menor força e explicitação em cada situação, com graus variados de coerência lógica, normativa e causal. Ontologias podem ser portáteis, aplicáveis em muitos contextos — seja porque são independentes do contexto, porque o contexto do qual elas dependem é amplamente distribuído, ou porque elas estabelecem seu próprio contexto onde quer que sejam acionadas. Pressuposições ontológicas podem basear-se em categorias e valores, em teorias e experiências; elas podem fundamentar epistemologias, incluindo noções sobre o que constitui boa evidência para uma hipótese; elas podem estar ligadas a compromissos morais, políticos e existenciais; elas podem ser baseadas no afeto e na experiência corporal, na inferência e na cognição; no nível macroscópico, elas podem estar incorporadas em práticas, instituições, infraestruturas, instrumentos, teorias.

Importa frisar que ontologias são sempre relativamente compartilhadas, mas sempre relativamente individualizadas em maior ou menor medida. Kockelman enfatiza que elas não são apenas a condição, mas também a consequência de processos semióticos; elas não são estáticas, formadas de uma vez e para sempre, mas continuamente alteradas, mesmo que minimamente, em nossas interações significativas

com o mundo. Nos termos de Kockelman, interpretamos à luz de ontologias, ontologizamos à luz de interpretações: elas co-definem o significado, mas também a seleção das informações integradas na semi-ose, pois estruturam relações entre relações — no caso da leitura, as relações pessoais que o leitor estabelece (conscientemente ou não) com as relações que os signos textuais estabelecem com aquilo que eles comunicam; a semiose se define, em outros termos, pela relação pessoal que cada leitor estabelece com a relação estabelecido entre os signos textuais e seus referentes (reais ou imaginários).

Por essa teoria, pode-se dizer que, durante a leitura, pressupostos ontológicos estruturam e fundamentam a esquematização das informações textuais, orientando sua seleção, valoração e ordenação (hierárquica, sequencial, causal). Pela teoria de Graziano, isso implica que é a partir de pressupostos ontológicos que a atenção esquematiza a informação textual em índices, tipos, indivíduos, interpretantes, agentes, entre outras categorias semióticas pertinentes à atividade interpretativa. Em Kockelman, um índice é uma qualidade relativamente perceptível (por mais complexa, relacional, instrumentalizada que ela seja); um tipo é a propensão a exibir certos índices (mesmo que imaginários, errôneos, tênues ou idiossincráticos); um indivíduo é um ente apto a exibir índices e ser tratado como um tipo. Ontologias motivam e autorizam interpretações sobre a natureza e a distribuição dos tipos, incluindo estados mentais, status sociais e substâncias materiais; pelo sumário de Kockelman, uma ontologia pode incluir pressuposições sobre os tipos que constituem um indivíduo; os índices que constituem um tipo; os índices, tipos e indivíduos que constituem um mundo; a gama de mundos passíveis de serem constituídos. Se algo é interpretado como um tipo, ele foi interpretado como mais ou menos emaranhado em padrões que o tipo coloca em evidência, ou como mais ou menos efetivado por certas causas, ou como causador de certos efeitos, ou como mais ou menos passível de sofrer ou provocar certas ações — sempre da perspectiva do agente que articula essas atribuições. Em sua teoria

da consciência, Graziano prioriza exemplos da percepção visual, descrevendo esquemas que estruturam seus processos atencionais; para outros tipos de atividade cerebral ele é menos específico. Para suprir essa lacuna, e por tudo que foi comentado acima, no processo da leitura proponho que ontologias semióticas esquematizam a sucessão de símbolos escritos nos entes imaginários que, em sua relativa vagueza e coerência, estruturam a compreensão e o engajamento afetivo com o mundo ficcional — assim proponho articular as duas teorias.

Parafraseando proposições de Kockelman, ao “projetar” — verbo cujo significado ele situa num ponto entre “perceber” e “atribuir” — certo índices num indivíduo, um agente, a partir de certa ontologia, pode interpretar que tipo de indivíduo ele é, tratá-lo como propenso a exibir certos índices, e passar a esperar índices afins desse indivíduo, de acordo com seu tipo. Tais inferências podem confirmar ou alterar os tipos de ações que o agente acredita que o indivíduo tem maior probabilidade de realizar, ou as qualidades que ele tem maior probabilidade de exibir: tratar algo como um índice, tipo ou indivíduo só é possível numa rede de suposições relativas a outros índices, tipos e indivíduos; algo é considerado um índice de um tipo, para certo agente, num contexto em que sua ontologia é atuante e em que outros índices, tipos e indivíduos estão física ou imaginativamente presentes, sendo integráveis aos processos de enquadramento que colaboram para confirmar, gerar, e potencialmente reconfigurar essas copresenças indexicais. No meu entender, é assim que a semiose da articulação de palavras produz o personagem como um ente imaginário.

Note-se que Kockelman não se resume a índices emblemáticos ou estereotípicos, que permitem que a semiose se baseie em convenções, num processo dedutivo em que signos remetem a objetos de acordo com convenções compartilhadas. Como ele mesmo indica, signos amplamente distribuídos, estáveis e facilmente reconhecidos são minoritários; especialmente na literatura, índices costumam ser relativamente ambíguos, contextualizados, fugazes e difíceis de discernir, e signos

emblemáticos são objeto potencial de parasitismo, sendo desviados para fins imprevisíveis — impondo uma semiose contextualizada, não dedutiva. Um ente ficcional — pessoa, coisa, situação, evento — tende, ademais, a incluir vários tipos, impondo uma semiose abdutiva: a primeira indexação de Rubião já mistura status sociais, estados mentais e substâncias materiais diversas. Cabe ao leitor iniciar a abdução das condições de coerência daqueles índices, que são projetáveis em diversos tipos humanos, mas iniciam uma semiose complexa ao serem colocados em relação num único indivíduo: a atribuição de identidade ao personagem emerge da articulação de índices que apelam a aspectos diferentes das ontologias semióticas do leitor; são índices relativamente comuns a outros tipos e indivíduos, mas que singularizam Rubião ao serem colocados em relação na sua indexação. A partir daí, sua indexação deve ser acompanhada continuamente, pois ela pode se revelar efêmera ou duradoura, incidental ou decisiva no enredo, reconhecida ou não por outros personagens.

Da perspectiva deste artigo, ontologias são esquemas atencionais da leitura, pelos quais as informações textuais são construídas mentalmente como entes imaginários que estruturam o enredo e o mundo ficcional. Refiro-me sobretudo aos entes que orientam a compreensão da história, pois parece-me que, pelo modelo de Graziano, não se pode dizer que ontologias sejam primordialmente responsáveis pelos qualia da leitura: a experiência afetiva, sensorial, judicativa e qualitativa do texto deve muito à ação de condicionantes contextuais e pessoais, que modelam os produtos da semiose, mas irreduzíveis a ela. Ontologias esquematizam primordialmente a compreensão da história, estruturando a construção dos símbolos linguísticos como entes imaginários, instanciados (pelo menos vagamente) na mente do leitor durante os estados atencionais que se sucedem articuladamente no decorrer da leitura.

Com o tempo, a partir das indexações textuais, o leitor infere as condições de coerência e incoerência dos entes ficcionais, em função do

sentido atribuído a relações de incorporação (parte-todo), complementação (figura-fundo) e criação (causa-efeito): em Rubião, pode-se falar da mansão como parte da sua riqueza, nas chinelas de Túnis como complementação do seu “refinamento”, do seu constrangimento pela própria alegria como causa da sua atenção à canoa. Mas antes de voltarmos a ele, faço um comentário sobre a transformatividade ontológica.

Kockelman postula que processos semióticos podem mudar ontologias, como vimos acima. Ontologias podem ser mais ou menos compartilhadas, conscientes ou arraigadas, fáceis ou difíceis de articular, mas o processamento de objetos novos ou singulares podem alterar nossas pressuposições sobre os índices que constituem um tipo, ou mesmo — é a posição de Kockelman — sobre os indivíduos, tipos e índices que constituem um mundo, ou sobre o próprio mundo. Nesses termos, *Quincas Borba* pode estimular o leitor a alterar suas pressuposições sobre os indivíduos, tipos e índices que compunham a sociedade da corte, ou sobre a própria estruturação daquela sociedade; quando a crítica literária toma Rubião, Palha e Sofia como metonímias de tipos sociais e metáforas de padrões de ação que Machado de Assis estaria criticando em seu texto, pode-se dizer que ela identifica, no autor, a intenção de iniciar, em seus leitores, certo processo de transformação ontológica, sob os vetores indicados. De volta, então, a Rubião.

5 Considerações finais

Se ontologias esquematizam a semiose do texto, nossas ontologias necessariamente diferem daquelas dos leitores visados por Machado de Assis. Valoramos de outras maneiras, selecionamos outras coisas, atribuímos outras explicações, moralizamos sob outros vieses. É impossível precisar as ontologias compartilhadas entre o autor e seus leitores em 1891, mas isso não nos impede de fazer certas proposições com relativa segurança.

No nível elementar, o modelo prevê que Rubião não “está” em nenhuma das palavras no papel, sequer naquelas que se referem a ele. O texto traz um nome próprio — um “designador rígido”, nos termos de Kripke — indexado por outras palavras, e sua semiose se dará pela articulação sequencial, seletiva e ordenada entre elas e o designador que elas indexam. Propus que esse processamento corresponde à esquematização, mediada por ontologias, de conjuntos de palavras como índices relativos a tipos, que são agregados, de maneira relativamente coerente, na construção mental de um indivíduo singularizado. Por exemplo, é possível que, ao ler que Rubião fitava a enseada da janela de uma mansão cedo pela manhã, o leitor esquematize a informação atribuindo-lhe a posse da casa, condição não ostensivamente enunciada no texto, e que corresponderia à projeção de uma relação de incorporação que torna a mansão a “parte” de um “todo” formado pelo patrimônio material atribuído, inferencialmente, ao personagem: o simples fato de ele estar olhando a paisagem tão despreocupadamente pode ser tipificado como um comportamento emblemático do proprietário de um imóvel num momento de intimidade, quando nada, no texto, indica que a casa é dele. Essa esquematização parece trivial, mas ela acontece rapidamente, sem atenção consciente (é improvável que o leitor tome consciência de ter estipulado que Rubião era dono da casa), o que indica a eficácia do apelo a ontologias compartilhadas na indexação do personagem. E tampouco os resultados dessa semiose são irrelevantes, pois eles passam a estruturar o processamento das informações subsequentes: se a casa é dele, sua posse indexa um status social elevado (o bairro é Botafogo, indexador de riqueza para o leitor original), explicando o conforto com que ele desfruta da paisagem com os “polegares no chameiro” (interpretantes energéticos e índices materiais de riqueza).

Logo nas primeiras linhas, o personagem é contruído pelo recurso a índices associáveis a certo(s) tipo(s) de indivíduo: mesmo que não possamos reconstituir com exatidão as condições iniciais de

interpretação, o autor claramente apostava que aqueles índices seriam suficientes para enquadrar o personagem numa fração específica do mundo social do Rio de Janeiro. Como é comum na abertura de uma narrativa de ficção, o texto dirige *bottom-up* a atenção do leitor a índices que tipizam o personagem: é difícil não ter a atenção capturada por “Botafogo”, “chambre”, “chinelas de Túnis”. Com o tempo, o leitor conhecerá o personagem a ponto de dirigir sua atenção *top-down* ao seu comportamento, mas por enquanto ele só pode basear-se no seu conhecimento de convenções do gênero romanesco para tentar identificar, *top-down*, os elementos da estória que ele deve se ocupar de acompanhar — enquanto isso, o autor inicia a indexação do personagem, esperando que o leitor as esquematize semioticamente de uma maneira que seja, no mínimo, suficientemente instrumental para a compreensão das páginas seguintes. Assim começa a instigação à construção mental do personagem, mas estamos falando de Machado de Assis — e ele logo fará com que o quadro atencional do leitor mude subitamente.

Rubião começa a pensar no seu passado recente, quando ele tinha outro status social. A lembrança muda seus estados mentais (com a satisfação pela mudança de status e o senso de propriedade sobre tudo), só então aparecendo as chinelas de Túnis (indexação que tipifica ostentação). Esse quadro logo muda, pois Rubião se pega feliz com as condições da morte da irmã, e o texto relaciona o interpretante afetivo (a alegria) ao fato ocorrido, sem julgar essa relação de maneira ostensiva: o juízo moral deve primeiro ser projetado pelo leitor na indexação do personagem pelo seu comportamento. Rubião é logo indexado por novos interpretantes, de cunho representacional (o pensamento que, com a morte da irmã, Deus “escrevera certo por linhas tortas”), energético (ao tomar consciência do próprio pensamento, ele desvia o olhar para a canoa), e afetivo (o coração “a bater de alegria”). O desvio do olhar para a canoa é um estímulo à inferência da dissonância cognitiva do personagem, mas tudo é muito rápido e nada garante que o leitor esquematizará semioticamente as condições de coerência do batimento

cardíaco (como interpretante afetivo da alegria pelas consequências da morte da irmã), do desvio do olhar (como interpretante energético da autocensura por essa alegria), e da autojustificação (“Deus escrevera certo por linhas tornas”, interpretante representacional da tentativa de resolução da dissonância cognitiva). É possível que o leitor não processe tudo isso, especialmente porque a narração ordena a informação em sequência invertida, começando da justificação para chegar à alegria: é quando o narrador se inscreve na comunicação, falando do “abismo entre o espírito e o coração”, e assim orientando *bottom-up* a atenção do leitor para a disjunção entre o sentimento e a justificação. Mesmo que o comentário não valore ostensivamente o conteúdo imediatamente posterior, ele se revela irônico em retrospecto, estruturando o processamento da informação seguinte.

Em suma, Rubião recorda a morte da irmã como condição do seu enriquecimento, sente satisfação com esse resultado, e resolve a dissonância cognitiva com uma justificação improvisada; como interpretante energético dessa tensão, ele alterna sua atenção, com inquietude, entre seus pensamentos e a admiração da canoa. Ao articular essas informações em sequência, é possível que o leitor comece a abduzir uma unidade — um indivíduo — que dê coerência àquele conjunto de estados mentais. Cada leitor o imaginará de maneira diferente, pois a imaginação é regulada pelo acesso a conteúdos de memória individualizados. Mas ali se inicia a construção mental de Rubião como um ente imaginário, ainda vagamente definido, mas que começa a adquirir estabilidade suficiente para orientar os processos semióticos seguintes. É provável que, neste excerto inicial, o leitor se torne consciente de vários dados da atenção, tipificando o personagem e valorando essas tipificações: a partir daí, que experiência de leitura ele terá? Ele sentirá curiosidade, achará graça, terá surpresas, se lembrará de certas coisas, pensará em algo?

Não há como saber, mas pela teoria de Graziano sua experiência será determinada pela sucessão de estados conscientes durante a

leitura, determinados por dados da atenção emergentes da semiose do texto, dos quais ele se tornar consciente. Se a proposta faz sentido, ela estabelece continuidades entre os níveis de análise implicados na leitura, da visão do texto aos qualia da leitura. Num momento futuro, cabe discutir outros esquemas aplicados à modelagem dos dados atencionais produzidos pela semiose do texto, gerando os aspectos afetivos, sensoriais, imaginativos, valorativos, da experiência da leitura — se a proposta apresentada aqui de fato faz sentido, esse é o próximo passo.

Referências

- ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994 [1891].
- GRAZIANO, Michael. *Consciousness and the Social Brain*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2013.
- KOCKELMAN, Paul. *Agent, Person, Subject, Self. A Theory of Ontology, Interaction, and Infrastructure*. New York: Oxford University Press, 2012.

A objeção da direcionalidade externa à visão qualitativa da experiência visual

Sérgio Farias de Souza Filho¹

DOI: <https://doi.org/10.58942/eqs.209.07>

1 O caráter fenomênico da experiência sensorial

Suponha que você veja uma árvore rosa. Você tem então uma experiência sensorial de ver uma árvore rosa. Agora suponha que você veja uma árvore verde que é em tudo idêntica à árvore rosa, exceto na cor. A *experiência sensorial* de ver a árvore rosa é *constitutivamente distinta* da de ver a árvore verde. Ou seja, há uma diferença nas *propriedades fenomênicas* destas duas experiências e é em virtude desta diferença que ver a árvore rosa é tão diferente de ver a árvore verde. O *caráter fenomênico* da *rosidade* de uma árvore é fundamentalmente distinto do *caráter fenomênico* da *verdidão* da outra árvore.

Mas em virtude de quê o caráter fenomênico destas duas experiências sensoriais é tão distinto? Quais propriedades são instanciadas por estas experiências que as tornam fenomenicamente tão diferentes? Generalizando, em que consiste ter uma experiência sensorial de um

¹ Professor de Filosofia da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Filosofia pelo King's College London e Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação Lógica e Metafísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: sergiofariasfilho@gmail.com

tipo fenomênico específico, em contraste com outro tipo? Eis o *problema do caráter fenomênico* que aflige os filósofos da consciência.

A solução para o problema do caráter fenomênico requer especificar em *qual estado* o sujeito deve estar a fim de *ter uma experiência sensorial* com uma dada *propriedade fenomênica* (Pautz, 2021, p. 4). Ou seja, é preciso estabelecer qual estado constitui a experiência sensorial em questão. Neste artigo nos restringimos à experiência sensorial *visual*, deixando de lado as demais experiências sensoriais como audição, olfato, dor, etc.

Há diversas teorias da experiência visual que propõem diferentes respostas para este problema. A *visão qualitativa*, também denominada *visão do estado físico interno*, sustenta que o caráter fenomênico da experiência visual é constituído por um *estado interno intrínseco e não relacional* do sujeito que tem esta experiência. Embora ainda minoritária, a visão qualitativa tem sido alvo de um intenso debate desde a publicação do livro *The Metaphysics of Sensory Experience* de David Papineau (2021) que desenvolve uma defesa robusta desta visão². O objetivo deste artigo é avaliar a viabilidade de uma objeção proposta por Adam Pautz (2021, 2023) à visão qualitativa. Sua objeção se baseia em uma suposta *direcionalidade externa essencial* (ou caráter espacial essencial) da experiência visual. Pautz objeta que a visão qualitativa é incompatível com tal direcionalidade externa essencial, em contraste com outras teorias experiência visual que são plenamente compatíveis, tal como o representacionismo. O objetivo deste artigo é argumentar que não obstante sua perspicácia, a objeção da direcionalidade externa falha em refutar a visão qualitativa.

² Para uma resenha deste livro, cf. Pereira & Souza Filho, 2022.

2 A visão qualitativa

A visão qualitativa sustenta que uma experiência visual com certo caráter fenomênico é *idêntica* a um *estado interno intrínseco e não relacional* do sujeito, provavelmente certo estado neural. Diferenças de caráter fenomênico entre experiências sensoriais nada mais são que diferenças de estados físicos internos. O caráter fenomênico de sua experiência de ver a árvore rosa é distinto do caráter fenomênico de sua experiência de ver a árvore verde, porque estas duas experiências são constituídas por estados internos distintos (e.g., estados neurais distintos). Mas porque considerar a visão qualitativa uma teoria plausível da experiência visual?

Uma forte motivação para a visão qualitativa é a inegável correlação regular e sistemática entre os tipos de estados internos do sujeito e os tipos de experiências sensoriais deste sujeito. Há uma forte dependência entre as ocorrências de um tipo de experiência e ocorrências de um tipo de estado interno. Ora, diante disto é natural identificar os primeiros com os últimos.

Ocorre, entretanto, que mesmo assumindo uma ontologia fisicista quanto à natureza de estados e propriedades mentais, a visão qualitativa não se segue trivialmente. Isto é, ainda que a mente seja física, não se segue que experiências sensoriais sejam idênticas a estados físicos internos. A visão qualitativa é uma posição minoritária *mesmo entre os filósofos fisicistas*, o que contrasta com a popularidade resiliente de outras teorias concorrentes. Curiosamente, a visão qualitativa é mais popular entre neurocientistas. Por exemplo, Stasnilas Dehaene parece subescrever à visão qualitativa quando sustenta que “[i]f we could read this [neural] code, we would gain full access to any person’s inner world, subjectivity and illusions included.” (2014, p. 143-145).

David Papineau (2021, 2023) é o principal expoente contemporâneo da visão qualitativa³, tendo desenvolvido uma sólida argumentação para mostrar que experiências visuais consistem tão somente em estados neurais internos e que as propriedades fenomênicas são idênticas às propriedades intrínsecas e não relacionais da experiência.⁴ Mas o que haveria de tão polêmico na identificação entre experiências visuais e estados neurais?

Fisicistas parecem concordar que uma *ativação neural* é uma *causa* para a experiência visual da árvore rosa. Mas disto não se segue que ter a experiência da árvore rosa *nada mais é* que estar em um estado neural (PAUTZ, 2021, p. 6), ou seja, que ter tal experiência é *idêntico* a estar em um estado neural. Afinal de contas talvez a ocorrência de tal experiência requeira algo a mais para além do estado neural. É justamente isto o que defende o representacionismo: além da ocorrência do estado neural relevante, o sujeito também precisa ter *uma certa representação* da presença de um objeto-parecido-com-uma-árvore-rosa.⁵ O que diferencia a visão qualitativa é sustentar que a experiência do ipê *nada mais é* que estar em certo estado neural. Representar a presença da árvore rosa *em nada constitui* a experiência visual desta árvore. Isto é, a experiência visual desta árvore poderia não envolver qualquer relação

³ Adam Pautz (2021, p. 60) atribui a visão qualitativa a diversos outros filósofos: Ned Block (2019), C. L. Hardin (1988), Geoff Lee (2020), Brian McLaughlin (2016a), Thomas Polger (2004), Hilary Putnam & Hilla Jacobson (2014) e J. C. Smart (1959). Está para além dos objetivos deste artigo interpretar se de fato todos estes filósofos endossam a visão qualitativa.

⁴ A visão qualitativa é plenamente compatível com posições divergentes quanto à natureza ontológica do estado interno que constitui a experiência visual. Por exemplo, de acordo com uma versão dualista da visão qualitativa, o estado interno relevante não seria um estado neural, mas um estado interno não físico. Cf. Papineau, 2021, pp. 52, 90.

⁵ O representacionismo — teorias representacionistas da experiência visual — ainda é a teoria da experiência visual mais popular e influente. Michael Tye (1995), Fred Dretske (1995) e William Lycan (1996) desenvolveram teorias representacionistas clássicas. Está para além do escopo deste artigo analisar e avaliar o representacionismo, para uma introdução aprofundada e um ótimo estado da arte, cf. Lycan, 2023.

representacional com o que quer que seja, não instanciando qualquer propriedade representacional. Dito de outra forma, propriedades representacionais são propriedades contingentes da experiência visual enquanto tal. Nas palavras de Papineau, “conscious sensory properties are intrinsic qualitative properties of subjects. It is not essential to sensory experiences that they relate subjects to objects or properties beyond themselves” (2021, p. 83). Mas seria esta visão qualitativa uma resposta viável para o problema do caráter fenomênico? Pautz sustenta que não.

3 A objeção da direcionalidade externa

Considere a experiência de ver uma *bola se movendo à direita*. Pautz (2021, p. 73; 2023) sustenta que é intuitivo que esta experiência é *essencialmente externamente direcionada* — faz parte da essência desta experiência que se o sujeito a possui, então *parece* para ele que há um objeto arredondado se movendo à direita.⁶ A experiência é *direcionada* para esta bola e esta é uma característica essencial desta experiência. Ou seja, sem tal direcionalidade esta experiência não seria *esta experiência* — não teria *estas propriedades fenomênicas*. Mesmo no caso da alucinação parece para o sujeito haver um objeto arredondado movendo-se à direita. A diferença, claro, é que neste caso não há qualquer objeto externo.

Pautz sustenta que faz parte da essência da experiência parecer que há objetos com certas *propriedades espaciais*, tais como a *redondez* e *mover-se à direita*:

[s]patial terms such as round and moving to the right will show up in a correct definition of what it is to have the orange-experience. That is, there is a correct identification of the following form: for person *x* to

⁶ Outros filósofos também defendem a tese da direcionalidade externa essencial, cf. Peacocke, 2008, p. 8-10.

have the orange-experience is for x to . . . round . . . moving to the right. (Pautz, 2023, p. 2).

Pautz propõe então a seguinte analogia. Qualquer definição bem-sucedida da bandeira do Japão deve especificar que ela é composta de um *círculo* em um fundo branco. Analogamente, qualquer definição bem-sucedida da experiência visual da bola movendo-se à direita deve especificar que ela é constituída por um objeto *arredondado* que se *move à direita*.

Faz parte da essência da experiência visual parecer ao sujeito que há objetos com certas propriedades espaciais como *redondez* e *mover-se à direita*. Pautz (2021, p. 77) defende que tal direcionalidade externa essencial é um *requisito pré-teórico* que qualquer teoria do caráter fenomênico da experiência visual deve satisfazer. Ocorre que a visão qualitativa não o satisfaz. Logo, a visão qualitativa é uma teoria inviável da experiência visual.

(P1) Uma definição correta da experiência da bola envolve as *propriedades espaciais* da *redondez* e a de *mover-se à direita*.

(P2) Mas isto não é verdade quanto ao estado neural subjacente N. Não é o caso que uma definição correta de N envolva as *propriedades espaciais* da *redondez* e a de *mover-se à direita*.

(Conclusão) Logo, a experiência da bola não é idêntica ao estado neural N, ainda que a experiência dependa sistematicamente de N.

Note que, evidentemente, os neurônios subjacentes à experiência da bola têm propriedades espaciais, e.g., as direções nas ativações dos neurônios. Mas eles não têm as propriedades espaciais adequadas requeridas, a saber, *redondez* e *mover-se à direita*. Ou seja, os neurônios subjacentes à experiência da bola não são eles mesmo redondos.

Pautz (2021, p. 341-2) oferece uma outra formulação da objeção da direcionalidade externa à visão qualitativa que enfatiza o *caráter pré-teórico* da tese da direcionalidade externa essencial:

(P1) A visão qualitativa é inconsistente com a tese da direcionalidade externa essencial da experiência visual.

(P2) Há uma razão pré-teórica muito forte para aceitar tal tese e não há nenhuma razão suficientemente forte para rejeitá-la (i.e., não há nenhum derrotador).

(Conclusão) A visão qualitativa deve ser rejeitada

Mas o que dizer das demais teorias da experiência visual? A tese da direcionalidade externa é compatível com as principais teorias da experiência visual, tais como o representacionismo, a teoria dos dados do sentido e o realismo direto (PAUTZ, 2021, p. 78-9). Por exemplo, para o representacionismo a experiência visual consiste em o sujeito ter uma certa representação de um objeto redondo movendo-se à direita. Ou seja, o representacionismo define a experiência recorrendo a termos espaciais como “redondez” e “mover-se à direita”, ao contrário da visão qualitativa.

Em suma, a visão qualitativa é a única entre as principais teorias da experiência visual que *não satisfaz* o requisito pré-teórico da direcionalidade externa essencial da experiência visual, o que justificaria a sua imediata rejeição. Seria esta objeção bem-sucedida?

4 Contra a objeção da direcionalidade externa

Como seria de se esperar, Papineau (2023, p. 356-7) rejeita que a experiência visual seja *essencialmente* externamente direcionada. Contudo, está para além do objetivo deste artigo avaliar a resposta de Papineau à objeção de Pautz, aqui a avaliaremos por outra via. Mais precisamente, avaliaremos se Pautz tem êxito em mostrar que a direcionalidade externa essencial constitui um *requisito pré-teórico* para *toda teoria* da experiência visual. Antes, contudo, dois problemas precisam ser abordados.

O primeiro problema que se levanta diz respeito ao *escopo* da tese da direcionalidade externa essencial. Pautz é cauteloso e se limita a se comprometer com a tese que *algumas* experiências visuais têm direcionalidade externa essencial, sem asserir que este é o caso para todas: “[i]t is part of the essence of *some types of visual experiences* that in having those visual experiences it seems that there are objects with certain spatial features.” (2021, p. 74, grifo nosso). Pautz, contudo, não se aprofunda nesta questão. Aqui cremos haver *três escopos possíveis*: (i) *todas* as experiências têm direcionalidade externa, sendo *todas* de maneira *essencial*; (ii) *todas* as experiências têm direcionalidade externa, mas *algumas* não a tem de maneira *essencial*; (iii) *nem todas* as experiências têm direcionalidade externa, mas *aquelas* experiências externamente direcionadas a são de maneira *essencial*.⁷ Contudo, aqui não avaliaremos a viabilidade destes escopos. No que se segue assumiremos que há uma *subclasse* de experiências visuais que tem direcionalidade externa e avaliaremos se tais experiências têm direcionalidade externa *essencial*. É esta versão mais fraca da tese da direcionalidade externa essencial de Pautz que avaliaremos.

A segunda questão diz respeito à noção de essencialidade envolvida na tese da direcionalidade externa essencial. Pautz a caracteriza modalmente, utilizando os termos “necessário” e “essencial” intercambiavelmente, de modo que a tese que experiências visuais têm direcionalidade externa *essencial* torna-se equivalente à tese que elas têm direcionalidade externa *necessária*.⁸ Evidentemente, pode-se objetar que tais

⁷ Poder-se-ia propor que haveria ainda uma quarta possibilidade: *nem todas* as experiências visuais têm direcionalidade externa e *nenhuma* daquelas experiências externamente direcionadas o são de maneira *essencial*. O problema, claro, é que isto é a negação da própria tese da direcionalidade externa essencial, afinal neste caso *nenhuma* experiência visual tem direcionalidade externa essencial.

⁸ “[I]magine that you have an experience as of a tomato on a white table. You know simply by reflecting on what the experience is like that it is *essentially* externally directed. To a first approximation, *by this I mean that, necessarily*, if you have this type of experience, then you in some sense have an experience of a red and round thing in

teses não se equivalem, ou seja, que asserir que a experiência visual é *essencialmente* externamente direcionada é diferente de asserir que ela é *necessariamente* externamente direcionada. Contudo, para efeitos meramente argumentativos, aqui seguiremos Pautz e assumiremos que as noções de essencialidade e necessidade são equivalentes.

O problema fundamental da objeção de Pautz é implicar, a partir da direcionalidade externa de certas experiências visuais, que tal direcionalidade externa é (i) *essencial* para o caráter fenomênico da experiência visual e (ii) constitui um *requisito pré-teórico* para toda teoria da experiência visual. Vejamos o porquê disto ser problemático.

Pautz argumenta que a tese da direcionalidade externa essencial se baseia na *pura reflexão* quanto ao caráter fenomênico de certas experiências: “[i]t just seems to be an obvious description of the phenomenological character of some types of experience” (2021, p. 75). Ocorre que isto é insuficiente para mostrar que a objeção da direcionalidade externa é bem-sucedida. É perfeitamente possível rejeitar que *seja óbvio* que a *pura reflexão* revela a direcionalidade externa essencial de tais experiências. Para tanto, basta replicar que tal direcionalidade externa não é essencial, mas contingente, e que a pura reflexão quanto ao caráter fenomênico destas experiências em nada contradiz isso. Neste caso, claro, caberia a Pautz demonstrar o porquê de ser óbvio de certas experiências terem direcionalidade externa essencial.

É intuitivo que as propriedades representacionais das experiências visuais têm direcionalidade externa essencial, afinal como visualmente representar a bola movendo-se à direita sem estar externamente direcionado para esta bola? A representação visual da bola representa suas propriedades espaciais, tal como a redondez. Contudo, não se pode inferir que assim como as propriedades representacionais desta experiência têm direcionalidade externa essencial, suas propriedades

space.” (Pautz 2021, p. 6; grifo nosso). Pautz posteriormente esclarece esta concepção modal de essencialidade, cf. 2021, p. 73, 76.

fenomênicas também têm direcionalidade externa essencial. Tal analogia não é direta e precisa ser plenamente justificada.

No mundo atual as propriedades fenomênicas são sempre conectadas a propriedades representacionais, de modo que qualquer estado que instancie as primeiras, também instancia as segundas. Contudo, como argumenta o próprio Papineau (2021, p. 31) não se segue desta conexão que haja uma *conexão essencial* ou *necessária* entre propriedades fenomênicas e propriedades representacionais. Talvez seja possível haver situações nas quais haja a instanciação de propriedades fenomênicas sem a correspondente instanciação de propriedades representacionais.

Por exemplo, considere o experimento de pensamento do *cérebro cósmico* (uma variação do cérebro numa cuba): uma duplicata perfeita do meu cérebro que surge por acaso no espaço interestelar. Papineau argumenta que o cérebro cósmico compartilha todas as minhas propriedades fenomênicas, mas não minhas propriedades representacionais (2021). Evidentemente, este é um debate em aberto. Contra Papineau, pode-se argumentar que o cérebro cósmico não instancia qualquer propriedade fenomênica, ou que instancia tanto propriedades fenomênicas como propriedades representacionais. De todo modo, o cérebro cósmico seria um potencial candidato a um caso no qual há a instanciação de propriedades fenomênicas, mas não de propriedades representacionais.

O desafio para Pautz é mostrar que propriedades fenomênicas têm direcionalidade externa essencial *sem assumir de antemão* qualquer teoria da experiência visual. O problema é que para tanto é preciso mostrar que a direcionalidade externa essencial ocorre não apenas para as propriedades representacionais — o que é inegavelmente intuitivo — mas também para as propriedades fenomênicas.

Em suma, para que a objeção da direcionalidade externa à visão qualitativa seja viável, Pautz precisa mostrar, *no nível pré-teórico*, que as propriedades fenomênicas têm direcionalidade externa essencial, não

simplesmente assumir isto se baseando no fato que *propriedades representacionais* têm direcionalidade externa essencial ou se baseando na *pura reflexão* quanto ao caráter fenomênico de certas experiências.

Por fim, note que na dialética deste debate o *ônus* de argumentar que a direcionalidade externa essencial constitui um requisito pré-teórico recai sobre Pautz, não sobre os defensores da visão qualitativa. Afinal de contas, é ele quem propõe que a direcionalidade externa essencial constitui um *requisito pré-teórico* para toda teoria da experiência visual. Mas parafraseando Carl Sagan, afirmações extraordinárias exigem argumentos extraordinários (1974, p. 83), e Pautz falha em fornecê-los para sua tese que a direcionalidade externa essencial constitui tal requisito. Até que isto tenha sido feito, não podemos simplesmente assumir que a direcionalidade externa essencial seja um requisito pré-teórico. Logo, a objeção da direcionalidade externa falha em demonstrar a inviabilidade da visão qualitativa.

5 Considerações finais

Neste breve artigo defendemos que a objeção da direcionalidade externa à visão qualitativa é falha. Não está dado que certas experiências visuais tenham direcionalidade externa *essencial* — em contraste com uma direcionalidade meramente *contingente* — nem que a direcionalidade externa essencial constitui um requisito pré-teórico para toda experiência visual. A argumentação de Pautz falha em sustentar ambas as teses. Finalmente, é preciso sublinhar que aqui não estamos nos comprometendo com a tese que nenhuma experiência visual tenha direcionalidade externa essencial, mas apenas com a tese que Pautz falha em demonstrar, no nível pré-teórico, que certas experiências têm direcionalidade externa essencial.

Diante disto, diversos problemas continuam de pé. Primeiro, qual o *escopo* da direcionalidade externa da experiência visual? *Todas* as experiências visuais têm direcionalidade externa ou apenas *algumas*?

Mesmo assumindo a tese muito plausível que certas experiências visuais são externamente direcionadas, seria tal direcionalidade *essencial ou não* para estas experiências? Segundo, qual a relação entre as *propriedades fenomênicas* e *representacionais* da experiência visual? Por fim, qual a *viabilidade* da visão qualitativa enquanto teoria da experiência visual, *para além* do debate quanto à objeção da direcionalidade externa? Estes são problemas fundamentais que precisam ser respondidos, mas deles trataremos em outra oportunidade.

Referências

- BLOCK, Ned. Arguments Pro and Con on Adam Pautz's External Directedness Principle. In: A. Pautz and D. Stoljar (eds.), *Blockheads!*, Cambridge, MA: MIT Press, 2019, p. 421-6.
- DEHAENE, Stanislas. *Consciousness and the Brain – Deciphering how the Brain Codes Our Thoughts*. New York: Penguin, 2014.
- DRETSKE, Fred. *Naturalizing the Mind*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.
- HARDIN, C. L. *Color for Philosophers: Unweaving the Rainbow*. Indianapolis: Hackett, 1988.
- LEE, Geoff. *The Search for the Inner Light: Explanation and Objectivity in the Study of Consciousness*. Manuscrito não publicado, 2020.
- LYCAN, William. *Consciousness and Experience*. Cambridge, MA: Bradford Books, 1996.
- LYCAN, William. Representational Theories of Consciousness. *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2023 Edition). Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2023/entries/consciousness-representational/>.
- McLAUGHLIN, B. Hill on Phenomenal Consciousness. *Philosophical Studies*, 173, p. 851-860, 2016.
- PAPINEAU, D. *The Metaphysics of Sensory Experience*. Oxford: Oxford University Press, 2021.

- PAPINEAU, D. Responses to Mendelovici, Pautz and Byrne. In: Kriegel (ed.). *Oxford Studies in Philosophy of Mind – Vol. 3*, Oxford: Oxford University Press, 2023, p. 352-65.
- PAUTZ, A. *Perception*. London: Routledge, 2021.
- PAUTZ, A. An Argument Against Papineau’s Qualitative View of Sensory Experience. In: Kriegel (ed.). *Oxford Studies in Philosophy of Mind – Vol. 3*, Oxford: Oxford University Press, 2023, p. 339-51.
- PEACOCKE, C. Sensational Properties: Theses to Accept and Theses to Reject. *Revue Internationale de Philosophie*, 62, p. 7-24, 2008.
- PEREIRA, Roberto Horácio & SOUZA FILHO, Sérgio. Book Review: The Metaphysics of Sensory Experience, by David Papineau. *Manuscrito*, 45, 2, p. 267-76, 2022.
- POLGER, Thomas. *Natural Minds*. Cambridge, MA: MIT Press, 2004.
- PUTNAM, Hillary & JACOBSON, Hilla. The Needlessness of Adverbialism, Attributeism and its Compatibility with Cognitive Science. *Philosophia*, 42, p. 555-570, 2014.
- SAGAN, Carl. *Broca’s Brain: Reflections on the Romance of Science*. New York: Presidio Press, 1974.
- SMART, J. C. Sensations and Brain Processes. *The Philosophical Review*, 68: p. 141-156, 1959.
- TYE, Michael. *Ten Problems of Consciousness*. Cambridge, MA: Bradford Books, 1995.

Autoconsciência e a unidade da experiência consciente em Franz Brentano e John Searle¹

Tárik de Athayde Prata²

DOI: <https://doi.org/10.58942/eqs.209.08>

1 Introdução

Um dos mais influentes filósofos analíticos das últimas décadas³, John Rogers Searle (1932-) fez diversas contribuições à filosofia da linguagem — cf. Searle (1969); Searle (1979) — e a aquela que se pode ser chamada de “filosofia dos fenômenos sociais” (Gilbert, 2007, p. 31) — cf. Searle (1990a); Searle (1995); Searle (2010).

Mas também na filosofia da mente⁴ suas ideias — cf. (1980); Searle (1990b); Searle (1992); Searle (2004) Searle (2015) — receberam

¹ O presente trabalho é um resultado de meu estágio de pesquisa (2022-2023) no Departamento de Filosofia da University College Cork (Irlanda). Gostaria de agradecer aos meus colegas na Universidade Federal de Pernambuco, por sua concordância com meu afastamento, e ao Prof. Dr. Alessandro Salice por seu convite e pela sua calorosa acolhida em Cork. Gostaria, ainda, de agradecer aos colegas do GT de Filosofia da mente e da Informação, que no Encontro da ANPOF no Recife (2024), propiciaram um proveitoso debate sobre o presente trabalho.

² Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco.

³ Sobre a influência de Searle nas diversas áreas da filosofia, mencionadas a seguir, cf., por exemplo, Lepore & van Gulick (1991); Fotion (2000); Vanderveken (2001); Grewendorf & Meggle (2002); Smith (2003); Tsohatzidis (2007a); Tsohatzidis (2007b) e Salice (2015).

⁴ Nesse último campo ele exerceu grande influência como um dos principais críticos do modelo computacional da mente. Sobre isso, cf. Preston & Bishop (2002) e Moural (2003).

grande atenção, ainda que seus pontos de vista positivos sobre a ontologia da mente — o assim chamado “naturalismo biológico” (Searle, 1983, p. 264; Searle, 1992, p. 1) — tenha recebido ferozes críticas.⁵

E em sua concepção da mente, a consciência é o assunto mais importante, pois ela é vista por ele como o *fenômeno mental central* — cf. Searle (1990b, p. 585); Searle (1992, p. 84) —, porque todos os fenômenos mentais só poderiam ser concebidos como propriamente mentais por meio de suas relações com a consciência.

Mas em suas elaborações sobre a consciência, Searle mostra uma atitude *ambígua* em relação a um assunto que tem sido intensivamente discutido nos últimos anos — cf. Frank (1991); Frank (2015); Kriegel (2002); Kriegel (2003a); Kriegel (2004); Zahavi (2004); Miguens, et. al. (2016) —, a saber, o conceito de *autoconsciência*.

Em alguns contextos ele *nega* qualquer implicação entre consciência e autoconsciência⁶, enquanto em outros contextos ele *concede* que há um sentido peculiar no qual essa implicação existe.

No presente trabalho, pretendo elucidar (em suas *características* assim como em suas *dificuldades*) a concepção de *autoconsciência* de Searle, estreitamente ligada à noção da *unidade da consciência*, através de uma comparação com as concepções do filósofo alemão Franz Brentano (1838-1917), pensador que exerceu enorme influência na virada do século XIX para o século XX — cf. Jacquette (2004, p. 5) e Porta (2014, p. 7).

⁵ Para a discussão de alguns problemas do naturalismo biológico, cf. Prata (2008), Prata (2011), Prata (2012a), Prata (2012b) e Prata (2021).

⁶ “Formas de consciência tais como sentir uma dor não necessariamente envolvem uma consciência do eu [*self*] enquanto um eu.” (Searle, 2002a, p. 22). “Consciência, assim definida, não implica autoconsciência. É possível estar consciente sem ter uma consciência de ordem superior de uma consciência inferior.” (Searle, 2007, p. 170; cf. também Searle, 1999, p. 73). Em cada uma dessas citações, Searle parece ter em mente, respectivamente, os conceitos (a₁) e (a₂), que serão explicados na seção 2, a seguir.

A despeito de algumas diferenças muito significativas entre os dois filósofos⁷, é verdade não apenas que ambos abordaram alguns importantes assuntos em comum — como consciência, intencionalidade, a unidade da experiência consciente, etc. — mas também que ambos viam a *autoconsciência* como uma consequência da *unidade da consciência*. E o meu esforço será reconstruir (suscintamente) os pontos de vista de Brentano e usá-los como um ponto de referência para elucidar as ideias mais genéricas e obscuras de Searle.

Aliás, é digno de nota que existe até mesmo uma influência *indireta* de Brentano sobre os pontos de vista de Searle a respeito da *autoconsciência*, pois, em sua discussão desse assunto, Searle (1992, p. 252, nota de rodapé nº 4) menciona o influente artigo de David Wodruff Smith “*The Structure of (Self-)Consciousness*” (1986), um artigo no qual as ideias de Brentano desempenham um importante papel.

A utilidade de se tentar elucidar a concepção de Searle sobre a *autoconsciência* a partir do ponto de vista da teoria de Brentano sobre a *unidade da consciência* se torna especialmente clara quando percebemos que, enquanto Brentano operou numerosas considerações sobre a relação entre *partes* e *todos* — cf. Baumgartner & Simons (1994); Kriegel (2016); Kriegel (2018) e Salice (2017), Searle não apenas parece *ignorar* as discussões filosóficas sobre esse assunto, mas também *coloca em dúvida* que a relação entre (a) estados mentais singulares e (b) o campo

⁷ Brentano sustenta que existe uma *diferença essencial* entre o mental e o físico — porque só os fenômenos mentais são intencionais (cf. Brentano, 1924, p. 125; 1995, p. 89) — enquanto Searle sustenta um *naturalismo biológico*, de acordo com o qual os fenômenos mentais são *causados* e *realizados* no cérebro (cf. Searle, 1992, p. 1; Searle, 2002a, p. 8-9; Searle, 2002b, p. 57). Brentano pensa que todos os fenômenos mentais são intencionais (cf. Brentano, 1924, p. 124; 1995, p. 88), enquanto Searle vê algumas exceções — alguns fenômenos mentais que *não* são intencionais (cf. Searle, 1983, p. 1; Searle, 1992, p. 130). Brentano enfatiza o caráter *representacional* da consciência (cf. Brentano, 1924, p. 112; 1995, p. 80), enquanto Searle vê o caráter *qualitativo* como a característica essencial da consciência (cf. Searle, 2015, p. 47), e sustenta que estados intencionais são essencialmente *conectados* com a consciência qualitativa (cf. Searle, 1989, p. 195-96; Searle, 1990b, p. 586; Searle, 1992, p. 20).

unificado de consciência seja uma relação parte-todo⁸, sustentando um estranho tipo de *holismo*, que não é fácil de compreender.

Portanto, explicar a concepção nebulosa de Searle sobre a consciência e a autoconsciência do ponto de vista das considerações mereológicas de Brentano parece muito interessante e potencialmente elucidativo.

Após um exame das concepções de consciência e autoconsciência no pensamento de Searle, e de algumas questões que essas concepções parecem deixar sem resposta — os tópicos (1), (2) e (3) — (cf. a seção 2, a seguir), será feito um exame de algumas importantes concepções de Brentano — os tópicos (1'), (2') e (3') — que parecem oferecer perspectivas mais promissoras (do que as oferecidas por Searle) para aquelas questões (cf. a seção 3).

Em seguida, será examinada a argumentação de Brentano a favor da tese de uma *unidade* (ou *fusão*) entre as representações de objetos externos e uma peculiar representação dos fenômenos mentais (que representam esses objetos) como um todo (cf. a seção 4).

Por fim, será feita uma rápida consideração a respeito da grande disparidade entre as concepções *mereológicas* (concepções a respeito das relações entre *partes* e *todos*) de Searle e Brentano, de modo a evidenciar a imensa superioridade da concepção do filósofo alemão (cf. a seção 5).

2 Consciência e autoconsciência na perspectiva de Searle

De acordo com Searle (2015, p. 47), a característica mais essencial da consciência é o que podemos chamar de seu (A) *caráter*

⁸ Embora algumas vezes ele recaia nesse modo de entender o assunto: “Nada seria consciente se não fosse *parte* [grifo meu] de um campo unificado de consciência.” (Searle, 1999, p. 82). “Os mecanismos no cérebro que criam todo o campo unificado de consciência onírica criam a minha experiência do vermelho como *parte* [grifo meu] do campo.” (Searle, 2004, p. 155).

qualitativo, em outras palavras, o modo peculiar “como é” sentir nossos estados conscientes — cf. Nagel (1974).

Ele sustenta que essa “qualitatividade” [*qualitativeness*] implica a (B) *subjetividade* da consciência⁹, pois a existência de quaisquer qualidades requer a existência de um *sujeito* que as sente — cf. Searle (2002a, p. 40); Searle (2004, p. 134-135).¹⁰

E a combinação de “qualitatividade” e subjetividade, por sua vez, implica a (C) *unidade* da experiência consciente, porque o único modo como um estado mental pode ter essas duas características é sendo unificado com todos os outros estados mentais nos quais uma pessoa se encontra em um dado momento — cf. Searle (2002a, p. 41); Searle (2004, p. 137).¹¹

A aparente incoerência de Searle, ao *negar* — cf. Searle (1999, p. 73); Searle (2002, p. 22) e Searle (2007, p. 170) — e *afirmar* — cf. Searle (1992, p. 143) — a implicação entre consciência e autoconsciência pode ser dissolvida se nós notarmos que ele faz essas alegações, aparentemente contraditórias, acerca da autoconsciência contra o pano de fundo de uma distinção entre conceitos de (a) *senso comum* e conceitos (b) *técnicos* de autoconsciência. Seu ponto é que estados conscientes implicam autoconsciência apenas em um sentido técnico altamente sofisticado.

Distinguindo entre dois tipos de conceitos de senso comum de autoconsciência, a saber: (a₁) consciência de nós mesmos enquanto *personas* e (a₂) consciência de nossos próprios *estados mentais* — cf. Searle

⁹ Essa é uma subjetividade *ontológica*, e não uma subjetividade *epistêmica*, uma vez que se trata de uma subjetividade do modo de existência — cf. Searle (2002a, pp. 39-40) —, uma subjetividade que leva à *irreducibilidade ontológica* dos fenômenos mentais — cf. Searle (1992, p. 117); Searle (2002a, p. 33); Searle (2002b, p. 60); Searle (2004, p. 113) e Searle (2007, p. 170). Sobre a distinção entre subjetividade *ontológica* e *epistêmica*, cf. Prata (2007).

¹⁰ Para uma perspectiva semelhante a essa, cf. Zahavi & Kriegel (2015).

¹¹ Sobre a visão de Searle da consciência como um campo unificado de subjetividade qualitativa, cf. Prata (2017a) e Prata (2017b).

(1992, p. 142) —, ele nega que a consciência implique autoconsciência nesses dois sentidos.

Entretanto, assumindo a distinção entre o (I) *centro* e a (II) *periferia* da atenção dentro da unidade da consciência, de tal maneira que “nós sempre podemos deslocar nossa atenção dos objetos no centro da nossa atenção para aqueles na periferia, de tal modo que o que antes era periférico se torna central” (Searle, 1992, p. 143), Searle reconhece que todos os estados conscientes implicam autoconsciência no sentido técnico de que: “Em qualquer estado consciente, nós podemos deslocar nossa atenção para o próprio estado.” (Ibid., p. 143).

Nossa habilidade de deslocar nossa atenção através de nosso campo consciente implica um tipo especial de autoconsciência, pois do mesmo modo que podemos deslocar nossa atenção de um objeto externo para o outro, também podemos deslocar nossa atenção dos objetos da experiência consciente para a *própria experiência*, de modo que sempre podemos nos tornar atentamente conscientes de experiências que antes eram periféricas, o que é um sentido legítimo de “autoconsciência” para Searle.

Me parece que a concepção de autoconsciência de Searle — estreitamente ligada com a unidade da experiência consciente — pode ser resumida como se segue:

(i) A consciência existe como um *campo unificado* de subjetividade qualitativa — cf. Searle (1992, p. 129-30); Searle (1999, p. 74-75); Searle (2002a, p. 11-12, p. 39-42, p. 54-56) e Searle (2004, p. 134-138).

(ii) Há uma distinção entre o *centro* e a *periferia* da atenção dentro do campo consciente — cf. Searle (1992, p. 137-139); Searle (1999, p. 78); Searle (2002a, p. 12-13, p. 44) e Searle (2004, p. 140-141).

(iii) Em consequência de tal distinção, todos os estados conscientes são *autoconscientes* no sentido de que nós sempre podemos deslocar nossa atenção dos objetos externos para os *próprios* estados conscientes — cf. Searle (1992, p. 143).

Assim, a autoconsciência aparece como uma *consequência* da unidade da experiência consciente, uma vez que ambos, o centro e a periferia da atenção estão *integrados*¹² ao campo consciente unificado (o qual constitui um *todo* complexo).

Entretanto, tal concepção de autoconsciência tem muitos aspectos nebulosos, e quando a examinamos cuidadosamente, diversas questões teóricas muito difíceis se impõem:

(1) Qual é a *estrutura* geral do campo consciente unificado? As colocações de Searle sobre esse assunto são muito vagas, — cf. Searle (1992, p. 132-133); Searle (1999, p. 77-78) e Searle (2002a, p. 13, p. 45) —, e ele parece deixar o ônus de uma explicação mais detalhada para uma neurociência do futuro — cf. Searle (2002a, p. 55-56) e Searle (2004, p. 154-55).

(2) Qual é o *mecanismo* de nossa consciência de nossos próprios estados mentais? Searle fala vagamente sobre a nossa capacidade de dirigir um de nossos estados mentais sobre outros — cf. Searle (1992, p. 144) e Searle (1999, p. 73) — mas não explica *como exatamente* isso ocorre.

(3) E quanto à distinção extremamente importante entre autoconsciência *reflexiva* e *pré-reflexiva*? Searle parece até mesmo desconsiderar tal distinção, embora ela me parece ser implicada pela diferença entre o centro e a periferia da atenção.¹³

3 As contribuições de Franz Brentano

Na minha tentativa de elucidar a concepção de autoconsciência de Searle — abordando as questões (1), (2) e (3), elencadas acima —,

¹² Curiosamente, Searle (2002a, p. 55) especula que, talvez, a relação entre (a) os fenômenos mentais e (b) a consciência *não seja* uma relação parte-todo, como veremos a seguir.

¹³ Algum tempo atrás eu sustentei que: “Minha leitura é que, se eles podem se tornar, a qualquer instante, o centro das atenções, isso significa que eles são apreendidos implicitamente, sem qualquer reflexão, o que constitui, portanto, uma forma de autoconsciência pré-reflexiva.” (Prata, 2017a, pp. 446-447).

proponho compará-la com os pontos de vista de Brentano, que nos deu uma concepção muito mais desenvolvida sobre esses assuntos — e outros estreitamente relacionados — e cujas contribuições filosóficas tem recebido uma enorme atenção no debate contemporâneo sobre a consciência — cf. Thomasson (2000); Hossack (2002); Zahavi (2004) e Textor (2006).

É importante perceber que Brentano:

(1') Argumentou não somente a favor da *unidade* de todos os fenômenos mentais com nossa consciência desses fenômenos — cf. Brentano (1924, p. 179-180, p. 221; 1995, p. 127, p. 155)¹⁴ —, mas também para a *unidade real* de todos os diversos fenômenos mentais que nós vivenciamos a cada momento dado — cf. Brentano (1924, p. 225-227; 1995, p. 158-160) —, desse modo nos fornecendo uma concepção mais detalhada do que a de Searle sobre essa unidade; além disso

(2') Explicou nossa consciência de nossos próprios fenômenos mentais em termos da conexão indissolúvel entre (a) uma *representação* de um objeto externo, (b) uma *representação* do próprio fenômeno mental em sua totalidade — cf. Brentano (1924, p. 179-80; 1995, p. 127) —, (c) uma *cognição* do próprio fenômeno mental e (d) um *sentimento* dirigido a ele¹⁵ — cf. Brentano (1924, p. 218-19; 1995, p. 154). Assim, ele nos deu uma explicação pioneira da consciência como uma *característica intrínseca* dos fenômenos mentais — cf. Rosenthal (2009, p. 158) —; e ainda

(3') Estava totalmente ciente da diferença entre (i) uma *observação* interna — que ele via como algo impossível — cf. Brentano (1924, p. 40-41, p. 180; 1995, p. 29, p. 128)¹⁶ —, e (ii) uma *percepção* interna, que ele via como a fonte última de todo o nosso conhecimento psicológico — cf. Brentano (1924, p. 40; 1995, p. 29) —, uma diferença que me parece

¹⁴ Cf. Zahavi (2004, p. 72), Zahavi (2006, p. 2); Textor (2006, p. 420); Prata (2016, p. 51-53).

¹⁵ Na segunda edição de *Psicologia do ponto de vista empírico*, Brentano abandonou o ponto de vista de que há um sentimento acompanhando todos os estados mentais (cf. Textor, 2006, p. 414).

¹⁶ De acordo com ele, a observação interna só é possível *indiretamente*, através da medição da *memória* (cf. Brentano, 1924, p. 48; Brentano, 1995, p. 34).

corresponder aproximadamente à distinção entre autoconsciência *reflexiva* e *pré-reflexiva*.

Portanto, entendendo que Brentano ofereceu possíveis respostas às três questões mencionadas no final da seção anterior.

Por motivos de espaço, terei de deixar de lado, no presente trabalho, o item (3') acima — para uma discussão a esse respeito, cf. Prata (2016). No restante do texto, irei me concentrar nos itens (1') e (2'), especialmente na argumentação oferecida por Brentano para a tese de uma *fusão* [*Verschmelzung*] entre (a) a *representação* de um objeto externo, (b) uma *representação* do próprio fenômeno mental como um todo — cf. Brentano (1924, p. 179-80; 1995, p. 127).

4 A unidade de nossos fenômenos mentais com a nossa consciência desses fenômenos

No tocante à contribuição teórica de Searle para nossa compreensão da *unidade* entre (a) nossos fenômenos mentais e (b) nossa consciência desses fenômenos, há muito pouco a dizer, pois a concepção dele a esse respeito é de uma pobreza flagrante.

Searle (2002a, p. 56; Searle, 2004, p. 155) se limita a especular que nossos fenômenos mentais são *modificações* do campo unificado de consciência qualitativa e subjetiva.

No caso de Brentano, a situação é bem diferente, pois ele oferece argumentos não apenas para (1') a *unidade* de todos os fenômenos mentais com nossa consciência desses fenômenos — cf. Brentano (1924, p. 179-180, p. 221; 1995, p. 127, p. 155) — mas também para a *unidade real* de todos os diversos fenômenos mentais que nós vivenciamos a cada momento dado — cf. Brentano (1924, p. 225-227; 1995, p. 158-160).

Na presente seção, vou me restringir à apresentação e discussão do argumento a favor da concepção da consciência interna (nossa

consciência de nossos próprios fenômenos mentais) enquanto uma *fusão* de representações.

A concepção de Brentano a respeito da estrutura da consciência interna aparece, em sua *Psicologia de um ponto de vista empírico*, no contexto da sua tentativa de refutar a tese da existência de fenômenos mentais inconscientes. Ele elabora réplicas a quatro argumentos que ele encontra na literatura psicológica/filosófica — cf. Brentano (1924, p. 147-48; 1995, p. 105) —, a saber:

- (1) O argumento das *causas* inconscientes;
- (2) O argumento dos *efeitos* inconscientes;
- (3) O argumento da *relação funcional* entre (a) a *intensidade* de um fenômeno mental e a *nossa consciência dele*, bem como
- (4) O argumento do *regresso ao infinito*.¹⁷

É em sua discussão desse último argumento que surge sua teoria da consciência interna. De acordo com os proponentes desse argumento — cf. Brentano (1924, p. 170-71; 1995, p. 121-22) —, se:

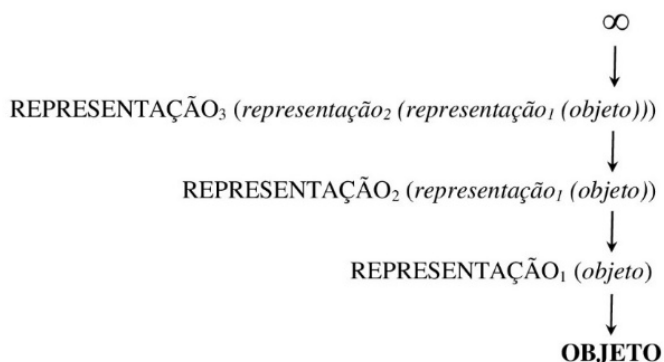
- (1) toda consciência de um objeto depende de uma *representação* desse objeto, e se assumirmos que
- (2) não há nenhuma *representação inconsciente*, então temos que concluir que
- (3) toda representação de algo tem que ser acompanhada por uma representação dessa representação, o que nos conduziria a um (absurdo) *regresso ao infinito*.

Essa situação, completamente *contrária* à nossa experiência¹⁸ e, na verdade, *impossível*¹⁹, pode ser representada através da seguinte figura:

¹⁷ Para algumas considerações a respeito desses argumentos, cf. Krantz, (1990, pp. 746-747), Tassone (2012, pp. 124-129), Prata (2023, pp. 59-60, pp. 63-68) e Prata (2024a, pp. 165-167).

¹⁸ Ela contraria nossa experiência porque *não temos* a experiência de infinitas representações acompanhando cada um de nossos fenômenos mentais.

¹⁹ Ela é impossível, pois não *poderíamos ter* tal experiência, cf. Thomasson (2000, p. 191), por causa da essencial *limitação*, ou *finitude*, de nossa experiência consciente.



Para evitar o regresso ao infinito, sem aceitar uma representação inconsciente que interrompa esse regresso, Brentano recorre aos indícios de nossa experiência interna. Ele propõe que nós determinemos (a) o número de *representações* envolvidas em um fenômeno mental consciente, não pelo (b) número de *objetos* envolvidos, mas sim pelo (c) número de *atos mentais* — cf. Brentano (1924, p. 177; 1995, p. 127).

Se escolhêssemos determinar (a) o número de *representações* pelo (b) número de *objetos*, isso levaria a uma *multiplicação* das representações, pois se representação A e a representação B se dirigem a objetos diferentes — digamos, o objeto *a* e o objeto *b* — então a diferença dos objetos ($a \neq b$) implicaria a diferença das representações ($A \neq B$) — cf. Textor (2006, p. 417).

E se as representações — A e B — são distintas, cada uma delas precisa de uma representação ulterior, para poder ser uma representação consciente (dotada da propriedade de ser uma representação consciente), o que já desencadeia o regresso.

Por outro lado, se escolhermos determinar o número de (a) *representações* pelo número de (c) *atos mentais*, essa multiplicação já não está implicada.

E é nesse ponto que o filósofo alemão recorre aos indícios de nossa experiência interna pois, segundo ele, essa nossa experiência imediata de nossos próprios fenômenos mentais mostra indubitavelmente que a representação de um fenômeno físico (como um som) está

conectada de um modo tão peculiarmente íntimo à representação dessa representação do fenômeno físico, que ela *contribui internamente* para o ser desta última [*innerlich zum Sein der anderen beiträgt*]. O resultado é que as duas representações pertenceriam a *um único* ato mental — cf. Brentano (1924, p. 179; 1995, p. 127).²⁰

Considerando diversas tentativas de representação pictórica da teoria de Brentano sobre a estrutura da consciência interna²¹, proponho representar essa teoria através da seguinte figura:



Enquanto a seta reta, indicada pelo número “1”, substitui, nessa figura, a representação do objeto físico, a seta curva, indicada pelo número “2”, substitui, nessa figura, a representação daquela primeira representação.

Ambas são aspectos inseparáveis de um mesmo fenômeno mental, mas que nós somos capazes de dividir conceitualmente [*begriﬄich zergliedern*] — cf. Brentano (1924, p. 179; 1995, p. 127) —, ou seja, distinguir pelo pensamento.

²⁰ Para análises mais detalhadas do argumento de Brentano contra o regresso ao infinito, cf. Prata (2024a, pp. 167-178) e Prata (2024b, pp. 89-93).

²¹ Cf. Kriegel (2002, p. 525); Kriegel (2016, p. 3); Jacquette (2004, p. 101); Textor (2017, p. 5); Prata (2023, p. 67); Prata (2024a, p. 178) e Prata (2024b, p. 92).

A unidade desses dois tipos de representação — a representação do objeto e sua representação acompanhante — nos conduz ao problema das relações entre *partes* e *todos*.

5 Sobre as relações entre *partes* e *todos*

Searle alega pretender evitar a “metáfora” da parte-todo, assim como a metáfora do prosaíco — cf. Searle (1999, p. 81-82) e Searle (2002a, p. 55) —, pois ele pensa que é mais promissor conceber os fenômenos mentais conscientes como *modificações* do campo consciente unificado.

Como coloca Searle (2004, p. 155): “Deveríamos pensar os estímulos perceptivos não como criando blocos de construção da consciência, mas como produzindo protuberâncias e depressões no campo consciente que já existe antes de termos essas percepções.”

Negando que o campo consciente unificado tenha *partes*, ele alega que: “Não há nenhuma boa razão para supor que a unidade da consciência é uma matéria de combinar elementos, que a consciência é montada a partir de componentes separados como um carro ou uma casa.” (Searle, 1999, p. 81).

Embora ele conceda que o ponto de vista de que os fenômenos mentais são *modificações* do campo consciente — não *partes* dele — é uma simples hipótese²², me parece muito problemático caracterizar a noção de uma relação *parte-todo* como uma mera “metáfora” a respeito da conexão entre (a) fenômenos mentais singulares e (b) a unidade da consciência.

²² “Se esta é a maneira certa de ver as coisas (e, de novo, esta é uma hipótese minha, nada mais)...” (Searle, 2002a, p. 55). “Penso que a abordagem do campo unificado é mais provável de ser bem-sucedida...” (Searle, 2004, p. 155).

Isso é problemático porque sugere que a relação parte-todo existe apenas em objetos físicos, como carros e casas, quando, na verdade, ela pode ser aplicada em *diferentes contextos*.

Por exemplo, em suas *Lições de metafísica*, Brentano distinguiu entre (a) partes físicas, (b) partes lógicas (c) partes metafísicas — cf. Baumgartner & Simons (1994, p. 62) e Salice (2017, p. 120-121).

Além disso, em sua *Psicologia descritiva*, ele distinguiu entre (i) partes *separáveis* — que podem ser realmente separadas do todo ao qual elas pertencem — e (ii) partes *distintacionais* — que podem ser distinguidas do todo ao qual elas pertencem apenas no pensamento — cf. Kriegel (2016, p. 9); Kriegel (2018, p. 34); Salice (2017, p. 122).²³

Além disso, no caso dos fenômenos mentais, não é meramente metafórico dizer, por exemplo, que uma dada sensação é *parte* de uma percepção, ou que uma representação singular de um objeto é *parte* de uma representação complexa de um estado de coisas.

De fato, a caracterização de Searle da consciência como uma propriedade “superficial” (Searle, 1983, p. 265-66), “global” (Searle, 1984, p. 20) ou uma “característica sistêmica” (Searle, 1992, p. 111; Searle, 2002a, p. 9) dos cérebros — mais precisamente, uma “característica sistêmica causalmente emergente” (Searle, 1992, p. 111)²⁴ da atividade cerebral — implica algum tipo de relação entre *partes* e *todos*.

No que diz respeito a tais propriedades, é evidente a diferença entre (a) o nível *superior* no qual a consciência existe (o nível do sistema como um *tudo*) e (b) o nível *inferior* no qual existem incontáveis atividades cerebrais diferentes (dada a enorme complexidade subjacente dos processos cerebrais envolvidos).

²³ A distinção entre partes (i) separáveis e (ii) distintacionais me parece estar ligada à distinção mais geral entre o (I) real [*real*] ou efetivo [*wirklich*] e o meramente (II) intencional ou distintacional — cf. Baumgartner & Simons (1994, p. 68).

²⁴ Sobre o debate filosófico e científico a respeito do conceito de emergência, cf. Bedau & Humphreys (2008).

Desse modo, a noção de propriedades globais, ou sistêmicas, implica algum tipo de relação entre o *todo* e seus *constituintes*.

De fato, em diversos contextos, Searle dá descrições curtas daquilo que ele chama “estrutura gestáltica da consciência” — cf. Searle (1992, p. 132-33); Searle (1999, p. 77-78) e Searle (2002a, p. 13, p. 45) — sugerindo, desse modo, algum tipo de estrutura de parte e todo, por exemplo, quando ele reconhece que “nós estruturamos nossas experiências em *todos*” (Searle, 1999, p. 78, grifo meu). Mas ele não desenvolve uma teoria detalhada sobre esse assunto.

No caso de Brentano, as coisas são completamente diferentes. Por exemplo, sua noção de *divisivos*²⁵ — cf. Brentano (1924, p. 223; Brentano, 1995, p. 157) — isto é, constituintes que estão em uma relação de dependência com o todo ao qual eles pertencem — cf. Fisette (2015, p. 29) — mostra que, *apesar* da visão de Searle, partes não tem que ser concebidas como algo incompatível com a *unidade* de um todo.

Na verdade, me parece que quando ele sugere que a consciência unificada não poderia ter *partes*, Searle repete um velho erro já denunciado por Brentano, a saber: confundir *unidade* com *simplicidade* — cf. Brentano (1924, p. 135, p. 223; 1995, p. 96, p. 157).

²⁵ A palavra “divisivo” foi proposta por ele como uma alternativa à palavra “parte”, porque “o termo ‘parte’ também é aplicado a coisas reais quando elas estão inseridas em *coletivos*” (Brentano, 1924, p. 223; Brentano, 1995, p. 157, grifo meu). No caso dos “coletivos”, suas partes “Mantém sua independência em sua relação ao coletivo ao qual elas pertencem pois sua existência não depende de sua participação nesse todo” (Fisette, 2015, p. 29).

Mesmo se a noção de “parte” parece ser tão simples que dispensa investigações teóricas — como Searle parece acreditar —, um olhar mais atento mostra que o entendimento dessa noção requer esforços teóricos muito cuidadosos — cf. Baumgartner & Simons (1994, p. 56).

6 Considerações finais

As investigações mereológicas de Brentano estão presentes em diferentes aspectos de sua obra. Não é possível abordar todos esses desenvolvimentos dentro dos limites do presente trabalho.

Minha tentativa, aqui, foi tentar reconstruir, em linhas gerais, os pontos de vista mereológicos de Brentano e usá-los para elucidar a concepção de Searle sobre a consciência — como um campo unificado — e a autoconsciência — como uma consequência da estrutura de tal campo (uma estrutura que não é realmente descrita por Searle).

Brentano insiste que a falta de simplicidade não é uma falta de unidade — cf. Brentano (1924, p. 221; Brentano, 1995, p. 155) —, e traça uma distinção entre (1) *coletivos* — isto é, grupos de objetos existentes e mutuamente independentes — e (2) *coisas reais*, que são *unificadas* embora elas abranjam uma *multiplicidade de partes* — cf. Brentano (1924, p. 222-223; Brentano, 1995, p. 156-157).

Ele argumentava que toda a multiplicidade de manifestações de nossa experiência consciente pertence a uma mesma unidade subjacente — cf. Brentano (1924, p. 227-229; Brentano, 1995, p. 159-161).

A sua concepção muito mais desenvolvida sobre a unidade da experiência consciente me parece muito útil para problematizar os pontos de vista relativamente vagos de Searle sobre esse assunto, potencialmente nos ajudando a reformular as colocações de Searle de uma forma mais clara.

Uma última observação que eu gostaria de acrescentar é que a relação com o *dualismo ontológico* entre o mental e o físico não me parece

um elemento no qual Searle possa ser visto como superior a Brentano. Penso assim por *três* razões.

Primeiramente, ainda que o filósofo alemão, de fato, tenha defendido uma diferença essencial entre o mental e o físico, baseado na característica da *intencionalidade* dos fenômenos mentais — cf. Brentano (1924, p. 125; 1995, p. 89) — o filósofo americano não me parece muito diferente. Mesmo que Searle se declare um filósofo anti cartesiano — cf. Searle (1992, p. xi; p. 2; p. 13-14; p. 24-25) e Searle (2004, p. 13) — existem muitas semelhanças de sua filosofia da mente com a de Descartes — cf. Kemmerling (1994, p. 438); Prata (2022a, p. 65-66) e Prata (2022b, p. 79).

Porém, *em segundo lugar*, mais importante do que isso, existem *fortes razões* para considerar Searle um dualista — cf. Prata (2012a); Prata (2014) e Prata (2021).

Finalmente, *em terceiro lugar*, o dualismo de Brentano não é um problema para a sua teoria da consciência interna (nossa consciência de nossos próprios fenômenos mentais) pois, como coloca Kriegel (2003b, p. 480), a tese de que fenômenos mentais não são físicos, tal como essa tese é concebida por Brentano, é *independente* da tese de que fenômenos mentais representam a si mesmos.

É exatamente por isso que Kriegel pretende defender uma teoria “neo-brentaniana” da consciência, que conjugue a auto-representação com a natureza fundamentalmente física dos fenômenos mentais.

Referências

- BAUMGARTNER, W.; Simons, P. “Brentano’s Mereology”. *Axiomathes*, Nº 1, p. 55-76, abril 1994.
- BEDAU, M. A.; Humphreys, P. (Orgs.). *Emergence: Contemporary Readings in Philosophy and Science*. Cambridge (Mass.); London: MIT Press, 2008.
- BRENTANO, F. *Psychologie vom empirischen Standpunkt*. 2ª edição. Leipzig: Felix Meiner, Vol. I, 1924.

- BRENTANO, F. *Psychology from an empirical standpoint*. London: Routledge & Kegan Paul, 1995.
- FISETTE, D. "Target Paper: Franz Brentano and Higher-Order Theories of Consciousness". *Argumentos*, Ano 7, Nº 13, p. 9-39, 2015.
- FOTION, N. *John Searle*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- FRANK, M. *Selbstbewusstsein und Selbsterkenntnis*. Stuttgart: Reclam, 1991.
- FRANK, M. *Präreflexives Selbstbewusstsein*. Stuttgart: Reclam, 2015.
- GILBERT, M. "Searle and Collective Intentions". Tsohatzidis, L. (Org.). *Intentional Acts and Institutional Facts: Essays on John Searle's Social Ontology*. Dordrecht: Springer, p. 31-48, 2007.
- GREWENDORF, G.; MEGGLE, G. (Orgs.). *Speech Acts, Mind and Social Reality: Discussions with John R. Searle*. Dordrecht, Boston, London: Kluwer Academic Publishers, 2002.
- HOSSACK, K. "Self-knowledge and consciousness." *Proceedings of the Aristotelian Society*, Vol. 102, Nº 2, p. 163-181, 2002.
- JACQUETTE, D. "Introduction: Brentano's Philosophy". In: Jacquette, D. (Org.). *The Cambridge Companion to Brentano*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-19, 2004.
- KEMMERLING, A. "Von der Sprache zum Bewusstsein: John R. Searle löst sich vom analytischen Mainstream" In: *Merkur – deutsche Zeitschrift für europäisches Denken*. Vol. 48, Nº 5, p. 432-38, 1994.
- KRANZ, S. "Brentano on 'Unconscious Consciousness'." In: *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 50, Nº 4 (Jun.), p. 745-53, 1990.
- KRIEGEL, U. "Consciousness, Permanent Self-Awareness, and Higher Order Monitoring". *Dialogue*, 41, p. 517-40, 2002.
- KRIEGEL, U. "Consciousness as Intransitive Self-Consciousness: Two Views and an Argument". *Canadian Journal of Philosophy*, Vol. 33, No. 1, p. 103-132, Mar., 2003a.
- KRIEGEL, U. "Consciousness, Higher-Order Content, and the Individuation of Vehicles". *Synthese*, Vol. 134, p. 477-504, 2003b.
- KRIEGEL, U. "Consciousness and Self-Consciousness". *The Monist*. Vol. 87, nº 2, p. 182-205, 2004.
- KRIEGEL, U. "Naturalizing Subjective Character" *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. LXXI, Nº 1, p. 23-57, July 2005.

- KRIEGEL, U. "Brentano's Dual-Framing Theory of Consciousness". *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 97, No 1, p. 79-98, 2016.
- KRIEGEL, U. *Brentano's Philosophical System: Mind, Being, Value*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- LEPORE, E. Van Gulick, R. (Orgs.). *John Searle and his Critics*. Cambridge (Mass.); Oxford (UK): Basil Blackwell, p. 149-58, 1991.
- MIGUENS, S. Preyer, G. Morando, C. (Orgs.) *Pre-reflective Consciousness: Sartre and Contemporary Philosophy of Mind*. New York: Routledge, 2016.
- MOURAL, J. "The Chinese Room Argument". In: Smith, B. (Ed.). John Searle. Cambridge University Press, 2003.
- NAGEL, T. "What Is It Like To Be a Bat?". *Philosophical Review*, Vol. 83, p. 435-50, 1974.
- PORTA, M. A. G. "Apresentação". In: Porta, M. A. G. (Org.). *Brentano e a sua escola*. São Paulo: Loyola, p. 7-25, 2014.
- PRATA, T. A. "Subjetividade ontológica na filosofia mente de John Searle". In: *Philósophos*, Vol. 12, Nº 2, p. 171-204, 2007.
- PRATA, T. A. "There can be Causal without Ontological Reducibility of Consciousness? Troubles with Searle's Account of Reduction". *Papers of the 31th International Wittgenstein Symposium*. Kirchberg am Wechsel: Austrian Ludwig Wittgenstein Society, Vol. XVI, p. 55-57, 2008.
- PRATA, T. A. "É incoerente a concepção de Searle sobre a consciência?". *Manuscrito*, Vol. 34, Nº 2, p. 557-78, jul-dez, 2011.
- PRATA, T. A. "É o naturalismo biológico uma concepção fisicalista?". *Principia*, Vol. 16, Nº 2, p. 255-276, 2012a.
- PRATA, T. A. "Sobre a relação entre as propriedades subjetivas e objetivas segundo o naturalismo biológico de John Searle". *Filosofia Unisinos*, Vol. 13, Nº 3, p. 406-421, 2012b.
- PRATA, T. A. "O caráter dualista da filosofia da mente de John Searle". In: *Discusiones Filosóficas*, Vol. 15, Nº 25, p. 43-62, 2014.
- PRATA, T. A. "As perspectivas de Brentano e Sartre sobre a auto-referencialidade da consciência". *Rapsódia*, 10, p. 42-62, 2016.
- PRATA, T. A. "A estrutura da autoconsciência na filosofia da mente de John Searle". *Veritas*, Vol. 62, No2, maio-agosto, p. 428-452, 2017a.

- PRATA, T. A. “A concepção disposicional do inconsciente na filosofia da mente de John Searle”. *Revista Reflexões*, Ano 6, Nº 11, Julho a Dezembro, p. 201-16, 2017b.
- PRATA, T. A. “O naturalismo biológico de John Searle, o ponto de vista de primeira pessoa e a recaída no dualismo”. *Revista Reflexões*, Vol. 10, p. 26-58, 2021.
- PRATA, T. A. “O problema da forma aspectual na concepção de Searle sobre o inconsciente.” In: *Dissertatio*, Vol. 55, p. 65-89, 2022a.
- PRATA, T. A. “A teoria disposicional de Searle e o problema da causação mental inconsciente”. In: *Revista Filosófica de Coimbra*, Vol. 31, Nº 61, p. 75-96, 2022b
- PRATA, T. A. “Franz Brentano’s Rejection of unconscious mental phenomena: The Argument of Functional Relation”. In: *Perspectiva Filosófica*, Vol. 50, Nº 3, p. 53-73, 2023.
- PRATA, T. A. “A teoria de Franz Brentano sobre a consciência: Debates atuais”. In: *Lampião*, Vol. 5, Nº 1, p. 159-181, 2024a.
- PRATA, T. A. “A teoria de Brentano sobre a consciência na Psicologia de um ponto de vista empírico e o problema dos fenômenos inconscientes”. In: *Kairós: Revista Acadêmica da Prainha*, Vol. 20, Nº 2, p. 80-102, 2024b.
- PRESTON, J.; Bishop, M. (Orgs.). 2002. *Views into the Chinese Room: New Essays on Searle and Artificial Intelligence*. Oxford, Oxford University Press, 2002.
- ROSENTHAL, D. “Concepts and Definitions of Consciousness”. Banks, W. (Org.). *Encyclopedia of Consciousness*. Oxford (UK); San Diego (USA): Elsevier, p. 157-69, 2009.
- SALICE, A. “John R. Searle”. Wright, D. J. (Org.). *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. 2nd edition. Vol 21. Oxford: Elsevier. p. 340-345, 2015.
- SALICE, A. “Brentano, Franz”. In: Seibt, J.; Imaguire, G; Gerogiorgakis, S. (Orgs.). *Handbook of Mereology*. Munich: Philosophia Verlag, p. 119-25, 2017.
- SEARLE, J. R. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- SEARLE, J. R. *Expression and Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

- SEARLE, J. R. Minds, Brains and Programs. *Behavioural and Brain Sciences* 3, p. 417-424, 1980.
- SEARLE, J. R. *Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- SEARLE, J. R. *Minds, Brains, and Science*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1984.
- SEARLE, J. R. Consciousness, Unconsciousness, and Intentionality. *Philosophical Topics*, Vol. XVII, p. 193-209, 1989.
- SEARLE, J. R. "Collective Intentions and Actions". Cohen, P.; Morgan, J.; Pollack, M. E. (Orgs.). *Intentions in Communication*. Cambridge (Mass.): MIT Press, 1990a.
- SEARLE, J. R. Consciousness, Explanatory Inversion, and Cognitive Science. *Behavioral and Brain Sciences*, 13, p. 585-642, 1990b.
- SEARLE, J. R. *The Rediscovery of the Mind*. Cambridge Mass., London: MIT Press, 1992.
- SEARLE, J. R. *The Construction of Social Reality*. New York: The Free Press, 1995.
- SEARLE, J. R. *Mind, Language and Society: Doing Philosophy in the Real World*. New York: Basic Books, 1999.
- SEARLE, J. R. *Consciousness and Language*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 2002a.
- SEARLE, J. R. "Why I Am Not a Property Dualist". *Journal of Consciousness Studies*, vol. 9, nº 12, p. 57-64, 2002b.
- SEARLE, J. R. *Mind: A Brief Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- SEARLE, J. R. "Dualism Revisited" In: *Journal of Physiology – Paris* 101, p. 169-78, 2007.
- SEARLE, J. R. *Making the Social World: The Structure of Human Civilization*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- SEARLE, J. R. *Seeing Things as They Are: A Theory of Perception*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- SMITH, D. W. "The Structure of (Self-)Consciousness". *Topoi*, Vol. 2, p. 149-156, 1986.
- SMITH, B. (Org.). *John Searle*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

- TEXTOR, M. "Brentano (and some Neo-Brentanians) on Inner Consciousness". *Dialectica*, Vol. 60, p. 411-432, 2006.
- TEXTOR, M. *Brentano's Mind*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- THOMASSON, A.L. "After Brentano: A one-level theory of consciousness". *European Journal of Philosophy*, Vol. 8, Nº 2, p. 190-209, 2000.
- TSOHATZIDIS, (Org.). *John Searle's Philosophy of Language: Force, Meaning and Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007a.
- TSOHATZIDIS, L. (Org.). *Intentional Acts and Institutional Facts: Essays on John Searle's Social Ontology*. Dordrecht: Springer, 2007b.
- VANDERVEKEN, D. (Org.). [Special issue in honor of John Searle]. *Revue Internationale de Philosophie*, nº 217, 2001.
- ZAHAVI, D. "Back to Brentano?". *Journal of Consciousness Studies*, 11, Nº 10-11, p. 66-87, 2004.
- ZAHAVI, D. "Two Takes on a one-Level Account of Consciousness". *Psyche*, Vol. 12, No 2, (May), 2006.
- ZAHAVI, D.; KRIEGEL, U. "For-Me-Ness What It Is and What It Is Not". In: D, Dahlstrom; A, Elpidorou; W, Hopp. (Orgs.). *Philosophy of Mind and Phenomenology*. London: Routledge. p. 36-53, 2015.

Percepção e atributivos gerais

Tiago Fonseca Falkenbach¹

DOI: <https://doi.org/10.58942/eqs.209.09>

1 Introdução

Nas páginas seguintes, pretendo revisar e avaliar cinco argumentos em defesa da tese que a percepção depende da aplicação de atributivos gerais (por simplicidade, vou chamá-la de ‘tese da dependência’). Quatro dos argumentos são apresentados por Tyler Burge, em sua mais recente monografia *Perception: First Form of Mind* (2022). Um quinto argumento é apresentado por Jerry Fodor, em ‘Burge on Perception’ (2015) e *LOT II* (2008). Embora seja um tema recorrente na filosofia, a tese ganha novos contornos no contexto da distinção entre registro informacional e conteúdo representacional. Para Fodor, por exemplo, a percepção pressupõe não apenas o registro informacional (‘Drets kian’ information), mas também atributivos conceituais. Burge (2010, 2018, 2022) critica a concepção de registro informacional sobre a qual Fodor constrói sua argumentação. Além disso, baseado na ideia do caráter nominal, não predicativo, da percepção, Burge defende que os atributivos gerais que constituem a percepção são representações não-conceituais. Essa concepção não predicativa dos atributivos gerais talvez seja mais adequada para explicar a natureza da percepção. Não

¹ Universidade Federal do Paraná. Email: tffalk@gmail.com

obstante, pretendo defender que é o argumento de Fodor o mais promissor na defesa de que a percepção depende de atributivos gerais.

Começarei com um esclarecimento sobre a tese que é conclusão dos argumentos discutidos e com a introdução de algumas noções básicas neles empregadas: as noções de percepção, conceito, atributivo geral, registro informacional e representação. Em seguida, passarei à exposição dos argumentos de Burge. Em terceiro lugar, apresentarei algumas objeções, o que dará ensejo a uma exposição mais detalhada dos argumentos do autor. Defenderei que, mesmo nessa versão mais detalhada, seus argumentos são insuficientes para justificar que toda percepção requer a aplicação de atributivos gerais. Em quarto lugar, passarei à exposição do argumento de Fodor. O que Fodor apresenta é uma versão do “argumento da ilusão”. Para que seja válida, a argumentação depende da demonstração de que toda percepção tem um conteúdo representacional comum com alguma possível correspondente ilusão sensoria. Embora Fodor não elabore essa demonstração, a consideração da discussão pelo autor de um dos exemplos de ilusão sensoria, a ilusão visual de tridimensionalidade (conforme experimento de Béla Julesz), sugere um caminho para a complementação do argumento. Defenderei que, entre todos os cinco argumentos analisados, o de Fodor pode ser considerado o mais promissor. Mesmo assim, pretendo mostrar que seu argumento também apresenta limitações. Nas considerações finais, proponho uma explicação sobre a atratividade da tese da dependência.

2 Esclarecimentos iniciais

A tese que a percepção depende de atributivos gerais será entendida aqui, assim como no debate entre Burge e Fodor, como a tese universal segundo a qual *toda* percepção depende de atributivos gerais. Veremos que é precisamente a universalidade da tese que coloca dificuldades tanto aos argumentos de Burge quanto ao de Fodor.

A plausibilidade da tese exige que se distinga expressamente entre percepção e registro informacional. Uma maneira de formular essa distinção é a seguinte: a percepção é um estado de um organismo que tem por objeto apenas um dos elos da cadeia causal que produz o estado. O registro informacional, por oposição, é um estado de um organismo que carrega informação sobre todos elos da cadeia causal que o produz e não discrimina ou seleciona um dos elos em particular. Não parece intuitivo ou razoável dizer que o organismo ou sistema informacional deva aplicar atributivos gerais para cada elo da cadeia causal, isto é, para tudo aquilo sobre o qual ele carrega informação. Mas, se o organismo carrega informação sobre algum elo da cadeia sem necessitar, para tanto, de um atributivo geral, por que haveria de necessitar de algum atributivo geral para carregar qualquer informação? Se algum atributivo geral é necessário para a percepção, a razão parece estar vinculada ao fato que a percepção seleciona um dos elos da cadeia, aquilo que constitui o *objeto* da percepção.² Veremos, a propósito, que essa é uma das linhas de argumentação de Burge. Mas, antes, outras noções demandam esclarecimento. Começando pela própria ideia de atributivo geral recém empregada.

Por ‘atributivo geral’, estou entendendo aqui uma representação de uma característica geral que pode ser aplicada a mais de um singular, o equivalente mental de um termo *sortal*. Burge e Fodor não

² Se o que estabelece o nexu informacional é uma coordenação biunívoca (1 para 1) entre causa e efeito, poderíamos dizer que uma causa singular (a instância de uma causa) é não apenas condição suficiente (por ser *causa*), como condição necessária do efeito singular (a instância do efeito), já que a singularidade do efeito tem, como uma de suas condições necessárias, a singularidade da causa que o produz. Mas essa relação 1 para 1 vale para todos os elos de uma cadeia causal. Se a coordenação biunívoca entre causa e efeito é suficiente para estabelecer um nexu informacional, deveríamos dizer que um estado singular de um organismo ou sistema informacional (um sinal *S* singular) carrega informação sobre todos os elos da cadeia causal singular que o produziu. O que explica que *S* carregue informação sobre todos os elos da cadeia é, de um lado, a relação causal e, de outro, um vínculo metafísico de determinação da singularidade do efeito. Mas tanto a relação causal quanto o vínculo metafísico são independentes da aplicação de atributivos pelo organismo ou sistema informacional.

explicitam que essa é a maneira pela qual compreendem a noção de atributivo geral no debate. Creio que a explicitação é relevante. Há representações que são gerais por consistirem em habilidades ou exercícios de habilidades. Habilidades são, por natureza, repetíveis. Sendo assim, tais representações podem ser empregadas mais de uma vez. Operadores lógicos são casos exemplares. A expressão ‘não’ pode ser empregada em ocasiões distintas, contribuindo para representar coisas distintas: a não ocorrência de distintos fatos. Mas que uma representação possa ser empregada mais de uma vez não implica que o que ela representa é uma característica que pode ser aplicada a mais de uma coisa. Novamente, o caso do operador de negação é esclarecedor. Não há uma característica comum atribuída a objetos que seja expressa em todos os casos de negação. Outro exemplo, um pouco mais polêmico, são os nomes próprios. O nome ‘Aristóteles’ pode ser empregado várias vezes, mas sempre significa a mesma coisa singular.

Esclarecido esse ponto, vejamos o que significa dizer que a percepção depende de atributivos gerais. A tese que a percepção depende do exercício de habilidades representacionais (repetíveis) parece ser trivial e dispensar maior esforço argumentativo ou debate. Já foi sugerido que toda percepção depende de uma habilidade ou competência de selecionar um *objeto* entre os diversos elos da cadeia causal que a produz. Sugerimos que essa é uma habilidade *representacional* (não meramente informacional), por selecionar um entre vários elos da cadeia causal. Sendo assim, o exercício dessa habilidade seria a aplicação de uma representação geral, geral por ser uma habilidade. Mas, se esse é o sentido da tese que toda percepção depende de um atributivo geral, a tese parece ser trivialmente demonstrável. Para ser relevante, a tese deve significar que toda percepção depende da atribuição, ao objeto da

percepção, de uma característica que pode ser comum a vários objetos, uma característica que é tipicamente expressa por um termo sortai.³

Burge e Fodor discutem se os atributivos gerais de que a percepção dependeria seriam conceitos ou outra espécie de representação geral. Burge sustenta que são atributivos perceptuais. Fodor defende que são conceitos. Em alguns momentos, o debate parece resumir-se a uma disputa puramente verbal, com Burge entendendo por ‘conceito’ algo que Fodor considera ser apenas uma espécie de conceito. Não pretendo discutir se essa impressão é correta. Importa muito mais entender o que Burge quer dizer quando afirma que certos atributivos gerais, a saber, todos os atributivos perceptuais, não são conceitos.

A resposta depende da tese, pressuposta por Burge, que a percepção tem uma estrutura *nominal*, não predicativa ou não proposicional.⁴ Há boas evidências textuais de que Fodor também aceita o caráter nominal da percepção. Essa tese tem implicações substantivas. Antes de apresentá-las, quero sugerir uma razão para aceitá-la. Atribuímos percepção a animais não humanos que não possuem, ou é muito controverso que possuam, pensamento predicativo ou proposicional. Mas, se animais não humanos têm percepções sem predicar características comuns aos objetos de percepção, é razoável admitir que percepções de seres humanos cognitivamente desenvolvidos tampouco dependam de predicação. Isso não exclui que seres cognitivamente desenvolvidos tenham estados perceptuais mais complexos, que envolvam predicação, como nos casos em que dizemos que uma pessoa vê *que* a garrafa

³ Por que a característica atribuída não poderia ser a característica significada por um *termo de massa*? Resposta: termos de massa significam a substância, não porções de substância. O que pode ser atribuído a um singular é ser uma porção de uma substância, não ser a substância, a não ser que o singular seja a própria substância. Mas os singulares que a percepção representa não são as próprias substâncias. A percepção representa no máximo porções de substâncias.

⁴ A expressão ‘proposicional’ aqui é redundante em relação à expressão ‘predicativa’, caso consideremos que um enunciado de identidade predique a relação de identidade. Como normalmente não se fala da relação de identidade como um predicado, optei pela formulação mais complexa ‘predicativo ou proposicional’.

está sobre a mesa. Mas esses estados perceptuais complexos podem ser compreendidos como estados mistos, dependentes de percepções propriamente ditas e do exercício complementar de capacidades preditivas.

Vejam, então, as implicações da tese. Se percepção é uma representação cuja estrutura é nominal, a função da percepção é fazer referência, não apresentar algo como verdadeiro ou real. Desse modo, não faz sentido completar o conteúdo da expressão ‘é verdade que ...’ com o conteúdo de uma percepção.⁵ Percepções representam objetos e não faz sentido dizer de um objeto que ele é verdadeiro ou falso.

Essa consequência da tese do caráter nominal da percepção não impede Burge de sustentar que a percepção possui *condições de correção*. Embora não apresente algo como verdadeiro ou real, a percepção tem, segundo o autor, uma função: a função (cognitiva) de referir ou “apanhar” [*pick out*] um objeto. Por possuir essa finalidade, a percepção possui *condições de correção*. Ela é resultado de uma habilidade representacional que pode satisfazer ou não a função de referir a um objeto. Se a função é satisfeita, há referência e há percepção. Se a função não é satisfeita, temos falha referencial e erro perceptual [*misperception*] ou ilusão perceptual [*perceptual illusion*].

Aqui todo cuidado é pouco. Dizer que a percepção possui condições de correção sugere que a percepção apresenta algo *como real*, mas que pode ou não ser real. Fosse esse o caso, a percepção teria uma estrutura prediativa ou proposicional, diria de algo que ele *é real* (existe x e $x = a$) ou que *é* tal e tal (a é F). Essa ideia é reforçada pelo modo de formulação adotado por Burge, que sugere que uma e mesma representação, a *percepção*, pode ser tanto correta (nos casos de sucesso referencial) quanto incorreta (nos casos de erro ou ilusão perceptual). A tese do caráter nominal da percepção afasta essa leitura. Se há uma

⁵ Em outras palavras, não faz sentido preencher a lacuna expressão ‘é verdade que ___’ com uma expressão que signifique aquilo que é representado por uma percepção.

mesma coisa que pode ter ou não ter sucesso, satisfazer ou não uma condição de correção (a função referencial), essa coisa não é a própria percepção, mas a habilidade ou competência de perceber. A percepção é o exercício bem-sucedido (correto) da habilidade, o caso em que a função referencial é satisfeita.⁶

A tese do caráter nominal da percepção tem, finalmente, uma implicação importante para a compreensão do modo como um atributivo geral pode constituir uma percepção. A tendência inicial, quando falamos de atribuição, é pensarmos uma estrutura predicativa ou proposicional e entendermos a atribuição como predicação. Tais estruturas supõem que a referência a objetos é feita independentemente da expressão atributiva. A expressão atributiva não cumpre, nesses casos, um papel referencial. Se é esse o modo de atribuição que pressupomos constituir uma percepção, parece fadada ao fracasso, de antemão, toda tentativa de demonstrar a tese que a percepção depende de atributivos gerais. Com efeito, se os atributivos não cumprem função referencial, mas a função própria da percepção é referir, a percepção não dependeria de atributivos. A tese da dependência exige, portanto, que os atributivos cumpram, na percepção, um papel essencialmente referencial. Um corolário é que a propriedade atribuída em uma percepção não é apresentada, pela percepção, *como* uma propriedade que o objeto pode ou não satisfazer. A percepção, por si só, não é capaz de apresentar uma aparência de contingência, a conceptibilidade, para falar em termos kripkeanos, de que o objeto poderia resultar não possuir a propriedade.⁷

⁶ Outra consequência da estrutura nominal da percepção é que a percepção não apresenta algo *como parecendo real*. Para apresentar algo como parecendo real, a percepção teria de possuir estrutura predicativa ou proposicional: teria de representar que *parece existir algo x tal que x = a* ou que *a parece ser F*. Não é por acaso que Burge não explica a função referencial (e as condições de correção) da percepção em termos da apresentação de aparências [*seemings*].

⁷ Lembremos que, quando Kripke (1980) trata da aparência de contingência de enunciados de identidade e da conceptibilidade de sua falsidade, ele explica esse fenômeno

3 Os argumentos de Burge

Até aqui, pretendi esclarecer como a tese da dependência deve ser compreendida. Passo agora à exposição e, em seguida, à discussão dos argumentos apresentados por Burge em sua defesa. Em geral, os argumentos recorrem aos modelos de explicação adotados pela Psicologia da Percepção, em especial, pelo ramo mais desenvolvido dessa disciplina, a Ciência da Visão. Segundo Burge, essas explicações pressupõem que o exercício das habilidades ou competências perceptuais empregam atributivos. Essa seria uma boa razão para aceitar a tese, pois, prossegue o autor, ignorar os procedimentos de uma ciência estabelecida não seria um método adequado a perseguir.

O primeiro argumento baseia-se no fato que a psicologia cognitiva explica a percepção através da conexão entre *tipos* específicos de estímulos proximais e *tipos* específicos de competências perceptuais. Por sua vez, os *tipos* de competências perceptuais são explicados pela atribuição de *tipos* de propriedades (atributos) aos objetos.⁸

O segundo argumento baseia-se na explicação das constâncias perceptuais. O fato de um mesmo objeto (ou propriedade de objetos) ser percebido de diferentes maneiras em condições perceptuais distintas revela, segundo Burge, que a percepção não refere “nua e crua-mente” [*neat or bare*] a objetos. Há modos distintos de referir a um

pelo fato de considerarmos a possibilidade de realizarmos acessos epistêmicos de tipos distintos a um mesmo objeto. Precisamente essa possibilidade não se abre para o caso da percepção, pois o acesso epistêmico que temos ao objeto através da percepção seria precisamente o acesso que fazemos através do atributivo geral.

⁸ Nos termos de Burge: “Ela [a negação da tese da dependência] fecha-se à disponibilidade do tipo de explicação que é central à psicologia perceptual. Ela fecha-se à explicação que conecta um tipo específico de estimulação proximal com um tipo específico de competência perceptual cujo exercício é causado por tal estimulação. Modos de discriminar particulares, e quais tipos [*sorts*] de particulares são discriminados, dependem de e variam com os tipos específicos de estimulação proximal. Modos específicos de discriminar particulares rastreiam características específicas do ambiente pelas quais os particulares percebidos são discriminados” (Burge: 2022, 136).

mesmo objeto e essas distintas maneiras são explicadas, pela ciência competente, a partir da atribuição de diferentes propriedades ao objeto.⁹

O terceiro argumento recorre ao fato que os modelos explicativos adotados na psicologia da percepção pressupõem a tese que Burge denomina ‘anti-individualismo’. De acordo com essa tese, a natureza dos estados mentais é constituída por relações causais entre esses estados e o meio-ambiente, relações que são estabelecidas à revelia do conhecimento dessas relações pelos seres que possuem esses estados mentais. O anti-individualismo é, grosso modo, a extensão da tese do externismo semântico para a compreensão do conteúdo mental. Burge afirma que a tese anti-individualista é pressuposta pela explicação científica da percepção, na medida em que considera que os tipos de competências perceptuais são constituídos por padrões de interação causal com tipos (propriedades) que se encontram no meio-ambiente.¹⁰

Por fim, Burge apresenta um quarto argumento, mencionado rapidamente no início de minha exposição. Segundo esse argumento, a referência que a percepção faz a um dos elos de uma cadeia causal, em detrimento dos outros, exige que a percepção seja constituída por algo

⁹ Novamente, nas palavras de Burge: “As constâncias perceptuais exigem que um estado perceptual constitua uma das muitas formas perceptuais possíveis de representar o mesmo particular ou atributo, dependendo das diferenças na estimulação proximal. Cada forma é causalmente determinada por um tipo particular de estimulação proximal [...]. Cada forma constitui uma das várias perspectivas possíveis (disponíveis num repertório perceptual) sobre um *representatum*. Os atributivos perceptuais compreendem estas perspectivas. Uma pura competência este não constituiria uma perspectiva sobre um *representatum*. Não seria específica a nenhum tipo particular de estimulação proximal, ou atributo ambiental perceptualmente discriminável” (Burge, 2022, 137).

¹⁰ “Essa explicação apela a padrões de interação causal ambiente-organismo ao longo de eras e na história de aprendizagem dos perceptores individuais. Este tipo de explicação difere da explicação das ativações [*triggerings*] de tipos de estados perceptivos que são a principal preocupação da psicologia da percepção. Explica a presença de tipos de competência de representação num repertório perceptual, não as instâncias de ativação desses tipos pela estimulação proximal. Este tipo de explicação é anti-individualista. É um tipo pressuposto, e não fornecido, pela ciência” (Burge, 2022, 137).

mais que o simples registro informacional, o qual não discrimina os elos da cadeia. Segundo Burge, a explicação para a “seleção” do elo referido é dada novamente pelo modelo explicativo da psicologia da percepção, que recorre a habilidades de relacionar tipos de estimulação proximal a tipos de causas distais. Essa relação resultaria na discriminação do elo referido da cadeia e seria efetuada mediante atribuição de tipos (propriedades) ao elo referido da cadeia.¹¹

Os argumentos anteriores não parecem ser suficientes para a conclusão da tese almejada. Todos eles parecem envolver alguma passagem inválida da *generalidade de uma habilidade* à *generalidade de uma propriedade* atribuída por uma habilidade de representação. São generalidades distintas e a segunda simplesmente não se segue da primeira.

No primeiro argumento, a habilidade de responder regularmente a um tipo de estímulo proximal não implica, por si só, que a resposta é dada mediante a representação de um tipo de objeto (propriedade ou atributo geral). O mesmo problema ocorre no quarto argumento. A resposta regular que seleciona um determinado elo da cadeia causal poderia receber uma explicação alternativa, em termos das relações causais que se estabelecem entre os elos da corrente e a resposta do perceptor.¹² Não seria a primeira vez que o estímulo proximal (input) de um sistema informacional teria como resposta (output) algum procedimento regular sobre um dos elos distais da cadeia causal.

¹¹ “[E]m cada estado perceptual, tem de haver uma competência representacional perceptual adicional, mais específica e repetível, para responder representacionalmente a tipos repetíveis — além da competência esquemática este — que opera na percepção, se um estado perceptual deva exercer uma competência para selecionar (referir a) particulares da forma discriminatória relevante. A função desta competência adicional é orientar a seleção (referir) — discriminando pelo seu tipo alguma causa na cadeia de causas ocorrentes de outras causas ocorrentes na cadeia que não são percebidas.” (Burge, 2022, 140).

¹² Ademais, uma distinção entre relações causais mais e menos fundamentais é uma estratégia alternativa (*a la* Fodor) para introduzir uma assimetria entre os elos da cadeia causal: a relação causal mais primitiva é a que envolveria o elo da cadeia causal para o qual é dirigida a resposta do perceptor.

Mesmo que o sistema relacione certo *tipo* de estímulo proximal a *certo* tipo de resposta, isso não costuma ser considerado suficiente para atribuir ao sistema informacional representações de atributos. O caso dos magnetossomos referido por Dretske (1988: 63) ilustra bem esse ponto.

O segundo argumento parece inferir, da ocorrência de representações distintas de um mesmo objeto, a ocorrência de uma mesma representação que vale para distintos objetos. Novamente, a inferência é inválida. Nomes próprios distintos de uma mesma pessoa não implicam que nomes refiram à pessoa porque significam uma propriedade que pode valer para aquela pessoa e outras pessoas ou coisas. A habilidade de referir em situações distintas a uma mesma coisa não implica que a habilidade seja constituída pela representação de um atributivo comum a várias coisas.

Quanto ao terceiro argumento, cabe observar que a tese anti-individualista se aplica tanto à explicação do significado de termos singulares quanto do significado de termos gerais, tanto à explicação de conteúdos mentais singulares quanto de conteúdos mentais gerais. Assim, a tese anti-individualista, por si só, não é suficiente para justificar a dependência da percepção em relação a atributivos gerais.

Uma possível resposta às objeções anteriores é que elas estão amparadas em uma leitura superficial e pouco caridosa dos argumentos apresentados por Burge. Se considerássemos em detalhe as explicações da percepção fornecidas pela psicologia cognitiva, não seria difícil perceber o papel que a ideia de aplicação de atributivos gerais exerce nessas explicações. Na monografia precedente, Burge (2010, 347-66) discute vários exemplos desse modelo teórico.

Um deles trata da percepção de bordas de refletância e de sua distinção em relação à percepção de bordas de iluminação. (Recomendo a leitores uma pausa para apreciação da figura apresentada em Burge: 2010, 354). Contornos difusos na imagem da retina estão muito frequentemente correlacionados com diferenças de iluminação incidente sobre uma superfície. Por contraste, contornos mais nítidos têm

maior probabilidade de estarem correlacionados com diferenças de refletância de uma superfície, por exemplo, quando há alguma quebra no plano da superfície. Com base nessa diferença estatística, é benéfico ao sistema visual correlacionar, de maneira geral, os contornos nítidos na imagem da retina com diferenças de refletância. A correlação ocorre na medida em que o sistema visual ou organismo, quando sua retina apresenta contornos nítidos, vê algo *como* uma diferença de refletância, não como uma diferença de iluminação. Mas ver *como* uma diferença de refletância supõe a aplicação do atributivo geral *diferença de refletância*. De modo geral, ver algo *como F* supõe a aplicação do atributivo geral *F*.¹³

O exemplo é bastante ilustrativo da espécie de apelo que a Psicologia da Percepção faz às representações de atributos gerais para explicar a percepção. Contudo, por mais convincente que seja a explicação, ela ainda é insuficiente para demonstrar que toda percepção depende de atributivos gerais. Esse exemplo, assim como os outros apresentados por Burge, mostra no máximo que algumas percepções fazem uso de atributivos gerais. É razoável admitir que as percepções que envolvem perceber algo *x como* tal e tal façam uso de atributivos. Mas a tese da dependência, com a generalidade que Burge lhe pretende conferir, exigiria que se justificasse que uma percepção é não apenas a percepção de algo *x*, mas a percepção de algo *como* tal e tal. Isso Burge afirma (2022, 132), mas não demonstra. Mais importante, se é certo que perceber algo *como* tal e tal implica o emprego de um atributivo, isso não significa imediatamente que o atributivo deva ser *geral*. É preciso justificar por que perceber algo como tal e tal depende de um atributivo

¹³ “Como é estatisticamente mais provável que os contornos nítidos de luminância na imagem da retina estão correlacionados com as bordas de refletância do que com as bordas de iluminação, seria benéfico para a visão verídica se as leis de formação considerassem os contornos nítidos de luminância para gerar representações perceptuais como as bordas de refletância” (Burge, 2010, 354).

geral (como *ser vermelho*) e não simplesmente de um atributivo singular (como *ser este vermelho*).

4 O argumento de Fodor

Passo agora à exposição e análise do argumento de Fodor. Adiantei no início que considero esse um argumento mais promissor. As últimas observações ajudam a entender por que penso assim. Creio que a estratégia argumentativa de Fodor faz mais justiça à universalidade da tese da dependência: não apenas traz elementos para justificar que toda percepção de algo é percepção de algo *como* tal e tal, como aborda diretamente o problema de justificar que o atributivo (indicado pela expressão '*como* tal e tal') é geral. O argumento pode ser reconstruído da seguinte maneira:

1. Toda percepção tem um conteúdo representacional comum com alguma possível correspondente ilusão sensória ou experiência sensível mal sucedida.

2. A ilusão sensória (ou experiência sensível mal sucedida) depende da representação de algo *como* tal e tal.

3. A representação de algo *como* tal e tal depende da aplicação de um conceito, ou seja, da atribuição de uma propriedade geral.

4. Logo, de 2 e 3, a ilusão sensória (ou experiência sensível mal sucedida) depende da aplicação de um conceito, ou seja, da atribuição de uma propriedade geral.

5. Logo, de 1 e 4, toda percepção depende da aplicação de um conceito, ou seja, da atribuição de uma propriedade geral.

Consideremos as justificativas para as premissas (proposições 1, 2 e 3). A premissa 3 é a que Fodor justifica mais diretamente:

Suponhamos, então, que podemos ter a percepção de um prato “como se fosse algo redondo”, mesmo que o prato seja quadrado. Então, em termos simples, um conceitualista vai querer saber *de onde vem a redondeza*? Pois bem, de onde *é* que vem? Não do prato, uma vez que, por

hipótese, o prato é quadrado [...]. O objetivo dos argumentos conceitualistas tradicionais a partir de ilusões perceptivas, erros perceptivos e afins é que quando um prato quadrado é visto como redondo, o “redondo” tem de vir de algum lado; e o único lugar de onde pode vir é de um conceito que o perceptor aplica ao prato. (Fodor: 2015, 210)¹⁴

A justificativa da premissa 3 parece resumir-se, em outras palavras, à afirmação que o erro de experiência consiste na representação do que não é real e que a representação do que não é real depende necessariamente de conceitos. Consideraremos logo mais uma objeção a essa segunda afirmação, a tese que a representação do que não é real depende de conceitos. Antes, porém, quero examinar a fundamentação para as demais premissas do argumento.

Começo pela premissa 2. Embora Fodor (2015: 206; 211) pareça julgar trivial que toda percepção de algo é percepção de algo *como* alguma coisa ou outra, acredito que se pode desenvolver uma justificativa mais detalhada para a premissa 2 se partirmos de uma análise das condições de correção e incorreção de experiências sensoriais. Para que faça sentido falar de sucesso e insucesso (correção e incorreção, acerto e erro) perceptuais, é preciso pressupor que as experiências sensoriais tenham alguma função ou finalidade. Caso essa função seja satisfeita, temos o caso de sucesso perceptivo. Caso não seja, temos o caso de experiências mal sucedidas ou incorretas. A função própria de uma experiência perceptual (e das experiências correspondentes mal sucedidas) é referir a uma realidade independente da própria experiência, a um objeto. Mas a finalidade de uma experiência *não é referir a qualquer*

¹⁴ O mesmo argumento é apresentado em outro trecho do mesmo artigo: “[...] ver uma coisa *como* um cão castanho é vê-la como castanha e como um cão; isto é assim, quer ela seja ou não, de fato, uma coisa ou outra. Ver um gerânio vermelho como um cão castanho é ver um gerânio vermelho como castanho e como um cão, mesmo que não seja nem uma coisa nem outra. Esta característica de “ver como” (e de outros contextos opacos) é realmente intrigante; simplesmente não há tapete sob o qual possa ser varrida. No caso imaginado, tudo o que existe no mundo é você e um gerânio vermelho que você vê. Então, como entra na estória o cão castanho? A resposta imensamente plausível é que ele entra através dos conceitos utilizados no ver como” (Fodor: 2015, 207).

realidade independente, e sim a uma realidade específica ou determinada. Deve haver, assim, algum modo pelo qual a experiência vise um objeto *determinado*, mesmo no caso em que ela resulta ser falha e o objeto visado seja inexistente (ou distinto de como é visado). A explicação comum é que a experiência *representa* algo *como* tal e tal, como dotado de certa propriedade que o distingue de outros possíveis objetos de representação. (Reitero que isso ainda não significa dizer que a experiência distingue esse objeto por atribuir-lhe uma propriedade *geral*, que possa valer para mais de um objeto. O caráter geral da propriedade representada é introduzido apenas pela premissa 3 do argumento).¹⁵

A suposição de que experiências perceptuais possuem condições de correção sugere também uma justificativa para a premissa 1. Se faz sentido dizer que uma percepção é correta, é porque ela cumpre uma função ou finalidade que, em princípio, poderia não cumprir. A noção de acerto é indissociável da noção de erro e ambas são indissociáveis da ideia de um fim que pode ou não ser alcançado. É razoável admitir que, se há experiências sensoriais que não cumprem a finalidade de referir a um objeto determinado, outras experiências sensoriais cumprem essa finalidade. E a essas últimas damos o nome de ‘percepção’.¹⁶

¹⁵ Compare-se essa justificativa da premissa 2 de Fodor com o quarto argumento de Burge discutido acima. Aqui, como lá, o raciocínio pode ser apresentado por analogia com as condições de emprego de pronomes demonstrativos. Um pronome como ‘este’ (ou ‘aquele’), independentemente do contexto de uso, não satisfaz a condições mínimas de referência. O contexto de uso é uma condição adicional para seleção do objeto referido em meio a outros possíveis objetos de referência. O importante a destacar é que, assim como o argumento de Burge era insuficiente para justificar que o objeto visado seria distinguido através de um atributivo geral, a justificativa da segunda premissa 2 de Fodor também é insuficiente para garantir que representar um objeto *como* tal e tal é representá-lo através de uma propriedade geral.

¹⁶ Apesar do modo de formulação adotado por Fodor (que fala em ‘ilusão *perceptiva*’, ‘erro *perceptivo*’, ‘*percepção* de um prato como redondo’), a primeira premissa não implica que a diferença entre sucesso perceptivo e erro de experiência seja uma diferença meramente extrínseca aos estados perceptuais e de experiência. Em outras palavras, aceitar que a percepção tem um *conteúdo comum* com a experiência ilusória ou mal

Alguém poderia objetar que o raciocínio anterior é insuficiente para justificar a premissa 1, por não excluir a possibilidade de experiências sensoriais que façam referência a uma realidade independente da experiência, embora não sejam propriamente dotadas de condições de correção e de uma finalidade de fazer referência a objetos. Tais experiências, segundo a objeção, por serem experiências sensoriais que referem a objetos determinados, poderiam ser chamadas de ‘percepção’, mas, por não partilharem uma mesma finalidade com experiências sensoriais mal sucedidas, não teriam um conteúdo representacional comum com essas últimas.

Uma resposta a essa objeção seria argumentar que toda percepção possui condições de correção. Mas o que poderia justificar essa tese? A justificação proposta a seguir é mais uma elaboração a partir de um dos exemplos de ilusão sensorial discutidos por Fodor do que um argumento diretamente extraído de seus textos. Pode ser resumida nos seguintes passos:

(i) Toda percepção faz referência a objetos tridimensionais independentes da experiência; experiências sensoriais malsucedidas (erros de percepção) também representam objetos tridimensionais;

(ii) Percepções referem e experiências sensoriais malsucedidas representam objetos tridimensionais segundo um mesmo modo de representação;

(iii) O modo de representação de objetos tridimensionais pelas experiências sensoriais está sujeito a erro, razão pela qual elas possuem condições de correção;

(iv) Logo, toda percepção, por representar objetos tridimensionais, tem algum conteúdo representacional em comum com os casos de

sucedida não implica, por si só, a negação da tese do *disjuntivismo* perceptivo. A premissa 1, por si só, não exclui a possibilidade que uma diferença intrínseca entre percepção e experiências ilusórias fosse explicada a partir de diferenças nas cadeias causais que geram um estado ou outro.

experiência sensoria malsucedidos, conteúdo que lhes confere condições de correção.

Em suma, esse argumento defende que a referência a objetos tridimensionais independentes das experiências é parte de toda percepção e envolve condições de correção. O passo fundamental do raciocínio é a proposição (ii). Acredito que a melhor maneira de compreender qual é o modo comum, a percepções e experiências sensorias malsucedidas, de representação de objetos tridimensionais é considerar um dos exemplos de ilusão sensoria discutidos por Fodor (2008, 190-1), a ilusão de tridimensionalidade gerada pelo estereograma de Béla Julesz. (Recomendo a leitores uma pausa para apreciação do estereograma, que pode ser facilmente encontrado na internet)¹⁷.

A ilusão é gerada pela junção das imagens bidimensionais produzidas em cada retina. O sistema visual interpreta a diferença do recorte quadrado deslocado em uma das imagens como sinal de que o recorte quadrado está em primeiro plano. O resultado é que vemos (ou melhor, temos a experiência ilusória) de um quadrado *como* destacado em primeiro plano. Está claro que a mesma operação de junção das imagens bidimensionais das duas retinas ocorre nos casos de experiência visual bem sucedida, isto é, nas experiências de objetos realmente tridimensionais.

O que o exemplo sugere é que a percepção *visual* de objetos tridimensionais procede segundo o mesmo modo de representação que experiências visuais da tridimensionalidade malsucedidas. A extensão dessa conclusão à *toda* percepção (visual, auditiva, tátil etc.) é imposta pela generalidade da tese da dependência, ao menos se adotarmos o caminho argumentativo aqui proposto. A extensão depende da hipótese, de caráter altamente especulativo, que toda experiência sensoria de um objeto *como* dotado de algum aspecto tridimensional ocorre

¹⁷ Por exemplo, no link: https://en.wikipedia.org/wiki/Random_dot_stereogram.

segundo um procedimento falível de junção de informações obtidas por cadeias informacionais independentes. Depende também da hipótese que toda percepção envolve a representação de algum objeto tridimensional. Suspeito que essa última hipótese se baseia, em parte, numa decisão sobre o significado do termo ‘percepção’. Mas não pretendo entrar aqui numa discussão sobre a semântica dos termos conceituais. Observo apenas que dessa hipótese se segue, por exemplo, que uma percepção auditiva não consiste na mera consciência de um som, pois dependeria de que o som fosse representado como possuindo alguma localização espacial (provavelmente fora do cérebro). Nesse sentido, talvez mesmo sensações como dor e coceira, na medida em que sinalizam uma localização corpórea, contariam como percepções.

Retorno agora à discussão da premissa 3 do argumento de Fodor. O exame do estereograma de Béla Julesz também nos ajuda a compreender como Fodor entende a aplicação de conceitos em uma experiência ilusória e em uma percepção. A explicação de Fodor é que as imagens bidimensionais em cada retina são representações pré-conceituais, o que ele identifica com informação no sentido de Dretske: “‘Dretskeian’ information”. (Fodor, 2008, 180). Mas as imagens não carregam informação sobre a tridimensionalidade do quadrado representado com a junção das imagens, mesmo porque a tridimensionalidade, nesse caso, não é real — e, como se sabe, informação, no sentido de Dretske (1981), supõe a realidade do informado. Assim, a tridimensionalidade representada deve vir de algum lugar. E a explicação natural, segundo Fodor, é que ela vem de um conceito (representação geral).¹⁸

¹⁸ Há aqui um ponto em que as explicações de Fodor e Burge convergem. Compare-se a explicação do mecanismo de representação de tridimensionalidade em Fodor com a explicação da representação de bordas de refletância em Burge (ver discussão acima). Em ambos os casos, os atributivos gerais não são aplicados predicativamente aos objetos da percepção. A estrutura da representação é *nominal*. Isso significa que perceber (ou ter a experiência ilusória de) algo *como* certa forma tridimensional não implica *predicar* essa forma de um objeto que seja referido por uma via independente do atributivo. O atributivo (ou conceito, nos termos de Fodor) é constitutivo da própria

Mas, se é a explicação natural, não ofende perguntar: por que de um conceito? Uma possível resposta segue as linhas gerais de um enredo frequente: um conceito é (a) uma representação abstrata (de um tipo T) que (b) é gerada, pelo menos nos casos de conceitos básicos, a partir da representação de um caso singular e real do tipo T. Por ser (a) uma representação *abstrata*, o conceito pode, mediante composição com outras representações, dar ensejo a representações de outros casos singulares do tipo T, mesmo casos *não reais ou não existentes*. Como o conceito é (b) formado a partir de casos *singulares reais* de T, sua origem permite explicar como, apesar de abstrato, o conceito representa uma propriedade possível *das coisas* (do que é real e singular).

Entretanto, uma reflexão mais atenta revela que o enredo anterior é insuficiente para justificar a necessidade de conceitos (representações gerais) para toda percepção. O máximo que se justificou é que um conceito, quando devidamente combinado com outras representações, é *suficiente* para a representação de objetos (ou propriedades) inexistentes. Isso está longe de justificar que conceitos são *necessários* para essa representação. Não se demonstrou que toda representação de objetos (ou propriedades) não existentes depende necessariamente de uma representação geral (abstrata).

É certo que não faltam autores que recorrem a representações abstratas para explicar a possibilidade de representação do que não existe. Alguns vão além e tratam como *entidades abstratas* as propriedades representadas em comum por representações bem e mal sucedidas.¹⁹ A razão de fundo para a admissão dessas entidades abstratas

referência ao objeto da percepção. A consequência é que uma percepção, assim como a experiência correspondente mal sucedida, não representa algo *como real* ou *como* o que *parece real*, já que isso demandaria predicação ou estruturas lógicas ainda mais complexas, como quantificadores e identidade. Em poucas palavras, perceber algo *como* tal e tal não é percebê-lo *como* algo *que* é tal e tal.

¹⁹ Para ficar com apenas dois autores contemporâneos, diretamente envolvidos no debate sobre a natureza da percepção e de seu caráter representacional, veja-se Papineau (2021, 67-72) e Pautz (2021, 98).

parece ser o fato de tratarem a representação como uma *relação*, o que exigiria a realidade dos *relata*. Todavia, o compromisso com entidades abstratas não é, ou pelo menos é controverso que seja, uma consequência direta da adoção de representações abstratas, representações que representam propriedades de objetos singulares de um *modo geral*. A saída habitual dos inimigos das entidades abstratas é distinguir nitidamente entre o representado e o modo de representação e tratar a generalidade como uma mera característica do segundo.²⁰

Parece-me que todos aqueles que defendem a necessidade de conceitos para representação do que não existe admitem a seguinte tese como um *princípio primitivo*: a representação do que não é real depende da representação do que é real. Entre estes, há tanto defensores quanto detratores das entidades abstratas. Os primeiros admitem o princípio na medida em que defendem que uma representação do que não é existente só é possível pela relação com alguma (outra) entidade. Já os segundos o aceitam na medida em que consideram que a representação de algo inexistente ocorre por representarmos *de maneira geral* uma propriedade que foi representada em algum outro momento, na situação em que era uma característica real de um objeto.

Dizer que o princípio é *primitivo* é dizer que não admite justificação adicional. Que isso seja assim fica mais claro quando tentamos realizar o exercício de justificá-lo. Um defensor do princípio (suponha um que rejeita entidades abstratas) poderia dizer o seguinte em seu favor: “a representação de uma propriedade não real (que não pertence a objetos), mas que tem o caráter de uma propriedade real (isto é, que poderia ser real, pertencer a objetos), deve estar baseada na representação de uma propriedade real. Por quê? Porque, sem uma base na realidade, seria incompreensível como podemos ter acesso a uma propriedade que, embora não real, tem o caráter de uma propriedade real (de poder pertencer a objetos).” Ora, se observarmos com atenção, apesar

²⁰ Ver Pautz (2021: 128-129).

da estrutura gramaticalmente explicativa, as duas frases da suposta justificação do princípio são, na verdade, apenas formulações alternativas do próprio princípio, o que mostra que ele não foi justificado.

Com isso, obviamente não estou sugerindo que devamos aceitar o princípio e, com ele, a tese que toda representação do que não é real depende de conceitos ou representações gerais. Para deixar isso claro, quero finalizar essa discussão com duas breves observações. A primeira é uma objeção direta ao princípio. A segunda é a especulação, baseada nessa objeção, sobre uma motivação subjetiva, o que vem a ser bem distinto de uma justificação, pela qual o princípio costuma ser adotado.

5 Considerações finais

A objeção baseia-se em resultados empíricos a respeito de propriedades sensíveis como cores, sons, odores e intensidade de dor. Há evidências de que distinções entre qualidades sensíveis (como as semelhanças e distinções entre cores) correspondem antes a certas configurações neuronais do que a características físicas de objetos independentes da experiência (como as semelhanças e diferenças entre perfis de refletância das superfícies de objetos). O mesmo ocorre com as qualidades sensíveis de outras modalidades perceptivas (auditivas, olfatórias etc.).²¹ O resultado empírico sugere, segundo Pautz (2021: 175-8) que propriedades sensíveis como cores, se correspondem antes a propriedades internas do cérebro do que a propriedades físicas de superfícies, são ilusórias. Isso porque, ao mesmo tempo em que correspondem preferencialmente a propriedades neuronais, não são atribuídas primária e verdadeiramente a neurônios. São propriedades tipicamente atribuídas a superfícies de objetos independentes da experiência. Em suma, são propriedades cujo caráter é ser uma propriedade da

²¹ Ver Pautz (2016) e Pautz (2021, 151-160).

superfície de objetos tridimensionais independentes de estados neuronais e da experiência. Mas, se é correto que tais propriedades são ilusórias, teríamos uma gama de propriedades (as propriedades sensíveis) que poderíamos representar sem base na representação de qualquer caso real dessas mesmas propriedades. Seriam propriedades completamente inventadas por nossa mente ou cérebro. E isso seria um contraexemplo direto ao princípio que toda representação do que não é real está baseada na representação do que é real.

Diante dessa objeção, por que não simplesmente rejeitamos o princípio e admitimos que dispomos maneiras alternativas de representar irrealidades, não necessariamente a partir de conceitos que estejam baseados em casos reais (corretos) de aplicação? Acredito que nossa relutância em abandonar o princípio não é senão o velho temor pelo fantasma do ceticismo. Afinal, se pudéssemos inventar todo um universo de propriedades sem que nenhuma instância dessas propriedades fosse real, o que garantiria que essa invenção não poderia ser estendida para outras propriedades, como as propriedades espaciais? É razoável que, pelo menos essa é minha sugestão, a motivação por trás da *universalidade irrestrita* daquele princípio, bem como da tese da dependência, que ele ajuda a fundamentar, não seja nada mais que ameaça da perda do mundo exterior.

Referências

- BURGE, Tyler. *Origins of Objectivity*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- BURGE, Tyler. *Perception: First Form of Mind*. Oxford: Oxford University Press, 2022.
- DRETSKE, Fred. *Knowledge and the Flow of Information*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1981.
- DRETSKE, Fred. *Explaining Behavior: Reasons in a World of Causes*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1988.

- FODOR, Jerry. *LOT II: The Language of Thought Revisited*. Oxford: Clarendon Press, 2008.
- FODOR, Jerry. 'Burge on Perception'. In.: Margolis, Eric and Laurence, Stephen (eds.). *The Conceptual Mind*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2015.
- KRIPKE, Saul. *Naming and Necessity*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1980.
- PAPINEAU, David. *The Metaphysics of Sensory Experience*. Oxford: Oxford University Press, 2021.
- PAUTZ, Adam. 'Experiences Are Representations: An Empirical Argument'. In.: Bence Nanay (ed.). *Current Controversies in Philosophy of Perception*. New York: Routledge, 2016.
- PAUTZ, Adam. *Perception*. New York: Routledge, 2021.

A representação mental e as teorias das emoções: da avaliação incorporada à motivação imanente – um percurso prinzeano

Yuri Assis Freitas¹

DOI: <https://doi.org/10.58942/eqs.209.10>

1 Introdução

Esse trabalho apresenta o percurso teórico que Jesse Prinz desenvolveu entre 2004 e 2018 em suas propostas para as emoções. Busca-se abordar o tema das emoções por esse percurso, pois pretende-se refletir sobre o papel que a REPRESENTAÇÃO desempenha para as emoções. As discussões teóricas de Prinz tem algo a contribuir para essa investigação, já que o autor parte de uma teoria fortemente comprometida com a representação (Prinz, 2004) e posteriormente, adota uma abordagem enativista para as emoções (Shargel e Prinz, 2018) rompendo com a representação mental nesse contexto.

Inicialmente, será tratada a noção de representação mental e seu papel na abordagem de 2004 das avaliações incorporadas (*embodied appraisals*). Posteriormente, será apresentado as concepções teóricas de Prinz para as emoções, de 2004 a 2018. Discute-se as objeções recebidas e as respostas levantadas num contexto teórico que visa fortalecer uma

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Espírito Santo – PPGFIL-UFES. E-mail: yuri.arq@gmail.com

compreensão das emoções como incorporadas. Assim, pretende-se levantar algumas questões que percurso prinzeano nos apresenta sobre o status da representação no contexto das emoções.

2 A representação em questão

Antes de percorrer a trajetória teórica de Jesse Prinz para o contexto das emoções se faz importante levantar os aspectos referentes ao status da representação mental no contexto da filosofia da mente. REPRESENTAÇÃO não é uma construção conceitual da filosofia contemporânea, essa noção está presente na tradição filosófica desde a Grécia antiga, como imagem e/ou ideia. Auxiliou na compreensão do que se definiu como a noção de VERDADE, enquanto relação entre um conteúdo mental e a realidade. Conforme a clássica definição de Aristóteles: “[...] dizer que *o que é* não é, ou que *o que não é* é, é falso, mas dizer que *o que é* é, e *o que não é* não é, é verdadeiro” (Metafísica: 1011b 25).

No entanto, como a compreendemos atualmente é fruto das discussões sobre a percepção e ciências cognitivas (PITT, 2022), sobretudo o que denominamos como representação mental. Essa noção é a base conceitual da Teoria Computacional da Mente (TCM) e da Teoria Representacional da Mente (TRM) (*Ibidem*).

No verbete sobre a “representação mental” elaborado para a Stanford Encyclopedia of Philosophy, David Pitt esclarece que o modelo computacional da mente sustenta que os “estados e processos cognitivos são constituídos pela ocorrência, transformação e armazenamento (na mente/cérebro) de estruturas portadoras de informações (representação) de um tipo ou de outro”² (*Ibidem*). Nesse sentido, a representação apresenta objetos mentais que são semanticamente avaliáveis, sejam estes pensamentos, conceitos, ideias, impressões, imagens, dentre outros.

² Todas as traduções do inglês são de minha inteira responsabilidade.

Essa noção, pode ser considerada como a compreensão cognitiva da representação, a qual sustenta que construímos um correlato mental do mundo, um modelo abstrato, que é cognitivamente acessível pelo pensamento, através de construtos linguísticos e/ou imagéticos estruturados. Essa noção inicial vem sofrendo refinamentos progressivos a partir das investigações filosóficas que buscam novas formas de compreensão da relação mente-corpo.

A semântica informacional de Dretske ([1981] 1999) advoga que a representação é a interpretação que realizamos a partir de funções que foram adaptadas evolutivamente para o “rastreo” de informações no mundo. Essa posição teórica modifica a visão anterior quando reconhece a impossibilidade de uma representação conceitual da totalidade da realidade, sempre haverá algo que não pode ser abstraído em nossa relação junto ao mundo. Dretske ([1981] 1999) também entende que a representação obtida a partir do rastreamento de uma identidade no mundo, pode possuir conteúdo não conceitual. Neste sentido, nem toda nossa representação é conceitual, inclusive a maior parte dela não o é. É assim que se torna possível aos animais o reconhecimento do ambiente e a fuga do predador.

A compreensão da existência de representações que sejam estruturadas não conceitualmente, possibilita uma abordagem ampla sobre o funcionamento da percepção e nossa ação no mundo. Para Bermudez (1995), o indivíduo não necessita de um conceito estruturado sobre o mundo para desempenhar uma ação. O ambiente em que se está inserido pode ser utilizado sem a necessidade de qualquer representação conceitualmente abstrata dele.

Clark (1997) e Nöe (2009) endossam que não há necessidade de representação conceitual oriunda da percepção para a atuação no mundo, este é acessível instrumentalmente na percepção. Para Nöe (2009), como economia de esforço cerebral, o mundo, por mais abrangente que seja, está acessível diretamente ao indivíduo, não há necessidade de um modelo mental para manuseá-lo.

As visões que endossam a representação mental, mesmo se consideram não necessário o acesso cognitivo a elas, prescindem de uma estrutura objetiva, “pré-dada” do mundo. Já as visões enativas, advogam um rompimento mais drástico com a hipótese da representação mental: somente na relação com o mundo que esse me aparece, ele não é um elemento “pré-dado” na relação. O mundo é construído, trazido à tona (*to bring forth*) através de minha relação com ele.

A discussão sobre o conceito de representação mental leva a diversos desdobramentos teóricos nos campos da filosofia da mente, epistemologia e ontologia. Como o objetivo desse artigo é compreender a trajetória teórica de Prinz para as emoções, cabe detalhar um pouco mais sua concepção da representação mental nesse contexto.

2.1 O conceito de representação em Prinz – uma primeira abordagem

Prinz (2004) sustenta que o conteúdo da emoção é uma representação. Naquele momento, o autor se embasa na semântica informacional de Dretske ([1981] 1999), onde “[...] um estado mental adquire seu significado em virtude da informação que ele carrega” (Prinz e Shargel, 2018. p. 112).

Segundo a proposta dretskeana, interpretamos nossa relação com o mundo a partir do que este nos apresenta de informações significativas. Rastreamos apenas parte da informação existente, pois somos incapazes de processar cognitivamente toda as características percebidas. “Nossa experiência sensorial incorpora informações sobre uma variedade de detalhes que, se transportados para os centros cognitivos, exigiriam capacidades gigantescas de armazenamento e recuperação” (Dretske, [1981] 1999. p. 142).

O processo de interpretação da informação significativa se dá pela covariação entre o estado mental/corporal e uma situação real no mundo. A “representação mental consiste na covariação causal entre características do ambiente e estados internos do organismo ou sistema

representativo” (Jaworski, 2018. p. 19), Prinz e Shargel descrevem que a “informação” rastreada na relação com o mundo, é proveniente desta correlação: “se o estado M ocorre de forma confiável na presença do estímulo S, então M indica a presença de S” (2018, p. 112).

A abordagem dretskeana da representação mental considera que a “informação significativa” será aquela que apresenta uma *função* adaptativa. A adaptação preparou os organismos a partir de sua relação com o ambiente, possibilitando-os identificar o perigo, a presa e maneiras de atender as próprias necessidades.

A seleção natural atribuiu a vários órgãos ou subsistemas sensoriais as funções de fornecer aos organismos informações sobre o ambiente externo e seus estados internos — funções que eles desempenham por terem estados internos que covariam com características do ambiente e com outros estados internos (Jaworski, 2018. p. 20).

Prinz (2004) entende que a emoção é um estado interno que rastreia nossa atuação no mundo, informando-nos a situação frente ao nosso bem-estar. A emoção é um processo que informa uma correlação entre nosso estado interno e o mundo, e o faz através de uma representação. Assim, em 2004 e 2007, Prinz advoga que o conteúdo da emoção e uma representação que nos informa preocupações (*concerns*) obtidas a partir de nossa relação com o mundo.

3 Avaliações incorporadas (*embodied appraisals*) – teoria das emoções de 2004

Jesse Prinz desenvolve em seu livro *Gut Reactions*, de 2004, sua primeira versão de uma teoria das emoções. O autor compreende a emoção como a percepção que temos das alterações nos padrões de funcionamento de nosso corpo.

Prinz (2004) parte das indicações de Willian James e Carl Lange, que compreenderam que a emoção é a percepção das mudanças que

ocorrem em nosso corpo³. James ([1884] 2013) entende que na emoção, a primeira reação ao estímulo, é a alteração ocorrida no corpo, a mudança no seu padrão somático. É somente após a percepção dessa mudança, que identificamos que estamos no processo que conhecemos como uma emoção.

Nossa maneira natural de pensar sobre essas emoções padrão é que a percepção mental de algum fato desperta a afeição mental denominada emoção, e que esse estado de espírito é que dá origem à expressão corporal. Minha tese, pelo contrário, é que as mudanças corporais seguem diretamente a PERCEPÇÃO do fato excitante, e que a nossa percepção dessas mesmas mudanças assim que elas ocorrem É a emoção (James, [1884] 2013. p. 98, grifo do autor).

Em sua análise das emoções, Prinz (2004) faz um levantamento das diversas teorias existentes e as verifica a luz das observações obtidas pela pesquisa empírica sobre a emoção, ou sobre a percepção. Assim, esclarece pontos em que as abordagens teóricas da emoção apresentam dificuldades explicativas ou onde os achados empíricos questionam as próprias teorias⁴.

Refletindo sobre o papel da cognição para as emoções, Prinz (2004) parte dos trabalhos do psicólogo social Robert Zajonc (1985) e de Strack, Martins e Stepper (1988) e assume que embora a cognição possa ser parte do fenômeno da emoção, não é nem necessária, nem suficiente para a explicar. Os estudos empíricos demonstram que emoções

³ O filósofo americano William James (1884) e o fisiologista dinamarquês Carl Lange (1885) escrevem clássicos artigos sobre a emoção. Praticamente ao mesmo tempo e sem o saberem, escrevem escopos teóricos com a mesma interpretação: emoções são a percepção de mudanças que ocorrem em nosso corpo. Invertendo uma interpretação popular, expressam que essas mudanças corporais precedem a experiência emocional.

⁴ Essa postura prinzeana parte da compreensão de que o mundo e nossas relações com ele está “limitado pelos postulados e leis das ciências naturais” (Prinz, 2007. p. 2), o mundo é naturalmente constituído, é o resultado das leis físicas, químicas e/ou biológicas que as ciências se esforçam em descrever. Neste sentido, Prinz adota um naturalismo metodológico para a sua construção teórica sobre as emoções.

podem ser alcançadas a partir de efeitos físicos diretos, como no fenômeno do “feedback facial”⁵.

Em sua análise, Prinz (2004) argumenta que as hipóteses que os cognitivistas tendem a assumir para as emoções: (i) de que estas são conceitualmente carregadas, (ii) que elas não possuem relação com as alterações somáticas — são descorporificadas e (iii) que elas são avaliações; devem ser verificadas à luz das evidências da neurociência e de fenômenos como o do “feedback facial”. Nesse sentido, argumenta que as hipóteses cognitivas, que implicam uma carga conceitual para as emoções (i), são ameaçadas “pelo fato de que as emoções estão normalmente sob o controle exógeno e pelo fato de que as emoções parecem envolver estruturas cerebrais primitivas que não abrigam atitudes proposicionais complexas” (Prinz, 2004. p. 35). Quanto às relações com as alterações dos estados somáticos (ii), “a hipótese da descorporificação é ameaçada pelo fato de que as emoções podem ser causadas por induções físicas diretas, como feedback facial” (Idem, p. 51). Contudo, para Prinz (2004), as pesquisas empíricas não conseguem refutar totalmente a visão cognitivista de que as emoções são (iii) avaliações.

A partir da análise dos limites da teoria cognitivista para a explicação do fenômeno das emoções, Prinz (2004) sustenta que as emoções são uma forma de avaliação de nossa situação no mundo. Nesse sentido, Prinz advoga uma forma de compatibilismo entre as visões não cognitivistas e cognitivistas da emoção (Viesentainer e Apolinário, 2023). É importante esclarecer que entender a emoção como um estado não-cognitivo, não significa excluir desse fenômeno qualquer traço e/ou participação da cognição. Para Prinz (2004) a cognição pode servir de elicitador para um processo emocional, contudo a emoção não é identificada apenas como um possível juízo que tenhamos formulado sobre ela. A emoção possui um papel importante na nossa relação com

⁵ “Feedback facial” é descrito nas pesquisas citadas acima e consiste na constatação que a configuração da face dos indivíduos testados, influenciam nas emoções que estes indivíduos experimentaram durante os testes.

as coisas e informa nossas ações no mundo. “Aquilo que estrutura as emoções são os padrões de atividade corporal especificamente direcionados a certas relações organismo-ambiente” (Viesenteiner e Apolinário, 2023. P. 7).

Para sustentar seus argumentos, Prinz (2004) se apoia em duas propostas teóricas diferentes, de um lado na teoria da semântica informacional de Dretske ([1981] 1999), para validar a possibilidade da emoção em nos representar nossa relação no mundo e, por outro, na compreensão do conteúdo avaliativo desta nossa relação, dado através das emoções, conforme proposto por Lazarus e Smith (1990).

Para Dretske ([1981] 1999), a partir de nosso encontro com objetos no mundo, estabelecemos uma relação entre estes e nossos estados mentais, constituindo marcadores que, estruturados pela função desempenhada, sustentam as características de uma covariação confiável⁶. Com o aprendizado, a partir de novos encontros, o indivíduo pode também ajustar esses marcadores. Assim, frente uma maior quantidade de encontros que desencadeiam a mesma função constituída, pode-se recalibrar esses marcadores iniciais, afinando a relação significativa inerente à representação mental.

Essa é uma importante distinção na teoria da representação proposta por Dretske ([1981] 1999): para se tornar uma representação, a informação deve ser configurada, deve ser aprendida para esse fim específico. “De forma mais concisa, uma representação mental é um estado mental que foi configurado para se desencadeado por algo” (Prinz, 2004. p. 54)⁷.

⁶ Na abordagem dretskeana, grande parte do processamento dessas informações são tratados diretamente, a partir de respostas padronizadas, pré-objetivas, iniciadas pela própria percepção. Os movimentos reflexos podem ser exemplos destes comportamentos, contudo há funções estruturalmente mais complexas que também obedecem a essa dinâmica. As emoções são um exemplo disso, se entendidas a partir da abordagem de Prinz (2004).

⁷ Importante registrar que Prinz (2000, 2002 e 2004) analisa a proposta de Dretske de maneira a considerar a adequabilidade que essa teoria semântica apresenta em

A representação atende a uma função. Representar um cão é reconhecer no conjunto de informações percebidas, aquelas que apresentam a função de identificar de forma confiável o cão, por exemplo: animal peludo, quatro patas, que late e abana a cauda. Essas representações são configuradas a partir do encontro que temos com esses animais, e a partir desta configuração, cumprem a função de reconhecimento dessas características — como um cão. Com as emoções, ocorre da mesma maneira. A partir das experiências que temos com as emoções, vamos configurando marcadores com a identificação dessas funções representativas, constituídos arquivos de calibração⁸, que nos permite o reconhecimento e a identificação da representação que essa emoção nos apresenta.

Assim, para Prinz (2004), as emoções são programadas para representar preocupações (*concerns*) advindas da relação organismo-ambiente. Essa intuição, ele obtém da teoria de Richard Lazarus⁹ sobre as emoções. Lazarus e Smith (1990) sustentam uma abordagem cognitivista em que as emoções são entendidas como avaliações. Em suas análises, eles visavam individualizar as diversas emoções através da identificação de seus temas centrais correspondentes.

conseguir, de maneira confiável identificar, mesmo num conjunto que pode se apresentar ambíguo, certos conteúdos representativos em distinção a outros. Isso pode ser estruturado em dois aspectos, (i) esses conteúdos representacionais estão limitados pela história passada do indivíduo e (ii) se ligam, de forma confiável, ao objeto que representam (Prinz, 2004. p.55).

⁸ A configuração dos arquivos de calibração ocorre ao longo do tempo. No momento que o indivíduo é exposto à primeira vez a um objeto, pode acontecer de ainda não o representar corretamente, mas sim iniciar o processo de aprendizado sobre esse objeto. Este aprendizado vai se consolidando ao longo da história pessoal, envolto à cultura em que se encontra — com as emoções ocorre o mesmo.

⁹ Psicólogo americano que estruturou uma Teoria Cognitivista da Avaliação em continuidade aos trabalhos de Magda Arnold e a partir de pesquisas empíricas na década de 90. Conjuntamente com seus colaboradores, investigou os estados das emoções nas discussões relativas à adaptação dos indivíduos no processo evolutivo. Uma importante elaboração de Lazarus é a noção de Tema Relacional Central (*Core Relational Theme*) que, para ele, expressam a avaliação prática que elaboramos quando temos uma emoção.

Para Lazarus (Lazarus e Smith, 1990), os temas centrais são constituídos ao longo da interação indivíduo-ambiente no processo adaptativo e as avaliações, das quais decorrem, se referem a verificação do bem-estar do indivíduo no momento do encontro com a situação que causa emoção.

Sua proposta teórica está estruturada a partir da análise de um conjunto de seis componentes avaliativos divididos em dois níveis distintos: uma avaliação primária (*primary appraisal*), que se refere a como e se o encontro é relevante para o indivíduo e, uma avaliação secundária (*secondary appraisal*), que se refere aos recursos e opções que os indivíduos possuem para lidar com este encontro¹⁰.

Os componentes da avaliação trabalhados por Lazarus, combinados, geram uma “maquinaria conceitual” (*Idem*, p. 619) que permite apresentar uma hipótese de diferenciação das emoções nos temas relacionais centrais (*core relational themes*) que as caracterizam, através das funções adaptativas das respostas emocionais envolvidas: o medo, representa perigo; a tristeza, uma perda irreparável; a raiva, uma ofensa recebida e assim por diante¹¹.

Para Prinz (2004), os temas relacionais centrais (*core relational themes*) são o que representamos no fenômeno da emoção. No entanto, Prinz (2004) não os considera como componentes de nossas emoções, diferente de Lazarus. Para o autor, os temas centrais representam o que as emoções nos informam — nossas preocupações. “Os temas relacionais centrais não capturam a estrutura de nossas emoções ou a

¹⁰ Para maior aprofundamento na proposta de Lazarus para as emoções, sugerimos a leitura de seu artigo *Emotion and Adaptation* (Lazarus e Smith, 1990).

¹¹ Inicialmente, Lazarus e Smith (1990) estruturaram sua investigação em cinco emoções: raiva, culpa, ansiedade, tristeza e esperança; posteriormente Lazarus amplia o conjunto de emoções investigadas, chegando a um total de quinze Temas Relacionais Centrais (*Core Relational Themes*) descritos.

estrutura de qualquer outra representação mental que seja concomitantemente necessária às emoções” (Prinz, 2004. p. 65)¹².

Assim, a interpretação prinzeana da Semântica Informacional apresenta a base conceitual de como as emoções representam¹³, a emoção parte da relação que estabelecemos com o mundo. E, como toda relação com o mundo, apresenta conteúdo informacional que é rastreado pelos nossos sistemas perceptivos e/ou sensoriais que, a partir das *funções* estabelecidas, representam essa relação. As representações estabelecidas são os temas centrais (Prinz, 2004)

É assim que Prinz (2004) advoga que as emoções possuem capacidade de avaliação, não diretamente conceitual, de nossa relação com o mundo. Uma avaliação que é corporificada, que se dá através da percepção das alterações de nossos estados somáticos internos. Neste sentido, Prinz (2004) estabelece que a emoção se constitui numa estrutura que ele define como uma avaliação incorporada (*embodied appraisal*)¹⁴.

¹² Estes temas capturam a representação que construímos das emoções, contudo essas representações não são necessariamente conceituais. As emoções não são, necessariamente, julgamentos. Os casos característicos nos auxiliam na compreensão de que o fenômeno das emoções não é estritamente cognitivo e as investigações sobre o feedback facial apresentam evidências dessa característica. A complexidade do fenômeno pode provocar certos equívocos nas análises que realizamos sobre as emoções. “Se eu estiver correto, então a lista de Lazarus deve ser reconstruída como um relato de conteúdo emocional e não da forma emocional” (Prinz, 2004. p. 65).

¹³ Prinz discute a proposta da Semântica informacional de Dretske em diversos trabalhos, desde os temas que envolvem diretamente a teoria da representação e do conceito (Prinz, 2000), referente a estruturação da percepção humana (PRINZ, 2002), até os trabalhos de teoria das emoções (Prinz, 2004, 2005, 2006a, 2006b e 2007). No artigo posterior (Shargel e Prinz, 2018) ele discute a representação, mas neste momento, já distanciado dessas e voltado para a visão enativa para a emoção.

¹⁴ Alguns esclarecimentos pontuais precisam ser apresentados nesse relato. Primeiro, este complexo sistema de resposta autônomo foi desenvolvido ao longo da adaptação evolutiva, assim parte das respostas emocionais são fruto da adaptação, conforme Prinz (2004) e Lazarus e Smith (1990), e outra parte é fruto do aprendizado do indivíduo, ou seja, da cultura. Nesse relato, essa resposta é autônoma, ou seja, não se dá necessariamente pelo aporte cognitivo.

4 Por uma visão imanente das emoções – teoria enativa das emoções de 2018

A proposta prinzeana para as emoções de 2004, foi objeto de discussão entre os teóricos e recebeu algumas objeções. Tanto Colombetti e Thompson (2008) quanto Griffiths e Sacrantino (2009) apontam que, mesmo que a teoria de Prinz (2004) advogue um estado incorporado para a avaliação, não se separa das visões clássicas da cognição e não reconhece o importante papel que o ambiente possui no fenômeno das emoções. Griffiths e Sacrantino (2009) entendem que na teoria das avaliações incorporadas (*embodied appraisals*) as emoções ainda são “concebidas como estados internos ou processos e o papel do ambiente se limita a fornecer estímulos e receber ações” (p. 425)

Daniel Hutto (2012) questiona a adoção prinzeana da teoria da semântica informacional de Dretske ([1981] 1999). Entende que a semântica informacional nada agrega ao poder explicativo proposto por Prinz (2004), bem como se apresenta como uma objeção interna à própria teoria das avaliações incorporadas (*embodied appraisals*).

Colombetti (2014) aponta que a postura teórica de Prinz expressa propostas que seguem os conceitos representacionais da mente e não realiza um programa efetivamente incorporado para as emoções: “para Prinz, as percepções das mudanças corporais são ‘avaliações incorporadas’; no entanto, há claramente espaço em sua estrutura para avaliações desencarnadas também” (p. 111). Para a autora, a teoria das avaliações incorporadas (*embodied appraisals*), não rompe com a ideia de representação mental¹⁵.

¹⁵ Em sua crítica, Colombetti (2014) levanta algumas questões problemáticas na proposta prinzeana: (i) o problema na identificação de um mesmo conteúdo somático, ou parte de um mesmo conteúdo, na construção de emoções complexas (através da recalibração de emoções básicas ou da intervenção conceitual); (ii) o problema de sustentar que o conteúdo da emoção é independente do resultado/situação a qual se está inserido no encontro elicitor; (iii) por último, a autora questiona o posicionamento prinzeano

Scarantino (2014) aponta que a proposta teórica de Prinz não apresenta uma resposta plausível quanto o relato da motivação decorrida de um processo emocional. O próprio Prinz, conjuntamente com Shargel (2018), critica sua postura teórica de 2004. Os autores apontam os problemas que a semântica informacional apresenta para a teoria, bem como que a necessidade da independência ao estado, conforme advogada por Prinz (2004), enfraquece a relação entre o indivíduo e o ambiente e suscita questões interpretativas que impossibilitam a devida compreensão do fenômeno da emoção.

A proposta de Shargel e Prinz (2018) é revisar suas posições teóricas, a luz das objeções levantadas. Para Prinz, trata-se sobretudo de reformular sua proposta das avaliações incorporadas (*embodied appraisals*) e neste sentido, aprofundar numa compreensão que permita reforçar o aspecto corporificado de sua visão para as emoções. Os autores partem de duas concepções contemporâneas para propor sua reformulação teórica: a compreensão das emoções como *affordance*¹⁶ e a visão enativa aplicada ao contexto emocional.

Na proposta de 2004, é a independência do estado que permite a formalização das preocupações (*concernes*) nos temas relacionais centrais (*core relational themes*). Contudo, é essa mesma coerência argumentativa que leva a teoria a apresentar uma ligação contingente entre alteração somática (corporal) e o conteúdo da emoção. A necessidade de

de que, mesmo que incorporada, a emoção pode ser elicitada por conceitos desincorporados.

¹⁶ A teoria das *Affordances* foi desenvolvida pelo psicólogo ecológico James J. Gibson (1979), que pesquisando a percepção, argumenta que a visão nos apresenta mais que relações entre distâncias, localizações e formas. Essa percepção já nos informa uma possibilidade de ação. *Affordances* se refere a propriedades nos objetos que são percebidas e determinam as maneiras que podemos utilizar o objeto percebido.

Neste texto, optou-se pela não tradução do termo *affordances* (recursos, possibilidades, formas/oportunidade de interação), que no contexto da teoria possui um conteúdo complexo e difícil de se verter para o português. Neste sentido utiliza-se da saída encontrada em diversos trabalhos que é a doação do termo no original quando utilizado neste contexto teórico.

independência do estado, para a formalização de seus conteúdos reais em nominais, retirou da teoria a possibilidade explicativa do fenômeno da emoção. Posteriormente, Prinz reconhece esse equívoco (Shargel e Prinz, 2018).

Assim, para a reformulação proposta em 2018, importa investigar o conteúdo da emoção numa abordagem que vise englobar a efetiva relação entre o ambiente e o corpo: Quando demandado numa situação, o corpo apresenta alterações somáticas que direcionam a ação de uma determinada maneira a partir da emoção mobilizada no encontro concreto.

Para Shargel e Prinz (2018), a proposta da *affordance* parece apontar um caminho neste sentido. Contudo para os autores, essa proposta teórica necessita de cuidado, uma vez que compreendem que em sua versão original ela também se estrutura numa visão que prescinde de um mundo pré-estabelecido. “Por exemplo, Gibson (1979) considera as *affordances* como relacionais, mas em certo sentido objetivas; são características invariantes do ambiente lá fora para serem percebidas” (Shargel e Prinz, 2018. p. 115)¹⁷.

Foram Griffiths e Scarantino (2009) os primeiros a sugerir uma ligação entre emoções e as *affordances*. Contudo, Griffiths e Scarantino ainda estão comprometidos com a noção de que as emoções são representações pois sustentam que as emoções “representam” *affordances*.

Para ultrapassar essas dificuldades, os autores buscaram complementar à abordagem das *affordances*, uma visão teórica enativa

¹⁷ A visão de Shargel e Prinz (2018), de que as *affordances* gibsonianas estão comprometidas com a representação mental não é consenso entre os teóricos. Pitt (2022) considera que a proposta gibsoniana não são teorias da representação. “A teorias representacionais podem, portanto, ser contrastadas com teorias, como as de Baker (1995), Collins (1987), Dennett (1987), Gibson (1966, 1979), Reid (1764/1997), Stich (1983) e Thau (2002), que negam a existência de tais coisas” (PITT, 2022, grifo nosso).

aplicada às emoções¹⁸. O enativismo é uma proposta teórica da cognição inicialmente desenvolvida pelos trabalhos de Francisco Varela e partem das concepções desenvolvidas com Maturana sobre os sistemas fechados complexos. Bem como de sua visão de acoplamento¹⁹ entre o organismo e o meio. Segundo Maturana e Varela ([1984] 2001), com o acoplamento estrutural, o organismo constrói significados diretamente na sua relação com o meio, recursivamente, às variáveis constantes da própria situação. Os significados que vêm à tona (*to bring forth*) no encontro, são desenvolvidos justamente pelo viés da ação e se constituem numa relação mais imbricada que a simples adoção de representações.

Shargel e Prinz (2018, p. 117) limitam sua versão de enativismo: (i) não utilizam do método fenomenológico nas suas análises e (ii) não endossam teorias enativistas da cognição estendida ou da emergência e (iii) rejeitam “a tese de que o enativismo é a melhor abordagem para a cognição de forma mais geral; achamos que é especialmente adequado para as emoções.

A revisão proposta advoga um relato teórico para a emoção que seja incorporado e apresente conteúdo significativo. A virada enativista de Prinz, e o reconhecimento das *affordances*²⁰ como conteúdo das

¹⁸ Conforme Shargel e Prinz (2018, p. 117), suas reflexões para uma proposta enativista da emoção partem dos trabalhos desenvolvidas por Colombetti e Thompson (2008), Colombetti (2014) dentre outros.

¹⁹ Acoplamento estrutural define a relação entre os organismos e o meio como uma interação constante que possibilita o desenvolvimento mútuo e integral: “[...] nos, observadores, necessariamente veremos que entre a estrutura do meio e a da unidade há uma compatibilidade ou comensurabilidade. Enquanto existir essa comensurabilidade, meio e unidade atuarão como fontes de perturbações mútuas e desencadearão mutualmente mudanças de estado” (Maturana e Varela, [1984] 2001. p, 112).

²⁰ Segundo os autores, aqui há a diferença entre a possibilidade e a potencialidade para a ação: “as possibilidades (*affordances*) gibsonianas requerem apenas ação possível, enquanto o conteúdo emocional requer ação nascente” (*Ibidem*). Contudo, deve se levar em conta essa distinção entre os aspectos perceptivos e o observado no caso das emoções. Neste sentido, “[...] as *affordances* associadas às emoções são dependentes do estado (normalmente surgem apenas quando a emoção foi iniciada) e imperativas (elas motivam a ação)” (*Ibidem*). Estas noções, da dependência de estado e de serem imperativas, se vinculam numa visão mais robusta de incorporação.

emoções, buscam uma relação mais consistente entre as alterações corporais e o seu conteúdo significativamente constituído em acoplamento estrutural com um contexto concreto.

Quando estamos inseridos no processo emocional, esse estado de coisa, junto com as alterações somáticas e nossa relação na experiência dessas alterações (do coração que acelera, do corpo que prepara para uma ação) impulsiona a um comportamento, direcionam para um tipo de ação característico da emoção elicitada.

Quando uma ação é potencializada por uma mudança corporal real, certos cursos de ação passam de meras possibilidades a algo semelhante a atratores dinâmicos. Epistemicamente, uma ação potencializada torna-se uma opção saliente, e, motivacionalmente, uma ação potencializada tem uma espécie de comando sobre ela. Quando o corpo se prepara para agir, somos eo ipso puxados para certas linhas de comportamento (Shargel e Prinz, 2018, p. 119).

Aqui, o papel da motivação para a emoção se amplia frente a proposta original de Prinz (2004) e adquire maior consistência frente proposta anterior de Shargel. “A motivação é imanente; não é meramente uma injunção para agir, por meio de seu papel motivacional, mas um tipo nascente de atuação, como um estado constitutivamente corporificado de que nossos corpos nos empurram e puxam” (*Ibidem*).

Quando estamos na emoção, o corpo todo se engaja numa resposta ao estado em que nos encontramos. A própria expressão de nossa emoção, através do corpo, impacta as pessoas com as quais nos relacionamos. O que por si só pode interferir nessa relação, tanto positivamente, quanto negativamente. Negar essa dependência da situação para a emoção leva a desprezar uma das características mesmas da emoção.

No sentido enativista, a emoção traz à existência (*to bring forth*) um conteúdo outro que apenas as características da relação estabelecida na emoção. Traz à existência uma interpretação de nossa relação com o meio, que é mais fortemente entendida em seu significado

corporificado. “Como outros tipos de conteúdo mental, o conteúdo enativo também impulsiona a ação e a tomada de decisão e pode, portanto, desempenhar um papel na explicação do comportamento” (*Idem*, p. 128).

5 Algumas questões investigativas

A revisão da teoria das avaliações incorporadas (*embodied appraisals*), parece alcançar uma compreensão da experiência emocional como sendo mais dinâmica em sua estrutura. Conforme proposto por Shargel e Prinz (2018), se a resposta é dependente do estado, essa modifica o conteúdo significativo da emoção no momento mesmo em que se está engajado em uma situação concreta.

Aqui a teoria apresenta a compreensão de que a experiência emocional ocorre em um fluxo contínuo que é performado no acoplamento estrutural. Esse dinamismo aponta também outro aspecto relevante para essa abordagem enativista: a possibilidade do aprendizado contínuo presente na situação emocional concreta. A construção de novos significados na relação estabelecida impulsiona a novos modos de ação.

É certo supor que a proposta enativa, em si mesma, pressupõe uma mudança de abordagem frente às teorias da representação: (i) não há independência entre o mundo e o organismo, a construção de significado ocorre na relação; (ii) não há propriedades a serem representadas, mas um mundo a ser ressignificado na relação; (iii) a relação entre organismo e ambiente ganha novas formas de significação, uma vez que este não está pré-estabelecido. Contudo, cabe refletir se a adoção da visão enativista, apenas para a emoção, implica no rompimento com a representação.

Como os autores não acatam um enativismo geral, é importante compreender que a representação mental, seja conceitual ou não-conceitual, ainda está acessível ao indivíduo. Nesse sentido, resta refletir

se estes aspectos devem ser de fato abandonados na compreensão do fenômeno da emoção, ou se são apenas aspectos outros trazidos na situação concreta.

Algumas questões restam ainda à análise: qual papel esse novo conteúdo emocional apresenta para as questões morais e para a avaliação em geral? como as emoções ressignificadas implicam em contextos avaliativos outros? Estes tópicos não são abordados na análise realizada por Shargel e Prinz no artigo de 2018. Talvez uma abordagem mais ampla sobre o conteúdo das emoções e sua implicação para outros contextos, pode apresentar uma maior compreensão de como elas estruturam significados não representacionais. Contudo, essas análises não foram objeto desse texto, que se limitou a demonstrar o percurso desenvolvido por Prinz em suas propostas para a emoção, inicialmente definida como avaliação incorporada (*embodied appraisals*) em 2004, que passa por revisões em direção a uma virada enativa em 2018, onde apresenta uma proposta corporificada para a emoção com maior poder explicativo para a motivação da ação.

6 Considerações finais

A discussão precedente estabeleceu o percurso teórico prinzeano para sua teoria das emoções e aponta a uma diferença entre abordagens enativistas e as representacionais nesse contexto. Os conteúdos representacionais simbolizam algo de um mundo pré-dado. “Na visão enativa, essa distinção pode ser quebrada até certo ponto. Uma vez que o corpo está engajado, ele é capaz de criar novas relações com uma ampla gama de coisas que um organismo encontra” (*Idem*, p. 125).

Quando estamos na emoção, o corpo todo se engaja numa resposta ao estado em que nos encontramos. A proposta enativista de 2018, compreende uma visão explicativa de que o conteúdo das emoções (dado pelas *affordances*) impacta na resposta e, nesse sentido, se

distancia da proposta pela teoria das avaliações incorporadas (*embodied appraisals*) de 2004.

Shargel e Prinz (2018) elaboram uma abordagem enativa das emoções. A percepção das mudanças corporais ocorre no momento mesmo da emoção como identificação de estados que informam sentidos a partir da situação somática em que o corpo se encontra submetido. Dada a ação, este estado já se modifica e informa novo sentido e significado, junto a própria emoção. Assim, a partir da abordagem enativa, os autores modificam seus entendimentos e se comprometem com a visão de que o conteúdo emocional é imperativamente relacionado à situação e ao ambiente, no momento da emoção.

Referências

- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Trad.: Leonel Vallandro. Porto Alegre: Editora Globo. 1969.
- BERMUDEZ, José L. Nonconceptual Content: from perceptual experience to subpersonal computational states. In.: *Mind & Language*. Cambridge: Blackwell Publishers Ltda. Vol. 10 Nº 4, december, 1995. p. 333-369.
- CLARK, Andy. *Being There: Putting Brain, Body, and World Together Again*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology – MIT. 1997.
- COLOMBETTI, Giovanna. *The Feeling Body: Affective Science Meets the Enactive Mind*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology – MIT. 2014.
- COLOMBETTI, Giovanna and THOMPSON, Evan. The Feeling Body: Toward an Enactive Approach to Emotion. In.: *Developmental Perspectives on Embodiment and Consciousness*. New York: Taylor & Francis Group, LLC. 2008. p. 45-68.
- DRETSKE, Fred I. *Knowledge and the Flow of Information*. Stanford: CSLI Publications [1981] 1999.
- GIBSON, James J. *The Ecological Approach to Visual Perception*. Boston: Houghton Mifflin. 1979.

- GRIFFITHS, Paul and SCARANTINO, Andrea. Emotions in the Wild: The Situated Perspective on Emotion. In.: *The Cambridge Handbook of Situated Cognition*. New York: Cambridge University Press. 2009. p. 437-453.
- HUTTO, Daniel D. Truly Enactive Emotion. In.: *Emotion Review*. Vol. 4, nº 2. 2012. p. 1-6. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1754073911430134>.
- JAMES, William. O que é uma Emoção? In.: *Clínica e Cultura*. vol. 11, nº 1, jan-jun 2013. p. 95-113. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/clinicae-cultura/article/view/994>.
- JAWORSKI, Willian. Mind-Body Theories and the Emotions. In.: *The Ontology of Emotions*. New York: Cambridge University Press. 2018. p. 14-36.
- LAZARUS, Richard S. and SMITH, Craig A. Emotion and Adaptation. In.: *Handbook of Personality: Theory and Research*. New York: Guilford. 1990 p. 609-637.
- MATURANA, Humberto R. e VARELA, Francisco J. *A Árvore do Conhecimento: as Bases Biológicas da Compreensão humana*. Trad.: Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena Editora. [1984] 2001.
- MAZZONI, Júlio C. M. O Problema Mente-Cerebro e o Fisicalismo Contemporâneo: obstáculos teóricos e desafios filosóficos. In.: *Tendências contemporâneas da Filosofia da Mente e Ciências Cognitivas*. Curitiba: PUCPress. 2023. p. 85-120.
- NÖE, Alva. *Out of Our Heads: Why You Are Not Your Brain, and Other Lessons from the Biology of Consciousness*. New York: Hill and Wang. 2009.
- PITT, David. Mental Representation. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2022 Edition), Edward N. Zalta & Uri Nodelman (eds.). em.: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2022/entries/mental-representation/>.
- PRINZ, Jesse J. The Duality of Content. In: *Philosophical Studies: Na International Jornal for Philosophy in Analytic tradition*. Vol. 100, nº 1, jul., 2000. p. 1-34. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4321065>.
- PRINZ, Jesse J. *Furnishing the mind: concepts and their Perceptual basis*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology – MIT. 2002.
- PRINZ, Jesse J. *Gut Reactions: a perceptual theory of emotion*. New York: Oxford University Press. 2004.

- PRINZ, Jesse J. Are Emotions Feelings? In.: *Journal of Consciousness Studies*. Vol. 12, nº 8-10, 2005. p. 9-25. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/233685028>.
- PRINZ, Jesse J. The emotional basis of moral judgments. In: *Philosophical Explorations: An International Journal for the Philosophy of Mind and Actions*. vol. 9, nº 1, march 2006a. p. 29-43. PRINZ, Jesse J em: <http://dx.doi.org/10.1080/13869790500492466>.
- PRINZ, Jesse J. Is Emotion a Form of Perception? In: *Canadian Journal of Philosophy*. Vol. 36. 2006b. p. 137-160. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/cjp.2007.0035>.
- PRINZ, Jesse J. *The Emotional Construction of Morals*. New York: Oxford University Press. 2007.
- SCARANTINO, Andrea. The Motivational Theory of Emotions. In.: *Moral Psychology and Human Agency*. Oxford: Oxford University Press. 2014. p. 156-185.
- SHARGEL, Daniel e PRINZ, Jesse J. An Enactivist Theory of Emotional Content. In.: *The Ontology of Emotions*. New York: Cambridge University Press. 2018. p. 110-129.
- STRACK, MARTIN, & STEPPER. Inhibiting and Facilitating Conditions of the Human Smile: a nonobtrusive test of the facial feedback hypothesis. In.: *Journal of Personality and Social Psychology*. Vol. 54 nº 5. 1988. p. 768-777.
- VIESENTEINER, Jorge L. e APOLINÁRIO, Vinícius F. Nietzsche e Prinz: uma Hipótese Compatibilista das Abordagens Cognitivas e Não Cognitivas na Filosofia das Emoções. In: *Veritas*, Revista de Filosofia da PUCRS. Vol. 68, nº1. Jan-dez 2023. p. 1-19. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-6746.2023.1.43798>.
- ZAJONC, Robert B. Emotion and facial Efference: a theory reclaimed. In.: *Science*. Vol. 228 nº 4695. Apr. 5, 1985. p. 15-21. Disponível Em: <https://www.jstor.org/stable/1694988>.



Instituto Quero Saber
www.institutoquerosaber.org
editora@institutoquerosaber.org

Informações técnicas

capa projetada com ativos de *Freepik.com*

formato: *16 x 23 cm*

tipografia: *Palatino Linotype*

Os livros que agora publicamos reúnem os trabalhos apresentados no encontro, preservando a riqueza das reflexões desenvolvidas durante o evento. Cada artigo representa uma contribuição valiosa para o avanço do debate filosófico e para o fortalecimento das comunidades acadêmicas que buscam compreender e transformar a realidade por meio do pensamento crítico. Mais do que um registro, estas publicações são um convite à continuidade das discussões iniciadas no encontro, abrindo caminho para novas investigações e diálogos.

O GT/FMI vem crescendo gradualmente ao longo dos anos. Neste último encontro da ANPOF foram 43 apresentações de trabalhos distribuídos em quatro dias, além das apresentações de estudantes de pós-graduação e graduação nos eixos temáticos. Este livro reúne dez publicações resultantes de tais apresentações.

